

# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS • VOL. 26 • N.º 01 • JANEIRO 2006 • R\$ 12,00

FGV

EAESP

FGV

IBRE

FGV

EAESP



## 2006: O ANO DA LARANJA

Harmonia na cadeia produtiva é crucial  
para aproveitar a alta dos preços do suco

### PECUÁRIA

Preços em  
recuperação  
durante 2006

### SAFRA

As diferentes  
alternativas  
para a soja

### PESQUISA

Financiamento  
para a inovação  
tecnológica





# O agribusiness brasileiro EXIGE Competência e gestão

Aprimore e desenvolva  
seu conhecimento com o  
**MBA** GESTÃO  
ESTRATÉGICA  
em **AGRIBUSINESS**



Contato: curso no Brasil  
21 - 2559-5851  
[agribus@fgv.br](mailto:agribus@fgv.br)



Contato: curso em SP  
11 - 3281-3440  
[www.fgvsp.br/gvpec](http://www.fgvsp.br/gvpec)



# Novos tempos, novos conceitos

**U**ma das boas notícias de 2005 vem, mais uma vez, do agronegócio, com valores recordes nas exportações e no saldo comercial. A valorização do real e as novas exigências dos mercados internacionais, que aumentam os custos internos de produção, foram desafios enfrentados e vencidos. O registro da febre aftosa também trouxe preocupação, mas, com uma pauta de produtos diversificada e destinada a todos os continentes, os resultados apareceram.

Aprimorar a capacidade de gestão e acompanhar a evolução tecnológica é um caminho irreversível para o setor manter seu bom desempenho nos próximos anos, modernizar organizações e agentes ligados à produção e à comercialização. O modelo do Grain Council, agência sem fins lucrativos que promove a exportação, principalmente de milho e sorgo, dos Estados Unidos, serve para mostrar ao Brasil arranjos institucionais mais eficientes para atender ao complexo jogo corrente no mercado.

Na Organização Mundial do Comércio, as negociações poderão tomar outro rumo no final do primeiro semestre, para quando está previsto o encerramento da Rodada de Doha. Se, por um lado, houve alguma evolução na questão dos subsídios e nas tarifas praticadas nos produtos agrícolas, por outro, o prazo para execução da reforma foi postergado para depois de 2013. Mas até lá, caso haja algum acordo mais firme nesse sentido, ocorrerão muitas ações individuais e de natureza própria dos países protecionistas.

O cenário de curto prazo é de grandes estoques de grãos, pelo menos para 2006 e 2007, em decorrência das pródigas safras obtidas pelos Estados Unidos nos últimos dois anos. A administração Bush aumentou os recursos com subsídios para remunerar o excesso de produção gerado pelo campo. Uma postura contraditória para o país construir uma imagem internacional de crédito em favor do fim do protecionismo. O *lobby* da indústria do algodão norte-americana se movimenta contra a declaração da reunião da OMC, em Hong Kong, durante dezembro último. Por sua vez, a União Euro-

péia fortalece suas teses sobre a multifuncionalidade da agricultura, como meio de adiar ao máximo as reformas que terá de empreender no setor.

Se as medidas tarifárias e os subsídios de exportação tendem a regredir, crescerão aquelas ligadas a temas sociais, ambientais e tecnológicas. Os conceitos da sustentabilidade avançam sobre o agronegócio. Nessa direção, os progressos registrados em programas de produção integrada, inicialmente em frutas, e agora em outros produtos de origem vegetal e animal, devem ter solução de continuidade. O Sistema Brasileiro de Identificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov) precisa passar por uma reformulação. Ambos são exemplos de iniciativas para orientar a agricultura para o mercado e melhor atender às preferências e aos desejos do consumidor.

A Agroanalysis faz uma incursão sobre a revolução verde e a saga vivida pelo seu coordenador, Norman Bourlaug. Nos últimos 40 anos, a história da produção de alimentos mudou no mundo. O papel da tecnologia foi crucial. Para enfrentar os novos desafios de erradicação da fome com equilíbrio ambiental, emerge a revolução genética.

Com quase dez anos perdidos na pesquisa e no desenvolvimento da biotecnologia, com a regulamentação da Lei de Biossegurança no ano passado, espera-se que o Conselho Técnico Nacional de Biossegurança tenha seu notório saber respeitado pela sociedade, para o País retomar os trabalhos tecnológicos de ponta. No algodão e no milho transgênicos, não se poderá 'repetir o mesmo filme' da soja transgênica. Como os outros países interpretarão esses casos?

Outros assuntos complementam a presente edição. Na parte ambiental, os avanços do desmatamento na Amazônia e suas repercussões, bem como uma análise dos rumos a serem tomados pelo Protocolo de Kyoto, quando terminar a sua primeira fase, em 2008. As cadeias produtivas da cotonicultura, em fase de recuo na safra 2005/06, e a da citricultura, com muitas oportunidades de crescimento após furacões nas principais regiões produtoras dos EUA, também são contempladas com informações e análises. ■

# Safra de grãos não vai ultrapassar 110 milhões de t

O governo ajuda muito quando não atrapalha. Esta frase já virou bordão para o economista João de Almeida Sampaio Filho, presidente da Sociedade Rural Brasileira. Para Sampaio Filho, além da queda dos preços internacionais dos grãos, da seca no Rio Grande do Sul e da taxa de câmbio, também a crise política prejudicou o agronegócio em 2005.

"A crise paralisou um governo que já estava lento", diz ele.

A SRB aposta em uma colheita de grãos inferior a 110 milhões de toneladas na temporada 2005/2006, contra os 122/125 milhões de toneladas previstos pela Conab. "O produtor reduziu a tecnologia e a área plantada caiu. Ou seja, haverá queda na produtividade das lavouras", diz Sampaio Filho.

**Agroanalysis - Quais são as perspectivas do agronegócio para este ano?**

**João de Almeida Sampaio Filho** - Vai ser um ano de baixa rentabilidade para os produtores rurais, principalmente na área de grãos. Novamente, estamos observando uma seca acentuada no Rio Grande do Sul e no Oeste do Paraná. A ferrugem também deverá provocar perdas em Mato Grosso e na Bahia. E o real,





**"O clima não parece muito favorável e, para piorar, a ferrugem asiática voltou a atacar as plantações de soja"**

valorizado frente ao dólar, atrapalha ainda mais os produtores de grãos. Soja, algodão, milho e trigo, todos eles vão ter baixa rentabilidade. No caso do milho, o Brasil está amadurecendo. Já percebemos a importância de se produzir o milho como fonte energética - transformá-lo em frango e em suíno. A produtividade não deverá ser alta este ano, devido à redução dos investimentos nas lavouras.

**Agroanalysis - Ao contrário do governo, que trabalha com uma previsão de safra próxima de 125 milhões de toneladas, a Sociedade Rural Brasileira tem uma estimativa de colheita bem menor?**

**João Sampaio** - A nossa previsão é de 100 milhões de toneladas. A safra não vai ultrapassar 110 milhões de toneladas, ou seja, uma colheita inferior à do ano passado, que rendeu entre 110 e 115 milhões de toneladas. Veja que, no início de 2005, se falava em 120 milhões de toneladas. Este ano, o clima não parece muito favorável e, para piorar ainda mais a situação, a ferrugem asiática voltou a atacar as plantações de soja na região Centro-Oeste do País. Não acredito, porém, que a quebra na safra deva causar problemas de abastecimento, mas poderá haver uma redução do saldo da balança comercial.

**Agroanalysis - A situação deste ano para o produtor de grãos é um pouco melhor do que a do**

**ano passado. Com o real valorizado, os preços de alguns insumos, como fertilizantes e agrotóxicos, que levam matérias-primas importadas em sua fabricação, ficaram mais baixos?**

**João Sampaio** - É verdade, ele teve este 'refresco'. Os custos de produção, em alguns casos, caíram. Mas se em 2005 o produtor teve prejuízo, este ano ele vai conseguir algum lucro, mas não uma rentabilidade adequada.

**Agroanalysis - A agricultura brasileira alterna fases de vacas magras com fases de vacas gordas. Como fazer para que o produtor rural possa ter mais estabilidade em seus negócios. Estas oscilações não poderiam ser evitadas ou, pelo menos, amenizadas com o uso de instrumentos de política agrícola?**

**João Sampaio** - Isto poderia e deveria ser evitado, mas o governo normalmente é lento. Nem sempre as prioridades do governo são claras e objetivas. Considere o caso deste governo. Há uma dicotomia, uma divisão dos programas entre agricultura familiar e patronal. Isto, além de ineficiente, prejudica a agricultura. O governo muito ajuda quando não

atrapalha. Eu vivo repetindo esta frase, e o pessoal da Rural diz que virou um bordão. Mas é verdade. Se o governo não atrapalhar, já vai ser ótimo. O seguro rural,

por exemplo, é fundamental. O Roberto (Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura) fez de tudo para viabilizá-lo, mas foi obrigado a redirecionar verbas de outros programas para conseguir dinheiro para o seguro rural. Isto demonstra que o seguro rural não é prioridade para a área econômica do governo. É, sim, prioridade para o ministro da Agricultura, que conhece bem os problemas do setor.

**Agroanalysis - Há produtos agrícolas que estão em alta, como o café. A laranja e a cana-de-açúcar também devem ter um bom ano?**

**João Sampaio** - O café alcançou seu melhor preço dos últimos sete meses. A cana, a borracha e o eucalipto também atravessam uma boa fase. As carnes, o frango e o suíno têm um potencial competitivo excepcional. O bovino mais ainda. Mas precisamos dar mais atenção à defesa sanitária. A iniciativa privada tem que intervir na defesa sanitária, porque a gestão dos governos é deficiente. Precisamos modernizar a defesa sanitária, não apenas no que diz respeito ao controle e à erradicação da febre aftosa, como também em todas as outras doenças que afetam os rebanhos e prejudicam a imagem das carnes brasileiras lá fora. Precisamos transformar os nossos vizinhos em parceiros na área sanitária. Somos os maio-

**"Há uma dicotomia entre os programas da agricultura familiar e da empresarial. Isto, além de ser ineficiente, prejudica a agricultura"**

## "A cadeia da carne bovina precisa ter mais transparência. Precisamos definir quanto cabe a cada elo"



Precisamos apurar as denúncias da imprensa sobre cartel. A cadeia da carne precisa ter mais transparência. Precisamos definir quanto cabe a cada elo dentro dessa cadeia. Os frigoríficos precisam se transformar em empresas globais.

res exportadores de carne bovina do mundo, mas ainda não temos o melhor produto. A Austrália exporta um volume bem menor de carne e fatura muito mais do que o Brasil. Ela participa de mercados que pagam mais, enquanto o Brasil não tem acesso a esses mercados por causa da febre aftosa.

**Agroanalysis - Quase 90% do rebanho brasileiro têm sangue zebuino, principalmente do Nelore. A carne desta raça, embora menos macia do que a dos bovinos de origem européia, tem a vantagem de ser mais magra. Ou seja, o Brasil produz uma carne *light*, proveniente de gado criado a pasto e, portanto, de uma forma mais natural. Não poderíamos explorar mais essas vantagens?**

**João Sampaio** - O Brasil não sabe fazer propaganda de seus produtos agropecuários. Você não vê, por exemplo, propaganda de carne na TV. Os frigoríficos não defendem o seu próprio produto. Pior ainda: os frigoríficos não são empresas confiáveis.

Falta ética e transparência. O principal mercado dos frigoríficos é o Brasil. Mas eles têm uma imagem horrível, ligada à sonegação. Eles deviam se mirar no exemplo do Pratini de Moraes, presidente da Abiec, que está fazendo um trabalho brilhante, promovendo a carne brasileira no exterior.

**Agroanalysis - Quais são as perspectivas da agricultura energética?**

**João Sampaio** - As perspectivas são as mais promissoras, principalmente para o álcool e para a geração de energia a partir do bagaço. O setor sucroalcooleiro passou por uma crise nos anos 90, mas conseguiu modernizar a sua gestão. É uma área em que o Brasil tem alta competitividade, mas não podemos ficar parados. Os EUA já estão produzindo mais álcool do que o Brasil. O mundo inteiro está preocupado em utilizar a energia renovável. No caso do biodiesel, o governo precisa resolver essa dicotomia entre agricultura familiar e empresarial. Para beneficiar os pequenos produtores, o governo está privilegiando a mamona e

deixando de lado o grande potencial da soja para a produção de biodiesel. Ou seja, trata de uma forma totalmente ideológica uma questão que é principalmente técnica. Mas o principal problema do biodiesel é tributário. Aliás, a questão tributária é o grande problema do País. Impostos como o CIDE e o ICMS ultrapassam o valor do álcool. O que está caro no Brasil são os tributos.

**Agroanalysis - A crise política está atrapalhando o agro-negócio?**

**João Sampaio** - No auge do "tratoração", no início da atual crise política, as lideranças rurais tiveram uma audiência com o presidente Lula. Na época, ele nos disse que não estava preocupado com a crise e nos fez uma série de promessas. A crise, na verdade, paralisou um governo que já era lento. No caso da volta da febre aftosa em Mato Grosso do Sul, as verbas demoraram a sair.

**Agroanalysis - O senhor esteve em Hong Kong em dezembro último, durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Como avalia os resultados desse encontro?**

**João Sampaio** - Os resultados foram ruins para o Brasil. O ministro Celso Amorim, que foi muito bem durante a reunião de Cancun dois anos atrás, não obteve o mesmo sucesso em Hong Kong. O Brasil chegou lá com uma posição definida com relação aos subsídios à exportação, mas perdeu a oportunidade de discutir outros temas, como o acesso a mercados. Ficamos concentrados em discutir um assunto sobre o qual já tínhamos vencido. ■

# Perspectivas para 2006

Rogério Mori \*

**A**s perspectivas para 2006 apontam para um crescimento moderado, influenciado pela continuidade do ciclo de redução da taxa básica de juros (Selic). O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deverá registrar crescimento em torno de 3,5% em 2006.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) deve prosseguir no ritmo de cortes da taxa de juros, e as projeções apontam para uma taxa Selic em torno de 15% ao ano no final de 2006. O movimento de queda dos juros continuará a proporcionar impulsos à demanda agregada pelo consumo, por meio de estímulos adicionais ao crédito, com retomada dos investimentos, ao longo do ano.

Outro fator a contribuir para o crescimento da economia está associado às eleições. Um aumento em termos de demanda, por conta dos gastos eleitorais ao longo do ano, deverá proporcionar maior estímulo ao crescimento do produto brasileiro em 2006.

O papel da demanda externa permanece uma incógnita até este momento. No começo de 2005, era esperado um resultado na balança comercial em torno de US\$26 bilhões para o ano. O resultado, no entanto, superou as melhores previsões, pois ficou acima de US\$40 bilhões. Nesse contexto, as expectativas de uma demanda externa mais fraca, por conta de uma diminuição do ritmo do crescimento global, e de uma desaceleração das exportações brasileiras, face à apreciação do real frente ao dólar, não se verificaram. Assim

como no ano passado, as projeções na balança comercial em 2006 apontam para US\$37 bilhões, uma redução do saldo em relação ao ano anterior. Caso esse número se confirme, deve-se esperar uma contribuição negativa do setor externo para o crescimento.

Dado o resultado da balança comercial e a abundância de capitais internacionais em um ambiente de elevada taxa de juros doméstica, a cotação da moeda norte-americana apresenta uma trajetória bem comportada e sem grandes sobressaltos. De fato, as expectativas para a taxa de câmbio no final de 2006 apontam para uma cotação do dólar da ordem de R\$2,40. No entanto, deve-se mais uma vez levar em con-

um comportamento mais moderado dos preços administrados em 2006 e, de outro, por uma trajetória sem sobressaltos da taxa de câmbio. Vale lembrar que o bom resultado do IPCA no ano passado se deveu, em grande medida, à apreciação cambial verificada. Esse movimento contribuiu significativamente para uma queda de vários preços de bens comercializáveis com o exterior, principalmente os agrícolas.

Não se espera uma apreciação cambial em 2006 da mesma magnitude verificada no ano passado. A trégua oferecida pelos preços dos bens comercializáveis com o exterior deve cessar mais adiante. O Banco Central pode ter uma surpresa desagradável nos próximos meses, caso a trajetória da inflação observada não se mostre compatível com a meta estabelecida.

Em outras palavras, é possível que o comportamento da inflação não seja o esperado pelo mercado financeiro e pelo BC, mesmo que a taxa de câmbio se mantenha relativamente estável ao longo do ano.

Esse fato traz implicações não desprezíveis do ponto de vista da política monetária, e o Banco Central pode se ver forçado a suspender os cortes da taxa de juros em algum momento mais adiante. Em contexto de ano eleitoral, essa pode ser uma decisão penosa para a diretoria da instituição. ■

Projeções para 2006	
Crescimento do PIB .....	3,50%
Taxa de Juros Selic (%a.a.) - fim de período .....	15%
Taxa de Câmbio - R\$/US\$ - fim de período .....	2,40
IPCA (Var. % no Ano) .....	4,5%
IGP-DI (Var. % no Ano) .....	4,5%

Fonte: Banco Central do Brasil - Relatório de Mercado

sideração o fato de este ano ser um ano eleitoral, sem descartar eventuais turbulências no mercado de câmbio ao longo do processo. Caso isso venha a ocorrer, o cenário otimista quanto à taxa de juros pode não se materializar.

Tal questão remete diretamente ao tema da inflação. As projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, estão cravadas em 4,5%. Isso confere grande espaço para que o Banco Central siga cortando a taxa de juros nos próximos meses.

O otimismo com relação às perspectivas de inflação, no entanto, é pautado, de um lado, pela expectativa de

\* Professor e coordenador do GV-Macro da FGV/EESP





Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

**DIRETOR DA EESP/FGV:** Yoshiaki Nakano

**DIRETOR DO IBRE/FGV:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

**DIRETOR DA EAESP/FGV:** Fernando S. Meirelles

**CONSELHO EDITORIAL:** Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano

**EDITOR CHEFE:** Antônio Carlos Kfourir Aidar

**EDITOR EXECUTIVO:** Luiz Antonio Pinazza

**FUNDADORES:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

#### REDAÇÃO

**REDATOR:** Bruno Blecher

**ARTE:** Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)

**REVISÃO:** Solange Aparecida Visconte

**SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO:** Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi.

**PUBLICIDADE** - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 3287-4529 e celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Evandro Jacóia Faulin e Thiago Paes Brussi, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: efaulin@fgvsp.br.

**CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS** - Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

**PONTO DE VENDA:** São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar - tel.: (11) 3281-3220; e fax: 3281-7891.



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

**SEDE:** Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

**PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR:** Luiz Simões Lopes

**PRESIDENTE:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**VICE-PRESIDENTES:** Francisco Oswaldo Neves Domelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

#### CONSELHO DIRETOR

**PRESIDENTE:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**VICE-PRESIDENTES:** Francisco Oswaldo Neves Domelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

**VOGAIS:** Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ermano Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

**SUPLENTE:** Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Jacob Palis Jr., José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Nestor Jost

#### CONSELHO CURADOR

**PRESIDENTE:** Carlos Alberto Lenz César Protásio

**VICE-PRESIDENTE:** Pedro José da Matta Machado (Klabin Imãos & Cia.)

**VOGAIS:** Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Apolônio Neto (Instituto de Resseguros do Brasil-IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Nicandro Duarte (Souza Cruz SA), Raul Calfat (Votorantin Participações SA), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

**SUPLENTE:** Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marino (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia SA), Marcos Augusto Caetano da Silva Filho (Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA).

#### CONSELHO CONSULTIVO

Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Estado de Minas Gerais, Fernando Perrone, Geraldo José Carbone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Roberto Gusmão



**3**  
**O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE**  
Novos tempos, novos conceitos

**4**  
**ABRE ASPAS**



Safra de grãos não vai ultrapassar 110 milhões de toneladas

João de Almeida Sampaio Filho, presidente da Sociedade Rural Brasileira

**7**  
**MACROECONOMIA**  
As perspectivas para 2006  
Rogério Mori



**12**  
**COMÉRCIO INTERNACIONAL**  
A "caixa azul" da agricultura

O papel do U.S. Grains Council

**14**  
**EUA**  
A liberalização da agricultura



**16**  
**SAFRA 2005/2006**  
Balanço da oferta e da demanda no mundo

Dificuldades na busca de alternativas para a soja

Antonio Carlos Roessing  
Joelsio José Lazzarotto

Demanda supera oferta no algodão na SAFRA 2005/2006

**26**  
**EXPORTAÇÃO**  
Novo recorde do agronegócio





28

## LARANJA

Será 2006 o ano da redenção?

Evaristo Marzabal Neves



38

## MEIO AMBIENTE

Redução no desmatamento da Amazônia

Sustentabilidade: o atributo tangível

José Carlos Pedreira de Freitas

Kyoto: acordo pós-2012



42

## AGRICULTURA ENERGÉTICA

Porque subiu o preço do álcool

43

## SEGURO RURAL

Análise comparativa entre Brasil e EUA

Vitor A. Ozaki

45

## TECNOLOGIA A Revolução Verde

Programa se espalhou pelo mundo

47

## PESQUISA Financiamento para inovação

Fabrizio Brollo

48

## QUALIAGRO

Acesso a mercados e barreiras econômicas

Alexandre Garrido



49

## MERCADO FUTURO

Cash and Carry

Fabiana S. Perobelli

50

## LEGISLAÇÃO Município

poderá fiscalizar ITR

Luiz Augusto Germani

30

## PECUÁRIA DE CORTE

Balanço de 2005

Fabiano R. Tito Rosa

Alcides de Moura Torres Jr.

Gabriela O. Tonini

Parcerias para resolver problemas sanitários

35

## TURISMO RURAL

Cheiro de terra e de lucro

Andréia Maria Roque

36

## BIOTECNOLOGIA CTNBio em formação



# A G R O

## SAFRA NOS TRILHOS

A Ferroban (Ferrovias Bandeirantes) e a Coopercitrus (Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo) firmaram um acordo para transporte de açúcar e soja a granel. Serão transportadas em média 1,250 milhão de toneladas por ano, sendo 70% de açúcar e 30% de produtos do complexo da soja, como grãos e farelo.



## CAFÉ PARA O MUNDO

Maior produtor mundial de café, o Brasil exportou 26 milhões de sacas de café e consumiu 15 milhões, segundo dados do MAPA. Este ano, a produção brasileira deverá alcançar 42 milhões de sacas. O café brasileiro é consumido em mais de 60 países do mundo. Pelas projeções do MAPA, a demanda mundial de café deverá atingir 146 milhões de sacas nos próximos 10 anos. Hoje, está em 119 milhões de sacas. Para garantir seu espaço no mercado, o Brasil precisará elevar gradualmente sua produção para 60 milhões de sacas/ano.

## MAMÃO PARA OS EUA

Mucuri (BA) vai exportar mamão papaia para os Estados Unidos. A fazenda Bello Fruit inaugurou no mês passado seu packing house (área de processamento pós-colheita). A fazenda recebeu sinal verde do Federal Register, o boletim oficial do governo norte-americano, após submeter à aprovação dos norte-americanos o sistema de redução de riscos para moscas das frutas, desenvolvido pela Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab). Com uma safra de 1,6 milhão de toneladas por ano, o Brasil é o maior produtor mundial de mamão papaia. A Bahia colhe 55% do total em 15,4 mil hectares.



## EXPORTAÇÃO DE ARROZ

O Brasil exportou no ano passado 399.610 toneladas de arroz, o maior volume dos últimos 20 anos. Os principais clientes foram a Suíça e Trinidad e Tobago.

## MAIS TRANSGÊNICOS

O Brasil plantou 9,4 milhões de hectares de transgênicos em 2005, 88% a mais do que em 2004. Com isso, o País já é o terceiro maior produtor de transgênicos do mundo.

## VAGAS NA EMBRAPA

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) vai publicar edital de concurso para o preenchimento de 270 vagas de pesquisador em 14 áreas. O concurso será voltado para o nível de doutorado e prevê provas de conhecimentos gerais, específicos e de títulos. A remuneração inicial é de R\$4.886,66. As principais áreas são: defesa sanitária, agroenergia, agroecologia, mudanças climáticas, segurança alimentar, biologia avançada, nanotecnologia e rastreabilidade. O maior número de vagas vai para as áreas de sistemas de produção sustentável (40). Mais informações sobre o concurso, pelo telefone: (61) 3448-4398.

# ASSINE

## AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

e participe da publicação  
que melhor acompanha  
o agronegócio

# 0800 770 88 81



## FUTURO DO TRIGO

A BM&F pretende lançar até junho deste ano o contrato de trigo, em parceria com a Bolsa de Rosário, na Argentina. Em 2005, os futuros agropecuários tiveram volume recorde. Foi negociado 1,089 milhão de contratos, com movimento de US\$ 10 bilhões, quase 30% a mais do que no ano anterior.

"Se os agricultores brasileiros utilizassem mais os instrumentos do mercado futuro, teriam garantido uma renda melhor no ano passado", disse Manoel Felix Cintra Neto, que completa em 2006 dez anos na presidência da BM&F.

## BIODIVERSIDADE

Já está na rede o site oficial da 8ª Conferência das Partes da Convenção Sobre Diversidade Biológica e 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (<http://www.cdb.gov.br>). Os dois encontros estão marcados para março em Curitiba (PR). Na agenda, estão temas importantes como biossegurança e biopirataria.

## ABELHAS

**4 milhões**  
de colméias, que produzem  
**33.000 t**  
de mel por ano.  
Estes são os números  
da Confederação Brasileira de  
Apicultura sobre a  
produção brasileira.

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: [brunoblecher@uol.com.br](mailto:brunoblecher@uol.com.br)

## PONTO MORTO

Com retração de 38,8% no ano passado, em relação a 2004, as vendas internas de máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras) somaram 23,2 mil unidades. Resultado: foram ultrapassadas pelas exportações, que totalizaram 30,7 mil unidades em 2005. Os dados são da ANFAVEA.

## ERRAMOS

A tabela sobre estimativa de plantio de grãos na safra 2005-2006, publicada à página 23, da edição nº 12, vol. 25, de dezembro de 2005, continha erros. Abaixo, está a tabela correta.

Estimativa de Plantio de Grãos - mil hectares							
Produto	2004/05	safra 2005/06		variação			
	(a)	(b) Lim Inf	(c) Lim Sup	percentual (b/a)	(c/a)	absoluta (b-a)	(c-a)
Algodão	1.179,4	766,1	823,9	-35,0	-30,1	-413,3	-355,5
Arroz	3.916,3	3.269,8	3.365,2	-16,5	-14,3	-646,5	-551,1
Feijão 1ª Safra	1.159,9	1.235,0	1.246,6	6,5	7,5	75,1	86,7
Milho 1ª Safra	9.018,6	8.414,0	8.552,4	-4,4	5,9	-385,4	533,8
Soja	23.301,1	21.703,2	22.138,1	-6,9	-5,0	-1.597,9	-1.163,0
Trigo	2.756,3	2.360,0	2.360,0	-14,4	-14,4	-396,3	-396,3
Demais	7.546,5	7.549,0	7.573,7	0,0	0,4	2,5	27,2
BRASIL	48.879,1	46.297,1	47.049,9	-5,3	-3,7	-2.581,0	-1.828,2

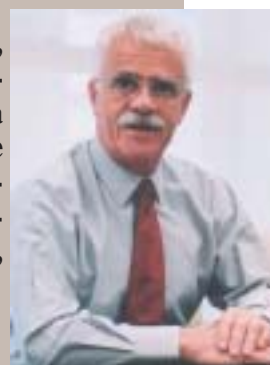
Fonte: CONAB/Novembro/2005

Estimativa de Produção de Grãos - mil toneladas							
Produto	2004/05	safra 2005/06		variação			
	(a)	(b) Lim Inf	(c) Lim Sup	percentual (b/a)	(c/a)	absoluta (b-a)	(c-a)
Algodão - caroço	2.128,9	1.457,1	1.572,9	-31,6	-26,1	-671,8	-556,0
Arroz	13.227,3	11.439,0	11.741,5	-13,5	-11,2	-1.788,3	-1.485,8
Feijão 1ª Safra	1.101,2	1.408,8	1.422,5	27,9	29,2	307,6	321,3
Milho 1ª Safra	27.272,4	32.286,8	32.861,3	18,4	20,5	5.014,4	5.588,9
Soja	51.090,1	47.354,3	58.529,9	-7,3	14,6	-3.735,8	7.439,8
Trigo	5.845,9	4.724,0	4.724,0	-19,2	-19,2	-1.121,9	-1.121,9
Demais	12.833,3	13.998,3	14.028,1	9,1	9,3	1.165,0	1.194,8
Brasil	113.499,1	112.688,3	124.880,2	-0,7	10,0	-830,8	11.381,1

Fonte: CONAB - Levantamento: Nov/2005

## MERCADO DO ÁLCOOL

Os preços não são fixados, mas são consequência direta da relação entre oferta e demanda em cada momento. Dessa forma, é natural que ocorram flutuações para baixo no início da safra, quando o mercado é vendedor, e para cima, na entressafra, quando o mercado é comprador.”



Eduardo Pereira de Carvalho, presidente da Unica, ao explicar a elevação dos preços do álcool no editorial do site da entidade ([www.unica.org.br](http://www.unica.org.br))



# A "caixa azul" da agricultura multifuncional

**S**e está difícil obter um consenso na reforma de temas relevantes do comércio internacional na Organização Mundial do Comércio, tanto no término da fracassada Rodada do Milênio como na Conferência de Seattle, realizada em dezembro de 1999, os avanços na Rodada de Doha, iniciada em 2001, foram pequenos, como mostra o recente encontro realizado em Hong Kong, durante dezembro último.

Essa falta de resultado mostra a ausência de acordos sobre a pauta de negociações comerciais. A pluralidade de opiniões complica uma declaração conjunta. Enquanto os países agro-exportadores buscam a liberalização do comércio agrícola, Europa, Estados Unidos e Japão retardam a remoção de barreiras comerciais na agricultura.

Embora a Comunidade Européia lance mão da chamada multifuncionalidade da agricultura, para defender um tratamento não meramente comercial para o setor, o seu conceito é importante para analisar o papel do mundo rural.

Na ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, os governos reconheceram o aspecto multifuncional da agricultura, com respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável. A questão continuou em debate e, em março de 1998, a OCDE declarou que:

*"além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola também molda a paisagem, provê benefícios ambientais, tais como a conservação dos solos; desenvolve a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis; preserva a biodiversidade e*

*contribui para a viabilidade sócio-econômica em várias áreas rurais".*

## CONCEITO

Na visão tradicional de instituições como a FAO, órgão das Nações Unidas para a agricultura, o desenvolvimento rural sustentável pode ser resumido como um modelo que conserva o solo, a água, os recursos genéticos vegetais e animais, sem degradar o meio ambiente, e é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável.

O conceito de multifuncionalidade veio para ampliar esta abordagem, ao:

- Incluir os serviços prestados pelo setor à sociedade;
- Estabelecer um marco entre as diferentes funções da agricultura e o correspondente uso da terra;
- Examinar as relações dinâmicas entre as zonas urbanas e rurais;
- Incorporar uma gama de situações, desde as sociedades predominantes rurais, em que a produção primária de alimentos e outras mercadorias é prioridade, até as nações altamente industrializadas, com uma pequena população rural e importância da produção primária igualmente modesta.

Assim, a multifuncionalidade passa a ser um instrumento para analisar a importância dos sistemas agrícolas e suas relações com outros setores da economia. O seu conceito identifica papéis-chave do setor quanto à:

- Contribuição à segurança alimentar;
- Função ambiental, econômica e social.

No documento brasileiro formulado para a Cúpula Mundial da Alimentação, representantes do governo e da sociedade civil chegaram à seguinte definição:

*"segurança alimentar e nutricional significa garantir a todos o acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis".*

A agricultura pode prover um conjunto de serviços ambientais como a conservação de solos e águas, manejo sustentável da biodiversidade, produção de biomassa etc., cujo valor para as gerações presentes e futuras é incalculável.

## SUBSÍDIOS

Não obstante, no tocante à posição europeia em defesa do reconhecimento do caráter multifuncional da agricultura na OMC, alguns comentários são oportunos. Este posicionamento tem como objetivo, na realidade, a manutenção da chamada 'caixa azul' (que permite alguns pagamentos diretos dos governos aos agricultores) e a manutenção da cláusula de paz e das salvaguardas especiais. Trata-se de instrumentos que permitem aos países desenvolvidos sustentarem subsídios e protecionismo.

Se a União Européia reconhecer e respeitar a multifuncionalidade da agricultura dos países em desenvolvimento, isso significa o seu apoio a:

- Regras mais flexíveis para os países em desenvolvimento no Acordo Agrícola da OMC;
- Eliminação dos subsídios à exportação e outras formas de *dumping*;
- Cláusula de paz e o uso das salvaguardas especiais pelos países desenvolvidos;
- Compromisso com a redução dos pagamentos da 'caixa azul';
- Temas relacionados à agricultura como, por exemplo, o TRIPS (capítulo da OMC que estabelece normas sobre propriedade intelectual, como patentes e outras).

Será estratégico para os países agro-exportadores, como o Brasil, incluir no conceito de multifuncionalidade a função internacional, ou seja, os impactos da política agrícola dos países em desenvolvimento, quando, por intermédio de subsídios, são mantidos os preços agrícolas europeus abaixo do mercado mundial, mas com uma superprodução dirigida à exportação. ■

# O papel do U. S. Grains Council

O U. S. Grains Council é uma agência que desenvolve os mercados de exportação para aveia, milho, sorgo e outros cereais, de vital importância para a lucratividade dos agricultores norte-americanos. No caso do algodão, arroz e trigo, desenvolve parcerias com organizações especializadas nessas *commodities*.

Fundado em 1960, o Council é uma entidade privada, sem fins lucrativos, envolvendo mais de cem organizações e mais de oitenta programas em mais de oitenta países. Seu fundo anual vem de contribuições de grupos privados e de dotações do Market Access Program and The Foreign Market Development Cooperator Program, ambos administrados pelo U. S. Department of Agriculture's Foreign Agricultural Service.

Seu escritório central está localizado em Washington, D. C., mas conta com o apoio de mais dez escritórios fora do país, a saber:

- Beijing, China
- Cidade do México, México
- Cairo, Egito
- Moscou, Rússia
- Tóquio, Japão
- Taipei, Taiwan
- Seoul, Coreia
- Tunis, Tunísia
- Kuala Lumpur, Malásia
- Dubai, Emirados Árabes Unidos

Seu quadro de diretores envolve 14 diretores e mais de 60 assessores espalhados pelo mundo.

O Council concentra suas ações na aplicação de técnicas de manejo e nutrição nas criações de animais, no uso adequado dos grãos. Seus serviços comerciais levam aos clientes conhecimento sobre o sistema de marketing dos EUA, nos aspectos ligados a finanças, programas governamentais e à qualidade e aos pre-

ços dos produtos, num esforço para identificar as barreiras para as exportações de grãos.

A FGC proporciona os seguintes benefícios:

- Oferece informações e análises estratégicas sobre mercado e clientes para contato;
- Educa os clientes estrangeiros com publicações e eventos sobre os produtos e serviços de seus membros;
- Cria oportunidades por meio de entidades representativas de 24 estados líderes na produção de grãos (*checkoffs*). Como ativos atores, seus membros podem estabelecer alian-

contato mais próximo e íntimo. O evento oferece uma oportunidade de intercâmbio entre os membros da entidade com os noticiários rurais. Uma integração entre os membros, clientes e a mídia especializada, que faz parte do esforço para promover as exportações ao redor do mundo.

A National Association of Farm Broadcaster's Annual Meeting tem como objetivo ser um catalisador para aumentar o entendimento do valor do mercado internacional e construir parcerias como suporte do papel positivo do comércio internacional.

A Grains Foundation procura aumentar o entendimento do valor do mercado internacional para os seus agricultores e processadores, seus clientes externos e consumidores internos, junto com o governo nacional e o estrangeiro.

A fim de aumentar o comércio entre países, a Fundação desenvolve atividades para:

- Colocar os grãos norte-americanos como uma alternativa de alimentos, fibras e recursos renováveis para o mundo;
- Treinar futuros líderes da agricultura de acordo com o prin-

cípio da parceria e de experiências práticas;

- Construir parcerias entre os elos da cadeia produtiva do agribusiness, clientes e governo;
- Incentivar o uso de tecnologias externas em território interno e externo, o que serve para melhorar mutuamente os benefícios comerciais;
- Promover relações construtivas entre a indústria e a mídia domésticas e estrangeiras.

A Fundação é uma ponte que liga o país com todos os participantes do comércio internacional; um instrumento de trabalho em prol da reputação do U. S. Grains Council. ■

US Grains Council
<b>MISSÃO</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver mercados</li><li>• Possibilitar negócios</li><li>• Melhorar o bem-estar</li></ul>
<b>VALORES CULTURAIS</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Organizar produtores e entidades ligadas a: aveia, milho e sorgo</li><li>• Dirigir os membros da organização</li><li>• Desenvolver um comércio justo e livre no mundo</li><li>• Conduzir os negócios de maneira honesta e ética<ul style="list-style-type: none"><li>• Respeitar as necessidades econômicas e culturais de seus clientes</li></ul></li><li>• Estabelecer alianças com entidades de seu interesse</li><li>• Tratar seus empregados com respeito e equidade<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver políticas em consonância com as suas missões</li></ul></li></ul>

ças de negócios e ampliar a visibilidade doméstica;

- Aumenta as exportações, o que significa mais negócios para as companhias norte-americanas. Com amplo objetivo, o FGC representa um papel especial para identificar e aumentar o sistema, no sentido de elevar os valores exportados.

Os membros do FGC realizam o Encontro Anual da Associação Nacional da Comunicação Rural (National Association of Farm Broadcaster's Annual Meeting). É uma oportunidade de as pessoas que normalmente se comunicam por telefone e e-mail terem um



## A liberalização da agricultura

**E**m anos recentes, a política agrícola nos Estados Unidos teve uma reviravolta, com os subsídios generosos concedidos pelo Congresso. Na condição de maior exportador mundial, é uma posição contraditória para o país insistir em reformas nos países membros da Organização Mundial do Comércio. O modelo adotado pela Nova Zelândia e Austrália mostra os benefícios das políticas liberais aplicadas na agricultura.

Em julho de 2002, a administração Bush apresentou proposta para a OMC no sentido de melhorar o acesso global para as exportações agrícolas. A sugestão era de reduzir os subsídios domésticos e as tarifas em até 25%. Uma meta ambiciosa, que, diante dos excessos praticados pelos norte-americanos, afeta a sua credibilidade. Neste mesmo ano, os subsídios do Farm Bill cresceram em 70%. Mais de um quarto da renda agrícola dos EUA e um terço da produção plantada depende das exportações.

Como a média global das tarifas e barreiras permanece elevada, acima de 60%, acordos para reduzi-las ajudam a abrir mercado. O México seguiu essa receita como país membro da North American Free Trade Agreement (NAFTA), ao eliminar

15% das tarifas para o gado, 20% em carnes resfriadas e 25% em carnes congeladas.

Os próprios EUA seriam afetados pela sua proposta. As tarifas nas importações de amendoim teriam de reduzir de 140% para 25%. Os subsídios domésticos anuais seriam encolhidos de US\$19 bilhões para US\$10 bilhões.

### FARM BILL

Os agricultores norte-americanos foram beneficiados com ganhos de 70% em subsídios, em comparação com o começo dos anos 90. Cerca de 10% deles, com renda média anual superior a US\$250 mil, consumiram três quartos desses fundos. Números do Departamento de Agricultura dos EUA apontam que, em 1999, aproximadamente 47% dos recursos concedidos foram dirigidos a propriedades comerciais com renda anual de US\$135 mil.

Durante a Grande Depressão, na década de 1930, os agricultores receberam muita assistência dos programas do governo federal. Em 1996, com a lei do Freedom to Farm, o plano foi tornar os agricultores menos dependentes dos subsídios. Com os excessos de produção e os baixos preços registrados no final

dos anos 90, o Congresso autorizou uma série de concessões para o setor. A Agricultura cresce alimentada por subsídios, e o consumidor não participa dessa equação.

O programa de subsídios no açúcar é um exemplo notório de que, mesmo com a intenção de promover o comércio, os produtores domésticos recebem preços quase três vezes superiores aos do mercado internacional. Ao invés de usar a União Européia para sustentar suas políticas de subsídios, os EUA deveriam olhar com maior carinho e referência os caminhos adotados pela Nova Zelândia e Austrália.

### NOVA ZELÂNDIA E AUSTRÁLIA

Nos anos 80, os dois países adotaram uma política de reforma radical. Ambos os países começaram a adotar políticas de subsídios para a agricultura no início da década de 60, que perduraram até 1984, quando foi anunciada a sua eliminação. O processo foi rápido e, em 1987, já não existia mais.

Em 1984, a política de subsídios chegou no seu pico, na Nova Zelândia, com uma participação de 30% na produção. De acordo com a Federated Farmers of New Zealand, aproximadamente 40% da produção de carne eram subsidiados. O país era mais dependente de subsídios do que os EUA são atualmente. Para sobreviver aos cortes nos subsídios, os agricultores reduziram despesas, compravam apenas o essencial e orientaram suas decisões conforme a demanda de mercado.

Muitos agricultores australianos desenvolveram novas explorações, tais como vinho, carne de veado e leite. Ao mesmo tempo, diminuíram o rebanho de ovelhas, enquanto aumentavam o bovino. Os fornecedores de insumos e máquinas tiveram de baixar os preços. As compras obedeciam aos rigores de custo e benefício. De cerca de 8000 agricultores, apenas 800 deles, menos de 1%, conseguiram sobreviver.

Na Austrália, os agricultores tomaram o rumo da diversificação, de



acordo com as suas vantagens comparativas, sem levar em conta os cheques recebidos pelo governo. Trigo, gado e madeira tiveram incremento junto com outras alternativas mais adequadas às condições nacionais. Apenas aquelas três atividades tiveram uma queda na participação nas exportações do país, de 55%, durante 1989 e 1990, chegando a 38%, em 2000 e 2001. Enquanto isso, a participação de produtos como algodão, vinho, frutos do mar, lácteos, arroz, frutas e vegetais subiu de 17% para 38%.

A situação atual nos EUA está em nível similar à da Austrália, nos anos 80. Os subsídios normalmente se concentram nas propriedades maiores. Essa tendência distorce o mix de insumos empregados nas unidades produtivas, pois as tomadas de decisão sofrem a influência do tamanho da assistência recebida, e não de critérios da produção comercial.

Enquanto Austrália e Nova Zelândia tomaram outros caminhos, os EUA continuam a perseguir medidas sustentadas por subsídios. Nos países da Oceania, o setor ajuda o crescimento da economia e proporciona mais benefícios ambientais, com o uso mais eficiente de terra, irrigação e fertilizantes.

### PRÓXIMOS PASSOS

A reunião ministerial da OMC, em Hong Kong, durante dezembro, não trouxe muita esperança de uma reforma na agricultura nos países desenvolvidos, em curto prazo. Os EUA acenaram com uma posição mais agressiva em relação à União Européia, mas precisarão dar o próprio exemplo. A sua agricultura precisa depender menos dos apoios governamentais.

O sistema corrente enfatiza a produção voltada à obtenção de subsídios, não orientada para o mercado de consumo e a atração de consumidores. Como Adam Smith notava, *"no sistema mercantilista, o interesse do consumidor é constantemente sacrificado, em favor da produção. Os ob-*

*jetivos finais são a indústria e o comércio, e não o consumidor".* As tarifas e os subsídios mantêm os preços artificialmente altos para os consumidores precisarem pagar.

Embora a proposta dos Estados Unidos na OMC seja um passo positivo, muito mais necessita ser feito. A administração Bush e o Congresso precisam liderar a implementação interna antes de perguntar ao resto do mundo se desejam aceitá-las. Para ter credibilidade e expandir os mercados de exportação, deveriam levar adiante as seguintes ações:

- Colocar emendas na Farm Bill para reduzir subsídios, conforme os modelos de reforma aplicados pela Austrália e Nova Zelândia;
- Remover as tarifas de importa-

ções para centenas de produtos agrícolas;

- Com menores tarifas e subsídios, pressionar os demais membros da OMC a seguirem o mesmo caminho.

Como maior exportador mundial de produtos agrícolas, os EUA devem liderar o processo de reforma nas políticas de subsídios e de tarifas no setor. Apesar de ser politicamente difícil e de enfrentar a força dos *lobbies* agrícolas, a agroindústria norte-americana será fortalecida com mais prosperidade, menores preços aos consumidores e mais alternativas de crescimento. Além disso, dará mais credibilidade em sua participação global, além de oferecer uma posição mais favorável nas negociações internacionais. ■

## O lobby rural nos Estados Unidos

O National Cotton Council (NCC) está extremamente desapontado com a declaração aprovada pelos participantes da Conferência Ministerial concluída no final de 2005. A entidade aponta que seu texto não está consistente com o simples conceito de compromisso com a agricultura. Ao mesmo tempo, estabelece precedente imprudente para negociações comerciais na OMC.

Existe um afrouxamento completo nos consensos, quando sugere rápidos cortes nos recursos de apoio à agricultura dos EUA e da UE, para dar acesso de preferência aos produtos dos países em desenvolvimento. Também elimina as exportações subsidiadas de algodão antes de a implementação do período de acordo ter iniciado. Para a indústria do algodão norte-americana, será uma concessão unilateral sem nada em troca.

Estudos encomendados pela NCC junto às organizações de prestígio acadêmico internacional concluem que o programa do algodão nos EUA não é responsável pela pobreza da África. Há uma ignorância com relação à importância de aumentar o consumo interno nos países em desenvolvimento e à complicada realidade do mercado mundial de fibras e têxteis.

Outro argumento é de que a cotonicultura norte-americana não foi consultada para aceitar o tratamento injusto e desigual da Rodada de Doha, segundo a NCC. A retomada das negociações somente logrará sucesso completo se trouxer benefícios para todos os agricultores.

Países do oeste africano não são levados em conta, no caso de requererem mais algodão importado, para facilitar o acesso a seus mercados. É uma concreta evidência de que a controvérsia tem como enfoque o algodão dos EUA, e não os produtores africanos. O acesso dos países em desenvolvimento na área têxtil norte-americana corresponde a um mercado anual de 6 milhões de fardos. China, Índia e Paquistão consomem 70 milhões de fardos por ano. Não há nenhum registro sobre como melhorar o acesso do algodão dos EUA, enquanto a China, maior produtora e importadora mundial de algodão, receberá tratamento especial, como recente membro da OMC.



## Balanço da oferta e da demanda no mundo

O segundo melhor ano para a produção de grãos foi 2005. Os estoques de soja chegaram no mais alto nível, e o de milho está muito bem adequado. Para os próximos meses, os custos de ambos os produtos estarão baixos. Já em médio prazo, enquanto a soja permanece estável, no milho poderá ocorrer alguma pressão de instabilidade e alta na cotação.

A sojicultura mostra desempenho favorável na América do Sul, combinado com generosas colheitas

nos Estados Unidos, que lideram as exportações mundiais. Uma menor produção em um dos hemisférios pode ser compensada com uma maior produção em outro, no decorrer de um semestre.

Para o milho, o contexto muda de figura. Se os EUA dominam o comércio global, o balanço de oferta e demanda na região do Corn Belt determina em grande dose os preços. Embora o foco das atenções se concentre nas condições climáticas, o crescimento da demanda de milho

tem sido um fator de influência crescente na formação do preço. Uma parte cada vez maior do cereal, que alcança o dobro da produção da Argentina, vai para a fabricação de etanol. Esse incremento na procura traz volatilidade nos preços do milho e atrapalha os planos da agroindústria avícola e suinícola.

### EXCEDENTES

As diferentes estações de produção de soja entre os hemisférios norte e sul acarretam vantagens para as agroindústrias avícola e suinícola. Há um excedente de produto a cada seis meses. As duas regiões possuem as maiores participações mundiais no comércio de grãos e farelo.

No começo dos anos 90, enquanto o Brasil e a Argentina eram pequenos exportadores no complexo da soja, os EUA dominavam o mercado mundial. Mas a taxa de crescimento da produção na América do Sul cresceu de forma rápida. Nos últimos quatro anos, as exportações de grãos e farelos dos EUA permaneceram estáveis, em 35 milhões de toneladas, embora as da Argentina e do Brasil tenham mostrado um aumento de 48 milhões de toneladas para 72 milhões de toneladas.

O crescimento da sojicultura na América do Sul é uma boa notícia para os usuários do complexo da soja, porém, aumenta a importância dos EUA para a oferta do produto. Uma quebra de safra no hemisfério sul acarreta aumentos substanciais no preço. O mercado ainda não atingiu esse ponto. A colheita do hemisfério norte é ainda um bom contrapeso para a expansão da colheita no hemisfério sul. Apesar de as colheitas da Argentina e do Brasil estarem cada vez mais próximas, os EUA deverão liderar a produção por mais alguns anos.

Um dos melhores indicadores do comportamento futuro de preços nas *commodities* agrícolas são os estoques de passagem. No caso das oleaginosas, em que a soja detém a grande participação, os estoques permanecem estáveis nos últimos anos, com uma tênue baixa em 2004. Com

a recuperação das reservas e maiores colheitas na América do Sul, os preços podem cair um pouco e ficar relativamente estáveis.

## OFERTA

A conjuntura para os grãos forrageiros, principalmente, milho e sorgo, difere da situação da soja. Apenas um país domina as exportações, e a tendência de longo prazo é de redução dos estoques. A produção da América do Sul ainda não possui escala para contrabalançar a colheita norte-americana. Nenhum outro competidor de peso ainda apareceu no leste da Europa, onde a Ucrânia poderá ser um futuro rival no segmento de exportação de milho.

A oferta de grãos forrageiros vinha caindo, tendo atingido um nível crítico em 2004. As colheitas recordes de milho nas últimas duas safras amenizaram o problema. De 1999 a 2004, os estoques de grãos forrageiros baixaram de 220 milhões de toneladas para 135 milhões de toneladas, para depois se recompor, chegando a 171 milhões de toneladas em 2005. As projeções para 2006 são de um volume em torno de 146 milhões de toneladas.

Um declínio nas reservas de grãos forrageiros para a próxima temporada é um sério alerta para uma provável retomada dos preços, principalmente, se a colheita norte-americana não repetir o ótimo desempenho das duas últimas safras. Não obstante a tendência de queda na oferta, as estimativas presentes para os preços são de baixa. O risco principal é de uma severa queda na produção.

## DISPONIBILIDADE

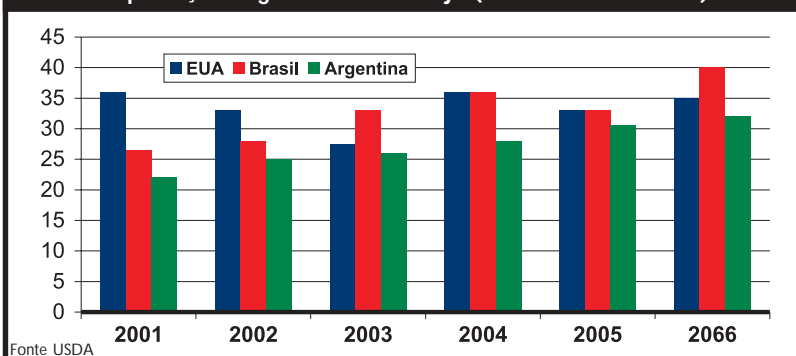
A produção na Argentina e no Brasil não oferece a disponibilidade mundial de milho. Com perspectiva de não sofrer alteração nos próximos anos, os Estados Unidos participam com 55% na colheita global de grãos forrageiros. A colheita do Meio-Oeste norte-americano é crucial para o equilíbrio da oferta e demanda. Uma fraca produção afetará de imediato os preços. Com a tendência de a América do

Sul ganhar mais força na sojicultura, uma troca de soja para milho faz parte do cenário norte-americano. Isso tornará o país mais importante ainda no milho.

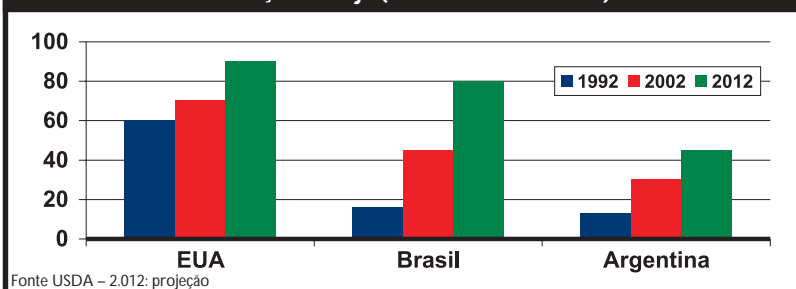
Entre os fatores que podem influenciar os preços do milho, estão

o crescente uso do produto para a fabricação de etanol e o rápido declínio das exportações chinesas. Como se sabe, as usinas de etanol estão em célebre crescimento nos EUA. Uma vez que o produto é usado como combustível para ser mis-

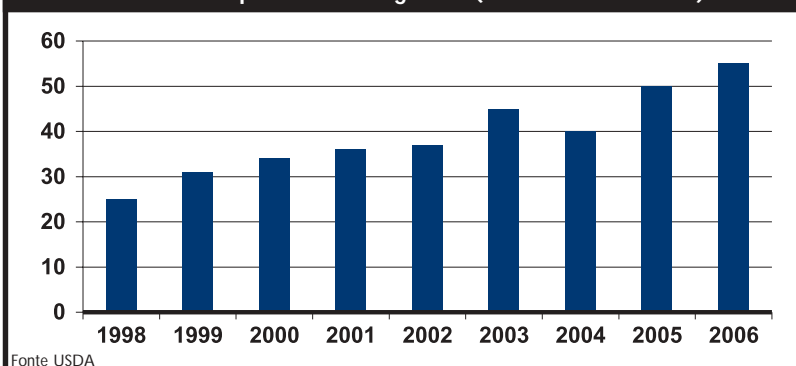
Exportação de grão e farelo de soja (milhões de toneladas)



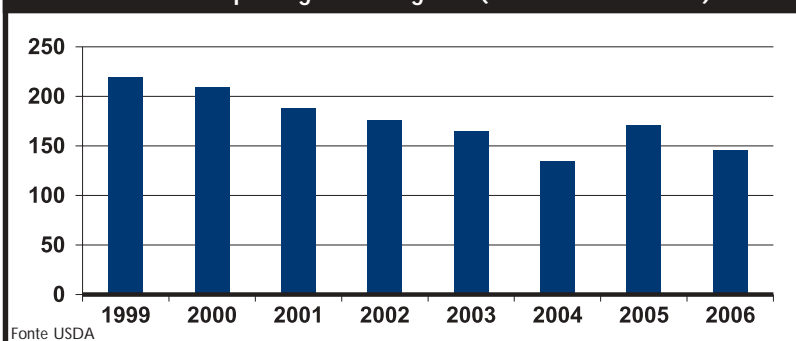
Produção de soja (milhões de toneladas)



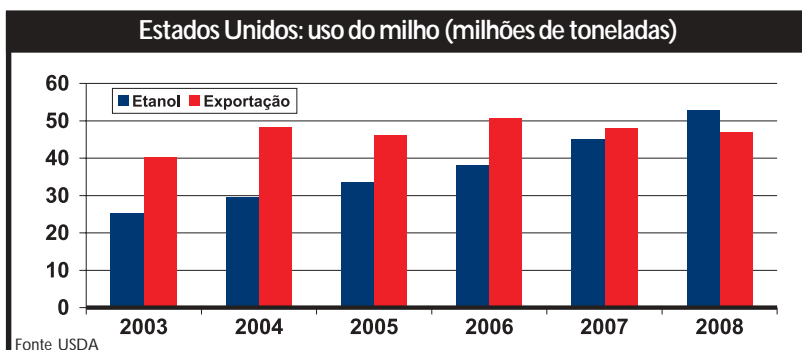
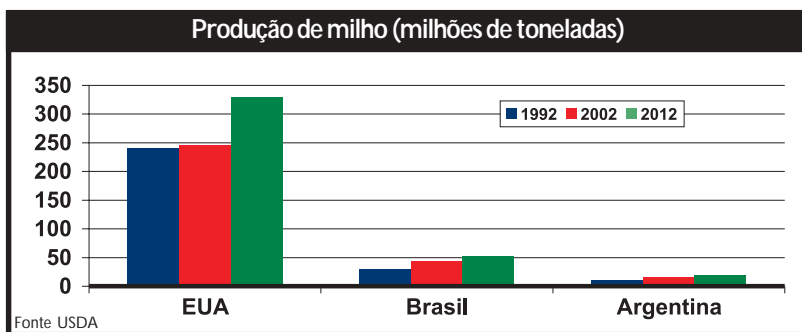
Mundo: estoque final de oleaginosas (milhões de toneladas)



Mundo: estoque de grãos forrageiros (milhões de toneladas)







turado com a gasolina, há o recebimento de subsídio para tornar economicamente viável a conversão do milho em etanol.

O processo de industrialização deixa 30% do seu peso original em grãos secos destilados. Se esse resíduo pode ser um substituto para o farelo de soja, o mesmo não sucede com o milho, pois a sua energia foi removida na fabricação do etanol.

## ENERGIA

Usuários de milho revelam uma certa preocupação com o novo e massivo uso do cereal. Brevemente, nos EUA, a quantidade de milho utilizada no etanol excederá à quantidade exportada. Com a recente lei

de energia, aprovada em 2005, a produção de etanol poderá dobrar nos próximos cinco anos.

Como a produção de álcool representa mais energia interna, além de ser amigável do ponto de vista ambiental, sobram argumentos para justificar o aumento rápido no uso do milho. Não existe 'almoço de graça' quando a questão a ser tratada é a produção de etanol.

Há muita controvérsia em torno do custo da energia para produzir e transformar o milho em etanol. Muitos estudiosos argumentam que o etanol não é uma solução mágica para resolver o problema energético e pode não ser um bom negócio quando se analisa os seus usuários. O processo precisa ser subsidiado e

deve ser mais avaliado.

Face ao insaciável apetite norte-americano por gasolina e ao limite do seu tesouro para subsidiar o uso de milho para etanol, um aumento na demanda resultará em pressão nos preços do milho. A esperança é de que o desenvolvimento tecnológico venha proporcionar uma via para o uso de resíduos de culturas na fabricação do álcool. Nessas circunstâncias, os subsídios para produzir milho e etanol seriam desnecessários e se liberaria o grão necessário na energia dos automóveis para atender à alimentação humana e animal.

## CHINA

Uma preocupação final a ser mencionada consiste no quadro de balanço de oferta e demanda da China, que, no milho, se move para ser importador e deixar de ser exportador. Internamente, o grão é remanejado para a região nordeste, mas falta o cereal em outras regiões. A saída é a importação. Se essa tendência se acentuar, haverá reflexos no preço do milho.

Uma boa expectativa para o milho é de que uma projeção de preços mais baixos, em longo prazo, força os produtores a adotarem mais tecnologia para conseguir ganhos de produtividade. Há muito espaço a ser conquistado nessa área. Muitos países, como a Ucrânia, estão bem aquém de seu potencial produtivo.

Em curto prazo, os preços do grão da soja deverão ficar fracos, face às grandes colheitas realizadas pelos EUA.

No farelo, haverá estabilidade de preços, em médio prazo, com oscilações de baixa e alta, devido a adversidades climáticas. Já o milho pode ter flutuação maior, com a maior demanda do cereal internamente para o etanol e externamente pela China. Possíveis respostas de produção em função dos sinais de preços emitidos pelo mercado parecem pouco prováveis. ■

**ONDE SABER MAIS:**  
Arbor Acres, Broiler Economics  
Bulletin  
Corn and Soybean Update 2005,  
outubro de 2005, Paul Ahro



# Dificuldades na busca de alternativas para a soja

Antonio Carlos Roessing\*  
Joelsio José Lazzarotto\*

**E**m anos em que a oferta ultrapassa a demanda de um produto no mercado, mesmo sendo esse produto uma *commodity*, com grande participação no comércio internacional, é comum acontecer quedas de preços a ponto de tornar não remunerativa a sua produção.

Como no caso da safra 2005/2006 de soja, muitos agricultores não conseguirão pagar seus custos totais, e, ainda mais, terão sorte se conseguirem cobrir os custos diretos; seria o caso de o agricultor não ter semeado soja?

Ao tentar responder a essa questão, deve-se analisar os possíveis resultados econômicos

associados com o cultivo da soja e outras lavouras.

## MILHO

A maior parte dos produtores de soja, ao invés de ampliar, basicamente, apenas a área cultivada com a ole-

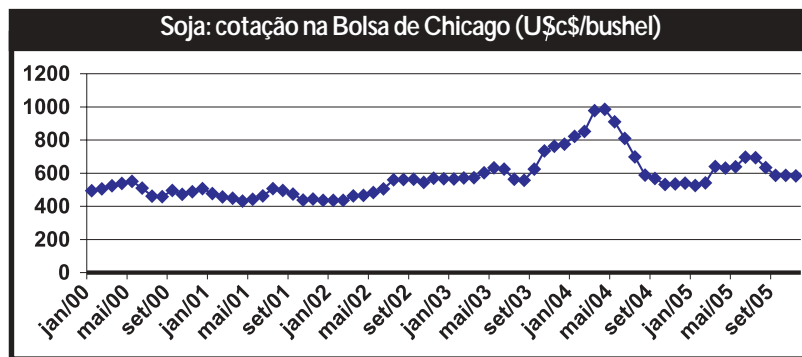
aginoso, não aumentam, também, a área explorada com milho, face a três pontos principais:

- 1) O milho é uma cultura que, em relação à soja, apresenta maiores riscos técnicos e problemas climáticos;
- 2) Enquanto a soja é considerada um produto de alta liquidez, o milho, em geral, é visto como uma cultura com grandes limitações, em termos de comercialização e maiores instabilidades de mercado;
- 3) Como o produtor rural brasileiro, normalmente, tem grande aversão ao risco, o cultivo da soja passa a ser preferível ao do milho.

## ALGODÃO

Na avaliação dos resultados econômicos para o algodão, em princípio, se tem a impressão de que o produtor de soja deveria substituir o cultivo dessa oleaginosa pelo de algodão. Essa não substituição também é justificada por três razões principais:

- 1) Para produzir algodão com alta tecnologia, há necessidade de investimentos em capital produtivo muito superiores àqueles requeridos para o cultivo da soja;
- 2) Os sistemas de produção de algodão apresentam maiores complexidades técnicas, requerendo, portanto, maior qualificação técnica e gerencial por parte dos produtores (o produtor rural brasileiro, normalmente, tem sérias limitações em termos de capacidade gerencial);
- 3) O mercado do algodão, em relação ao da soja, também é tido como mais limitado. Isso gera o sentimento de que uma maior expansão da produção algodoeira traria grandes consequências negativas, pois im-



Fonte: USDA



possibilitaria o retorno do capital investido na atividade.

Diante desses fatos, a produção de algodão, em geral, tende a ficar concentrada em determinadas regiões, onde já existe uma certa infraestrutura de processamento, bem como uma maior organização dos produtores.

## OUTRAS CULTURAS

Além do milho e do algodão, poderiam ser destacadas outras culturas, como arroz, feijão e girassol, que podem ser, em menor ou maior grau, substitutos potenciais da soja. No entanto, essas culturas, também, têm certas limitações em relação a requerimentos agro-ecológicos, bem como propiciam resultados econômicos e de comercialização considerados, por grande parte dos sojicultores do Brasil, como pouco atraentes no sentido de fazer com que

substituam, mesmo que parcialmente, o cultivo da soja por outra exploração agrícola.

## SUSTENTABILIDADE

Diante desse contexto da exploração brasileira da soja, a sua área cultivada, ao se expandir do sul para o norte do País, tende a ser explorada, sobretudo, em sistemas mais próximos do monocultivo, com sérios riscos referentes à sustentabilidade, sob as óticas ecológica e econômica.

A prática de rotação de culturas, altamente recomendada para diversificar os sistemas produtivos, a fim de melhorar as condições ecológicas e minimizar possíveis riscos econômicos associados com a exploração de um único produto, não é praticada na maioria da área cultivada com soja no Brasil. Nesse ponto, é necessário destacar

que, na Região Sul, apesar de as propriedades rurais serem menores que nas demais regiões, a exploração da oleaginosa ocorre dentro de sistemas mais equilibrados, em termos ecológicos, pois apresentam uma certa diversificação de atividades agrícolas e pecuárias.

Na visão de sustentabilidade, no País, cresce o desenvolvimento de sistemas de produção que fazem a integração entre a agricultura e a pecuária, especialmente de bovinos de corte. Esses sistemas, embora ainda pouco abrangentes em termos de área, constituem interessante alternativa para atingir os objetivos de:

- Minimizar problemas associados com a falta de diversificação de cultivos e com a ocorrência de plantas daninhas, pragas e doenças nas lavouras;
- Permitir a recuperação da capacidade produtiva das áreas desti-

### Evolução dos resultados econômicos

Item	Soja							
	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Produtividade (kg/ha)	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Preço (R\$/sc)	27,4	26,5	24,1	31,2	36,7	41,8	27,4	27,6
Receita total	1.371,2	1.324,5	1.203,4	1.562,0	1.834,2	2.088,9	1.367,8	1.380,0
Custo com insumos	668,7	792,8	722,7	762,8	589,5	747,1	829,0	720,9
Custo com operações	163,9	170,8	185,6	207,2	203,4	286,8	259,0	275,1
Outros custos	406,6	400,0	366,6	441,2	470,7	555,8	407,2	408,6
Custo total	1.239,1	1.363,5	1.274,9	1.411,2	1.263,6	1.589,6	1.495,2	1.404,7
Renda líquida	132,1	-39,1	-71,5	150,8	570,6	499,2	-127,5	-24,7
Item	Milho							
	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Produtividade (kg/ha)	5.200,0	5.200,0	5.200,0	5.200,0	5.200,0	5.200,0	5.200,0	5.200,0
Preço (R\$/sc)	15,0	14,7	14,0	15,6	25,6	16,5	15,5	15,6
Receita total/ha	1.296,4	1.275,4	1.216,7	1.353,8	2.219,5	1.429,2	1.340,0	1.352,0
Custo com insumos	571,2	669,0	737,3	744,5	615,0	776,6	900,9	777,3
Custo com operações	234,0	301,9	217,8	222,5	186,1	349,2	404,6	407,1
Outros custos	248,4	374,8	210,6	420,6	321,6	383,1	407,1	245,3
Custo total	1.053,5	1.345,7	1.165,7	1.387,6	1.122,8	1.508,9	1.712,6	1.429,7
Renda líquida	242,9	-70,3	51,0	-33,8	1.096,7	-79,7	-372,6	-77,7
Item	Algodão							
	-	1999/00	2000/01	-	2002/03	-	2004/05	2005/06
Produtividade (@/ha)	-	170,0	230,0	-	230,0	-	230,0	230,0
Preço (R\$/@)	-	16,3	18,8	-	20,9	-	18,3	18,5
Receita total/ha	-	2.767,6	4.324,6	-	4.815,6	-	4.206,0	4.243,5
Custo com insumos	-	1.477,3	2.121,0	-	1.365,4	-	2.203,9	1.491,1
Custo com operações	-	720,2	698,2	-	578,2	-	763,4	778,5
Outros custos	-	532,2	600,5	-	529,4	-	637,1	306,5
Custo total	-	2.729,7	3.419,6	-	2.472,9	-	3.604,4	2.576,1
Renda líquida	-	37,8	905,0	-	2.342,7	-	601,6	1.667,4

\*Previsão. Fonte: elaborado pelos autores a partir de pesquisa de campo e com base em trabalhos desenvolvidos pela equipe de economia rural da Embrapa Agropecuária Oeste.



nadas às pastagens que, muitas vezes, apresentam índices zootécnicos muito aquém do potencial;

- Formar um fluxo de caixa mais condizente com o orçamento familiar, especialmente para o pequeno produtor;

- Aumentar a eficiência e as condições para a produção de produtos pecuários facilmente comercializáveis e de valor no mercado;

- Intensificar o uso da terra e melhorar a fertilidade do solo, devido ao acúmulo de matéria orgânica, à alteração na reciclagem de nutrientes e às melhorias na eficiência do uso de fertilizantes e na capacidade diferenciada de absorção de nutrientes.

## LAVOURA-PECUÁRIA

Vale frisar que o sistema de integração lavoura-pecuária requer algo nem sempre existente na produção agropecuária: capacitação técnica e preparo gerencial, ou seja, transformar a atividade agropecuária em atividade tipicamente empresarial. A integração exige ampliação do conhecimento do proprietário ou a contratação de mão-de-obra especializada, com capacidade para lidar tanto com a atividade agrícola como com a pecuária, algo pouco comum para técnicos de nível superior. Dessa forma, se acredita que a área ocupada pela integração lavoura-pecuária continue restrita por algum tempo.

Apesar de a renda líquida da soja ter sido negativa em alguns anos, sua liquidez é fator fundamental para a insistência do agricultor na atividade. Além disso, normalmente o produtor considera os custos diretos, ou seja, apenas os desembolsos realizados com insumos e mão-de-obra eventual, sequer considerando a remuneração do proprietário. Dessa forma, a renda bruta geralmente é positiva, embora a renda líquida possa apresentar valores negativos. Daí, a insistência com a sojicultura, mesmo com seus problemas de rentabilidade. ■

\* Pesquisadores da Embrapa-Soja.  
E-mail: acr@cnpso.embrapa.br;  
joelsio@cnpso.embrapa.br

# Ferrugem asiática volta a ameaçar a safra



**P**lantada até o final de novembro, principalmente, a cultura da soja deixa os produtores em alerta. O primeiro foco de ferrugem asiática na soja da safra 2005/2006 do Brasil foi identificado em 25 de outubro, no município de Primavera do Leste (Mato Grosso, segundo o Centro Nacional de Pesquisa de Soja - CNPSO), da Embrapa. Novamente, a doença

### Registros da ferrugem da soja (safra 2005/06)

Paraná .....	37
Mato Grosso do Sul .....	19
São Paulo .....	18
Mato Grosso .....	12
Outros .....	15

Fonte: Embrapa até 30 de dezembro de 2005

apareceu bastante cedo na atual safra de verão. Na safra 2004/2005, a primeira comunicação oficial da presença da ferrugem havia sido feita no dia 10 de novembro do ano passado.

A ferrugem é uma doença fúngica altamente contagiosa, que, se não for controlada, pode provocar reduções de até 80% na produtividade das la-

vouras de soja. A Embrapa-Soja alerta que os agricultores devem intensificar o monitoramento para que a doença seja identificada logo no início e o controle seja eficiente. O Brasil registrou perda de mais de 4 milhões de toneladas

na safra 2003/2004, quando houve presença agressiva da doença.

Na safra passada, os danos foram reduzidos, devido ao melhor contro-

le e também à estiagem que afetou grandes áreas de produção. A doença se espalha mais rapidamente em ambientes de clima ameno e úmido. Até o final de 2005, haviam sido registrados mais de 100 focos do fungo, esse número saltou para 300 em meados deste mês. Na safra 2005/06 houveram 459 ocorrências

## Recursos para o controle da doença

**A** Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) anunciou que os produtores do Centro-Oeste já podem procurar as agências do Banco do Brasil para obter financiamentos da linha emergencial de custeio para prevenção e controle da ferrugem asiática da soja. Em dezembro último, o Conselho Deliberativo do Fundo do Centro-Oeste (Condel/FCO) aprovou a liberação de R\$200 milhões para essas operações, que deverão ser realizadas até 28 de fevereiro.

De acordo com a SPA, o limite de crédito por beneficiário da linha emergencial de custeio para prevenção e controle da ferrugem asiática da soja é de R\$140 mil, correspondendo à cerca de mil

hectares. A operação vencerá em 31 de outubro, e a amortização é semelhante ao custeio alongado: parcelas iguais e sucessivas, sendo a primeira 60 dias após a colheita. Os juros anuais são os seguintes: 6% para miniprodutores, 8,75% para pequenos e médios, 10,75% para grandes produtores. Há um bônus de adimplência de 15% para os juros.

A linha emergencial aprovada pela FCO foi regulamentada pelo Mapa, em parceria com o BB, Condel/FCO e os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Com a liberação do financiamento para prevenção e controle da ferrugem asiática da soja, o governo federal garante aos agricultores suporte financeiro para que possam erradicar a doença, detectada nas lavouras brasileiras da oleaginosa desde 2002.

## CRÉDITO RURAL

Entre junho e dezembro de 2005, o Banco do Brasil liberou R\$18,071 bi-

as em toda a temporada anterior, de acordo com o Sistema de Alerta da Embrapa.

Os levantamentos são feitos nas chamadas áreas de monitoramento, cultivadas especialmente para a identificação da doença, embora em algumas áreas comerciais a doença também já tenha sido identificada. As áreas são verificadas uma vez por semana para detectar a doença. Caso a ferrugem esteja presente, são realizados os tratamentos com fungicida. A identificação precoce da ferrugem asiática proporciona mais eficácia no tratamento, principalmente pelo fato de a doença ser bastante agressiva. De maneira geral, os produtores estão bem informados sobre como controlar a doença, mas há problemas de crédito para a compra de fungicidas, já que muitos agricultores enfrentam problemas financeiros.

Principal item da pauta de exportações do agronegócio nacional, o complexo da soja tem um prejuízo estimado em US\$2 bilhões por ano com a ferrugem asiática. Do total, US\$1,2 bilhão representa perdas diretas – lavouras destruídas – e outros 800 milhões estão relacionados aos custos do controle da doença. ■

► **lhões para o crédito rural.** Isso representou mais de 66% do total de recursos previstos para a atual safra, segundo a área de agronegócios do BB. Para janeiro, serão disponibilizados mais R\$2 bilhões para o crédito rural. Com isso, o total de recursos liberados pelo BB na safra 2005/06 deverá chegar a R\$20 bilhões até o próximo dia 31. O banco pretende liberar R\$27,1 bilhões até o final deste semestre, atingindo o montante total previsto para a atual temporada agrícola.

Os R\$2 bilhões se destinam a diversas linhas de crédito. Entre elas, o financiamento da safra do Nordeste, a compra de insumos para a safra de inverno e safrinha. Os recursos também poderão financiar o custeio da cana-de-açúcar, de pecuária e integração de aves e suínos, e as operações de comercialização (EGF, desconto de NPR, LEC e crédito agroindustrial) e CPR.

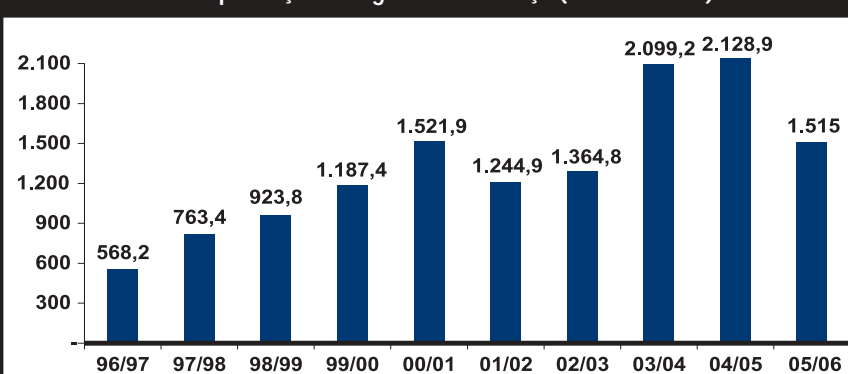


## Demanda supera oferta no algodão na safra 2005/2006

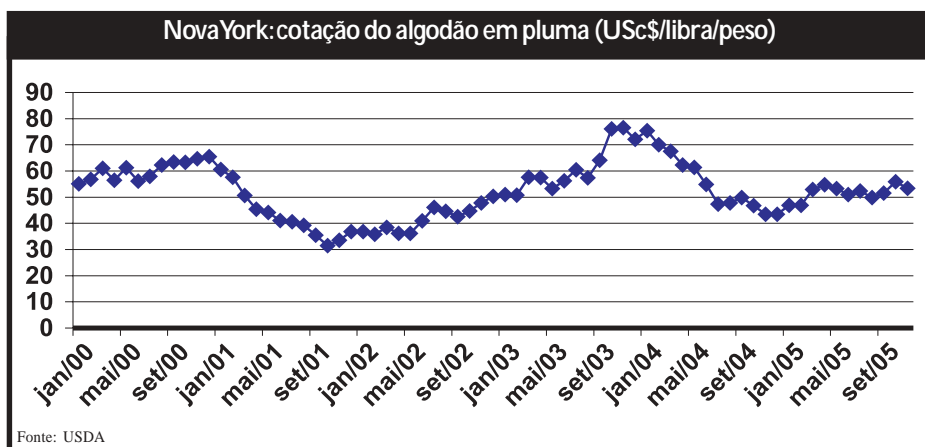
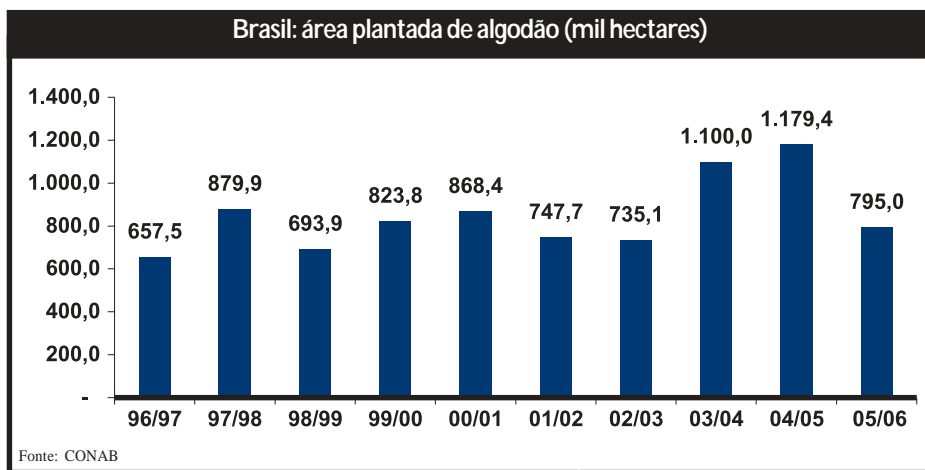
**N**a safra de algodão 2000/01, os estoques mundiais de passagem alcançaram 50% do consumo mundial, e os preços em Nova York e no Brasil atingiram níveis abaixo dos 30 cts/lb. O Brasil, com uma grande

safr e custo médio de produção de 42 cts/lb (FOB - Porto Brasileiro), contava com a vantagem cambial. O governo também ajudou, por meio de leilões de PEP e opções de venda para os produtores. Nada disso foi suficiente para der-

Brasil: produção de algodão em caroço (mil toneladas)



Fonte: CONAB



rubar a produção em 2001/02.

De 2002 a 2004, os preços no mercado internacional se recuperaram e a cotonicultura retomou seu crescimento. Para 2005, as perspectivas ficaram menos favoráveis, pois a safra mundial de algodão em pluma foi a maior de sua história, com 25,5 milhões de toneladas, 25% acima da produção do ano anterior. Com o consumo próximo de 23 milhões de toneladas, os estoques de passagem aumentaram em 2,5 milhões de toneladas, e os preços chegaram em patamares baixos, próximos dos 45 cts/lb. Para agravar, ocorreu a valorização cambial do real.

## PREVISÃO

Como resultado, a presente temporada 2005/06 registra uma diminuição da área plantada de algodão no Brasil, próxima de 400 mil hectares. A redução se deve aos baixos preços do produto no

mercado internacional e à valorização do real frente ao dólar. Estudos da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa) apontam, para a safra 2005/06, uma queda de 20% na produção de pluma, de 1,1 milhão de toneladas para cerca de 900 mil toneladas.

As maiores diminuições de área e produção são verificadas em Mato Grosso e Goiás, embora o recuo seja significativo também em São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Há um retrocesso na cadeia produtiva, depois de o Brasil ter se tornado um dos grandes produtores mundiais da matéria-prima. As exportações de 2006 cairão em 10%, em relação às 390 mil toneladas de 2005.

Tudo isso vai na contramão do "Brazilian Cotton Lint 2005", um *road show* internacional, realizado em outubro último com o apoio do MAPA, para divulgação e promoção comercial do setor no mer-

cado externo. Composto por 20 grandes produtores da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), representantes do Mapa, da FMC Química e da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), o grupo passou por países como Inglaterra, Suíça, Turquia, China e Austrália.

A missão tinha o objetivo de estimular as exportações e a promoção do produto no mercado internacional. A meta brasileira é chegar em 2010 com uma exportação de até um milhão de toneladas por ano, o dobro dos atuais volumes embarcados. Durante a viagem, foram realizados seminários, palestras, audiências e visitas a indústrias para a prospecção de novos negócios e consolidação dos atuais compradores.

Mesmo com a falta de produção para atender à demanda do mercado interno, neste ano, a tendência dos produtores será manter os volumes de exportação para não perderem mercado. Diante disso, as importações da pluma subirão de 40 mil toneladas para algo em torno de 160 mil toneladas.

Líderes de entidades consideram um grande retrocesso para a cotonicultura brasileira, bem como destacam que a redução da produção inverterá os números da balança comercial.

Do consumo brasileiro, que é de 900 mil toneladas, é preciso deduzir as:

- 1) 300 mil toneladas contratadas para exportação, por meio de vendas antecipadas;
- 2) 70 mil toneladas importadas do Uruguai por força de um acordo no Mercosul.

Com esse balanço, o País será obrigado a comprar 270 mil toneladas da pluma para abastecer as indústrias têxteis do Paraná, de Santa Catarina, São Paulo e do Nordeste. ■







## Sementes com presença de OGM

Uma Portaria do MAPA reconheceu as zonas de exclusão para o plantio de sementes de algodão com presença adventícia de organismos geneticamente modificados. Um parecer técnico conclusivo da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança fixou o limite de tolerância de até 1% de eventos de modificação genética em sementes de algodão convencional.

As áreas foram definidas a partir de orientação técnica da Embrapa Algodão, que se baseou na distribuição das espécies de sementes de algodoeiro nativas ou naturalizadas e no zoneamento agrícola da cultura. Fazem parte das zonas de exclusão: Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de municípios e localidades específicas de: Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O estabelecimento das normas é importante para orientar o comércio e a utilização de sementes de algodão na safra 2005/2006. Quem desobedecê-las estará sujeito às multas previstas na Lei de Biossegurança. As áreas e localidades definidas na Portaria do MAPA poderão ser atualizadas a partir de nova orientação da Embrapa Algodão ou da própria Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

Paralelamente, o Mapa criará uma força-tarefa para coibir o uso de sementes ilegais de algodão (pirateadas) e com baixo padrão tecnológico. O alvo principal do governo será o comércio ilegal de sementes geneticamente modificadas.

Segundo a Associação Brasileira de Sementes (Abrasem), a demanda brasileira por sementes de algodão para garantir o plantio de cerca de um milhão de hectares é de 13 mil toneladas. Mas segundo a entidade, 40% dessa demanda, ou mais de cinco mil toneladas, são de sementes ilegais.

Os produtores de algodão que utilizarem sementes pirateadas ou contrabandeadas não terão acesso aos mecanismos de apoio à comercialização agrícola, principalmente os leilões de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e o Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP).

Para ter acesso a esses instrumentos, os produtores terão de comprovar o uso de sementes legais ou certificadas em suas lavouras. O uso de sementes 'piratas' desestimula a geração de novas tecnologias e não paga *royalties*. A Lei de Proteção de Cultivares permitiu à iniciativa privada e aos órgãos de pesquisas lançarem no mercado sementes melhoradas e resistentes aos impactos de problemas climáticos e pragas.



## Mercado externo acirrado

Para crescer e atingir a meta de responder por 1% do comércio internacional na área, como nos anos de 1980, as companhias têxteis e de confecções brasileiras terão de redobrar seus esforços. Pela primeira vez em mais de quatro décadas, não há contenções físicas nos principais compradores mundiais: os Estados Unidos e a Europa. O Acordo de Têxteis e Vestuário (ATV) terminou em 31 de dezembro de 2004, depois de suceder o Multifibras e o Acordo Internacional de Têxteis de Algodão. Sem cotas que limitem as vendas de cada país exportador, a voracidade chinesa ganha espaço.

A despeito dos acordos de preferência em vigor, os têxteis chineses dispararam nos Estados Unidos. Em produtos como camisas e calças de algodão, podem ter dobrado. O governo dos Estados Unidos estuda a necessidade de impor algum tipo de barreira aos produtos chineses. Na Europa, os dirigentes aguardam para avaliar a real dimensão das vendas asiáticas na região, com o fim das contenções, antes de tomar medidas restritivas.

Pelo acordo firmado no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), os países cujos mercados sofrerem danos comprovados poderão lançar mão de restrições para proteger o comércio local até 2008; uma forma para arrefecer, ainda que em curto prazo, a pressão sobre os demais exportadores. A Índia, com um eficiente programa de investimentos na indústria têxtil, também se beneficiou com o fim das contenções.

Ainda não está bem claro o impacto do acirramento da concorrência e do fim das contenções sobre as vendas brasileiras. Em princípio, os países mais afetados serão aqueles que se transformaram em plataforma de export-

tação para aproveitar as cotas, mas sem uma estruturada cadeia têxtil interna.

## PRESSÃO DE PREÇOS

Mesmo com volumes relativamente baixos de exportação, correspondentes a 0,5% do comércio mundial, de US\$400 bilhões, as fábricas locais dificilmente passarão ao largo da pressão de preços provocada pelo fim das cotas.

A queda de 15% nos preços internacionais, entre 2005 e 2006, é considerada alta para a grande maioria das fábricas brasileiras. Por sua vez, o fato de a política externa do governo não contemplar acordos de preferências com países que são grandes importadores é outro obstáculo. O País deixa de garantir melhores condições internas, diante da concorrência com a China, que tem vantagens de custo de capital, dólar supervalorizado e mão-de-obra mais barata.

Diante desse cenário, produtores e exportadores brasileiros procuram mercados alternativos para investir em tecelagem ou até mesmo em confecção. Para tanto, buscam juntar preferências comerciais com importantes importadores e estrutura logística e tributária adequada à exportação. O desafio é agregar valor e atender a uma mudança de demanda nos grandes mercados consumidores que priorizam a peça confeccionada. As tecelagens enfrentam dificuldades para conseguir parceiros no País que atendam às exigências e aos volumes dessas encomendas.

Boa parte dessas barreiras pode ser vencida com a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ou outros acordos de porte. Haveria estímulo para o investimento interno na formação da estrutura necessária para o País galgar posições mais expressivas no mercado internacional de têxteis. Isso se torna viável, com uma confecção mais bem estruturada. O preço médio de venda de um quilo de algodão é de US\$1,23, enquanto o quilo da roupa sai por cerca de US\$14,10. No intuito de agregar valor à cadeia, surgem alternativas para fortalecer a confecção nacional, com pólos exportadores, por exemplo. Jogam a favor da indústria local a intensa competitividade no algodão, cuja queda de preços em 2004 ajudou a compensar a defasagem cambial. ■

## Cronograma da disputa na OMC

• **1999 a 2003:** o governo dos EUA concedeu ajuda de cerca de US\$12,5 bilhões ao setor. Com os subsídios, causaram prejuízo de cerca de US\$480 milhões ao ano aos produtores brasileiros, porque tornaram os preços internacionais 12% mais baixos.

• **Setembro de 2002:** o Brasil entrou com pedido de consultas com os EUA sobre os subsídios ao algodão. As reuniões de consulta não resultaram em acordo. Os americanos pareciam estar seguros de que o Brasil não conseguiria ir além das consultas. Abrir um contencioso na OMC é difícil e caro.

• **Fevereiro de 2003:** o Brasil pediu formalmente à OMC o estabelecimento de um Painel.

• **Janeiro de 2004:** o Painel apresentou relatório com ganho de causa ao Brasil. Os EUA recorreram da decisão ao Órgão de Apelação da OMC, procedimento normal para quem não aceita a decisão de um Painel.

• **Março de 2005:** o órgão de Apelação deu vitória ao Brasil. Os EUA têm 30 dias para informar se acatarão ou não as decisões e recomendações. Até o primeiro dia de julho, os EUA terão de eliminar os subsídios relacionados com exportação, do programa chamado de Step-2, que paga à indústria têxtil e aos exportadores a diferença entre o preço interno e o preço internacional, o sistema de financiamento à exportação com crédito de longo prazo, longo período de carência e juros baixos, condições inexistentes no mercado normal de crédito, e a garantia dos créditos de exportação, que elimina riscos do Banco financiador. Os demais subsídios serão eliminados em prazo maior, por envolverem negociação entre o executivo e o Legislativo, em até 15 meses ou em maio de 2006.

• **Junho de 2005:** como os EUA não cumpriram as determinações, o Brasil pede, em Genebra, autorização para adotar sanções contra o gigante norte-americano. O Brasil formaliza pedido de autorização na Organização Mundial de Comércio (OMC) para aplicar retaliações comerciais no valor de US\$2,9 bilhões contra os EUA. Foi incluída na retaliação a suspensão de concessões para serviços, patentes, direitos autorais e marcas, área sensível no relacionamento comercial com os EUA.

• **15 de junho de 2005:** a Organização Mundial do Comércio (OMC) dá o seu aval ao acordo entre o Brasil e os Estados Unidos na disputa sobre os subsídios americanos aos produtores e exportadores de algodão. Conforme o acerto, o Brasil suspende o seu direito de retaliar os Estados Unidos até o final deste ano. O governo americano, em contrapartida, prometeu conseguir a aprovação da mudança dos mecanismos de subvenção ao setor algodoeiro nesse período. Com isso, os norte-americanos evitaram as sanções comerciais e a consolidação de sua imagem como país transgressor das regras da OMC. Do lado do Brasil, diminuirá a concorrência desleal dos exportadores de algodão, com seu Avanço na OMC.

• **7 de julho de 2005:** o secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Mike Johanns, solicita ao Congresso a supressão do programa de subsídios ao algodão, chamado de Step-2, e a extinção do programa de crédito ao exportador de longo prazo, Intermediate Export Guarantee Program. O Step-2 é o principal mecanismo que garante, artificialmente, competitividade para o algodão americano. Em 2004, o valor desse subsídio chegou a ser igual ao preço do produto: os agricultores recebiam 72 centavos de dólar por libra-peso de algodão, enquanto, ao longo do ano, o mercado pagou entre 35 e 40 centavos de dólar por libra-peso do produto. Mesmo com o acordo para suspender temporariamente as sanções solicitadas ao Órgão de Resolução de Disputas da OMC contra os EUA, pelos subsídios ilegais concedidos a seus produtores de algodão, o Brasil se reserva o direito de solicitar o estabelecimento de um grupo especial, para o estabelecimento dessas sanções, a qualquer momento.

• **Dezembro de 2005:** os Estados Unidos anunciaram, na Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que vão cortar os subsídios à exportação de algodão até 2006, um dos principais temas das discussões ministeriais da entidade, desde o fracasso da reunião realizada em Cancun, no México, em 2003.



# Novo recorde do agronegócio

**M**esmo com a valorização do real frente ao dólar, os números da balança comercial, em 2005, atingiram recordes históricos em todas as variantes. As vendas externas chegaram a US\$118,309 bilhões. As compras do mercado internacional alcançaram US\$73,545 bilhões. Com isso, o saldo positivo chegou a US\$44,764 bilhões.

Esse desempenho contou com a importante contribuição das exportações do agronegócio, de US\$43,601 bilhões, também um recorde histórico em 2005. Quando comparada a 2004, a taxa de crescimento foi de 11,8%, correspondente a US\$4,585 bilhões. Em relação às exportações totais do País no exercício, a participação foi de 37%. O montante das importações somou US\$5,183 bilhões, o equivalente a uma variação anual de 6,2%. O resultado é um superávit da balança comercial da ordem de US\$38,417 bilhões.

Para explicar o comportamento favorável do agronegócio nas exportações, se destaca o elevado crescimento da economia mundial, com uma maior

demanda por bens e o aumento dos preços de importantes *commodities* da pauta de exportação, como açúcar, café e carnes. Somam-se a isso os problemas sanitários que afetam e provocam alta nos preços do mercado mundial de carnes, principalmente, das carnes de frango e suína, e da carne bovina, em menor medida.

## DESTAQUES

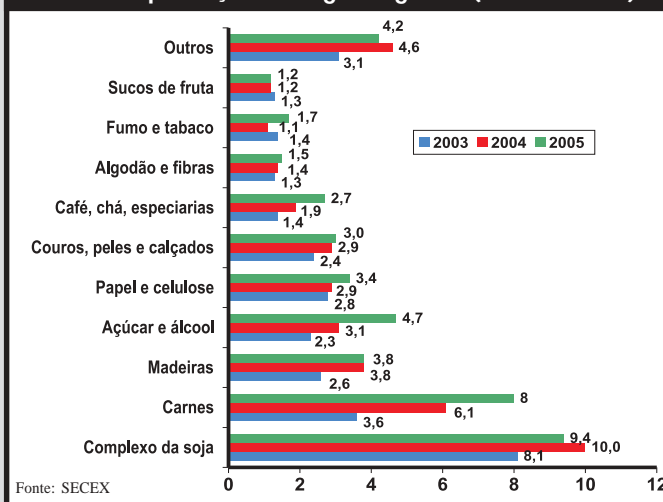
Os grupos de produtos que mais contribuíram para o crescimento das exportações foram carnes (31%); açúcar e álcool (49%); café (42%); e papel e celulose (17%). O acréscimo das exportações destes produtos compensou o desempenho

negativo do complexo da soja, o principal item da pauta.

Em 2005, a receita de exportações do complexo da soja totalizou US\$9,476 bilhões, comparados com US\$10,047 bilhões em 2004. Houve uma redução de 5,7%, face à queda de 15% dos preços da soja e seus derivados.

O aumento da quantidade exportada, de 36,2 milhões de toneladas para 39,5 milhões de toneladas, foi de 9,1%, o que ajudou parcialmente a redução de preços. Foram exportados 22,4 milhões de toneladas de soja em grãos, contra 19,2 milhões de toneladas, ou seja, 15,5% acima do volume exportado em 2004, com uma receita de US\$5,345 bilhões, levemente inferior ao valor registrado no ano anterior, de US\$ 5,394 bilhões. As exportações de farelo de

Brasil: exportação do agronegócio (US\$ bilhões)



Brasil: balança comercial do agronegócio (em US\$ milhões)

Produto	2005 (a)			2004 (b)			Var.(%) (a/b)	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
Complexo de soja	9.476.727	102.936	9.373.791	10.047.890	125.809	9.922.081	-5,7	-18,2
Carnes	8.065.561	98.915	7.966.646	6.147.840	84.188	6.063.652	31,2	17,5
Açúcar e álcool	4.684.322	310	4.684.012	3.137.968	411	3.137.557	49,3	-24,6
Madeira e suas obras	3.792.304	83.665	3.708.639	3.781.299	79.792	3.701.507	0,3	4,9
Papel e celulose	3.404.800	864.456	2.540.344	2.909.131	757.829	2.151.302	17,0	14,1
Couros, peles e calçados	3.069.444	237.638	2.831.806	2.896.734	224.916	2.671.818	6,0	5,7
Café, chá, mate e especiarias	2.668.986	22.544	2.646.442	1.891.676	31.377	1.860.299	41,1	-28,2
Fumo e tabaco	1.706.520	22.226	1.684.294	1.425.762	19.824	1.405.938	19,7	12,1
Algodão e fibras têxteis vegetais	1.525.955	235.967	1.289.988	1.441.344	277.672	1.163.672	5,9	-15,0
Sucos de frutas	1.245.057	148.257	1.096.800	1.193.688	90.720	1.102.968	4,3	63,4
Frutas, hortaliças e preparações	692.414	416.050	276.364	606.237	332.652	273.585	14,2	25,1
Pescados	390.338	287.572	102.766	416.005	241.089	174.916	-6,2	19,3
Cacau e suas preparações	386.807	115.325	271.482	319.937	86.606	233.331	20,9	33,2
Cereais, farinhas e preparações	339.026	1.193.434	-854.408	950.422	1.352.670	-402.248	-64,3	-11,8
Leite, laticínios e ovos	180.616	137.588	43.028	158.046	95.991	62.055	14,3	43,3
Bebidas	68.275	179.923	-111.648	51.171	154.333	-103.162	33,4	16,6
Borracha natural	325	269.222	-268.897	471	238.664	-238.193	-31,0	12,8
Demais produtos	1.903.457	767.871	1.135.586	1.640.076	686.230	953.846	16,1	11,9
<b>Total geral</b>	<b>43.600.934</b>	<b>5.183.899</b>	<b>38.417.035</b>	<b>39.015.697</b>	<b>4.880.773</b>	<b>34.134.924</b>	<b>11,8</b>	<b>6,2</b>

Fonte: SECEX/MDIC  
Elaboração: DPIA/SRI/MAPA

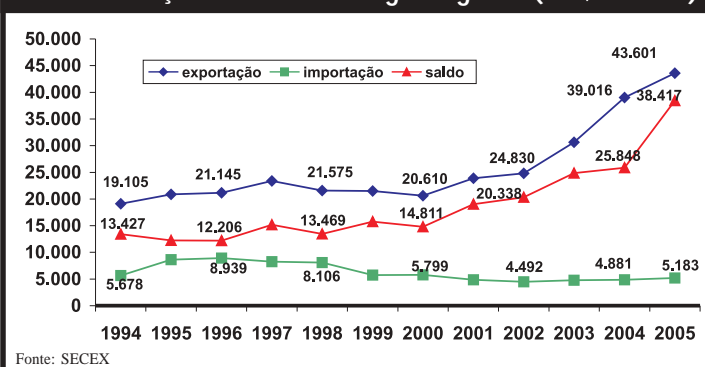


soja e óleo de soja em bruto apresentaram reduções mais significativas: -12,4% e 11,6%, respectivamente.

As exportações de carnes cresceram 31%, de US\$6,148 bilhões para US\$8,066 bilhões, resultado de um aumento de 15,5% na quantidade e dos preços mais elevados da carne bovina *in natura* (5%), frango *in natura* (17%) e suína (22,6%). Entre os produtos de maior participação, é importante destacar o crescimento das exportações de carne bovina *in natura* (23,2%, de US\$1,9 bilhão para US\$2,4 bilhões); frango *in natura* (33,3%, de US\$2,5 bilhões para US\$3,3 bilhões) e carne suína (50,9%, de US\$744 milhões para US\$1,1 bilhão).

A ocorrência de febre aftosa nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná resultou em queda das exportações de carne bovina *in natura* no quarto tri-

## Brasil: balanço comercial do agronegócio (US\$ milhão)



tidade exportada (15%, de 15,7 milhões de toneladas para 18,1 milhões de toneladas) e do aumento de 30% nos preços. As exportações de álcool cresceram 53%, passando de US\$497,7 milhões em 2004 para US\$765,5 milhões em 2005. O setor cafeeiro também se beneficiou do aumento de preços. O valor exportado aumentou 42% (de US\$ 2 bilhões para US\$ 2,8 bilhões). Os preços do café em grãos foram

4,5%; Oriente Médio, 10,2%; Europa Oriental, 53,3%; e África, 27,9%. A diversificação dos destinos chama atenção no desempenho das exportações do agronegócio em 2005.

Devido às diferentes taxas de crescimento, houve alterações na participação dos blocos como destinos das exportações. A União Européia continuou na liderança, absorvendo 32,5% das exportações totais do

agronegócio. A participação da Ásia foi de 19,8%, superando o Nafta, cuja participação apresentou uma redução de 16,2% em 2004 para 15,1% em 2005. Vale ressaltar o crescimento da participação da Europa Oriental (de 6,0% para 8,2%) e da África (de 5,7% para 6,5%).

Os principais compradores de produtos do agronegócio brasileiro foram: Estados Unidos (US\$5,9 bilhões, 3,6%); Países Baixos (US\$3,9 bilhões, 7,1%); China (US\$ 3 bilhões, 4%); Rússia (US\$ 2,7 bilhões, 76,6%); Alemanha (US\$ 1,8 bilhão, -4,7%); e Itália (US\$ 1,7 bilhão, 11,5%). É importante destacar o aumento da participação da Rússia como destino das exportações (de 3,9% em 2004 para 6,2% em 2005), passando de 6ª para 4ª principal compradora de produtos do agronegócio brasileiro.

No que se refere às importações, em 2005, houve um crescimento de 6,2%, passando de US\$ 4,880 bilhões para US\$ 5,184 bilhões. Os destaques foram as reduções das importações de trigo (-11%, de US\$

729,8 milhões para US\$649 milhões); algodão (-74%, de US\$ 162 milhões para US\$ 41 milhões); e arroz (-45%, de US\$235 milhões para US\$ 129 milhões). Apresentaram crescimento as importações de leite (50%, de US\$51 milhões para US\$77 milhões); borracha natural (12,8%, de US\$ 238,6 milhões para US\$269 milhões); e milho (70%, de US\$ 34 milhões para US\$ 58,8 milhões). ■

## Brasil: Exportação do Agronegócio em 2005 Total: US\$ 43,6 bilhões



mestre de 2005. O valor exportado foi 6,6% inferior em relação ao mesmo período de 2004. Os preços apresentaram um aumento de 14,2%, enquanto a quantidade exportada teve uma redução de 18%.

As exportações de açúcar e álcool aumentaram 49% (de US\$3,1 bilhões para US\$4,7 bilhões). No caso do açúcar, o maior valor das exportações (48,4%) resultou do aumento da quan-

tidade exportada (15%, de 15,7 milhões de toneladas para 18,1 milhões de toneladas) e do aumento de 30% nos preços. As exportações de álcool cresceram 53%, passando de US\$497,7 milhões em 2004 para US\$765,5 milhões em 2005. O setor cafeeiro também se beneficiou do aumento de preços. O valor exportado aumentou 42% (de US\$ 2 bilhões para US\$ 2,8 bilhões). Os preços do café em grãos foram

## DESTINOS

Com relação ao destino das exportações, as taxas de crescimento foram positivas para todos os principais blocos econômicos: União Européia, 5,5%; Ásia, 12,3%; Nafta, exceto México,



# Será 2006 o ano da redenção?

Evaristo Marzabal Neves\*

**S**e as expectativas para a citricultura brasileira em 2006 são alvissareiras, algumas notícias podem perturbar o bom ambiente esperado. Sopram bons ventos para a citricultura brasileira, mas há também nuvens escuras neste início de ano.

A formação de renda no setor, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) da citricultura, deve retrair cerca de R\$ 750 milhões em 2005, segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (Abecitrus). A valorização do real, ao longo do ano, reduziu em cerca de 35% o faturamento das indústrias exportadoras. Isto se deveu ao fato de o dólar

ter caído. Neste mês de janeiro, será firmado o parecer final da instituição. E o que dizer da barreira tarifária que se mantém incólume nos US\$418,50 por tonelada de suco brasileiro que ingressa nos EUA?

## AMEAÇA AO FUNDECITRUS

Há também o recrudescimento de antiga divergência entre indústrias e produtores. Isso poderá levar ao encerramento das atividades do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus). A principal divergência está no questionamento da atual divisão de contribuições: o Fundecitrus é mantido com recursos de empresas e citricultores, com colaborações de R\$ 0,09/cx de 40,8 kg por parte do citricultor e igual valor das indústrias, responsáveis pelo recolhimento da parte dos produtores.

Os citricultores reclamam da contribuição automaticamente descontada no momento da entrega da fruta para processamento e não sabem da contrapartida das indústrias. Estas, por sua vez, afirmam que muitos grandes citricultores independentes não contribuem e que não estão mais dispostas a bancar a diferença necessária para completar o orçamento do fundo.

Da forma como está, a

Abecitrus comunicou à Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) que só respeitará até março o atual modelo de sustentação do Fundecitrus.

Isto ocorre bem num momento em que é a citricultura brasileira tem tudo para se fixar hegemonicamente no mundo. A citricultura da Flórida, região maior concorrente do Brasil, enfrenta graves problemas climáticos e de fitossanidade. É fundamental uma maior harmonia entre estes segmentos do agronegócio citrícola, pois é inquestionável o papel que o Fundecitrus exerce na cadeia produtiva.

E é, justamente, do Fundecitrus a fonte de uma boa notícia. O seu levantamento por amostragem, realizado entre julho e agosto de 2005, aponta estabilidade pelo terceiro ano consecutivo, na incidência da Clorose Variegada dos Cítricos (CVC). No índice da CVC em pomares jovens por meio de adoção de manejo adequado, há redução; porém, a doença se agrava nos pomares adultos.

Segundo a Fundecitrus, a CVC atinge 43,28% das plantas do parque citrícola, muito próximo do índice dos anos de 2004 (43,84%) e 2003 (43,56%). E aí reside uma das facetas da importância da existência do Fundecitrus no acompanhamento e controle fitossanitário do parque citrícola.

As cotações do suco na Bolsa de Nova York experimentam recordes após a passagem do furacão Wilma.

## ESPECULAÇÕES

Com a estimativa de safra anunciada pelo USDA, na primeira quinzena de dezembro último, de uma retração de cerca de 28 milhões de caixas (de 190 milhões para 162 milhões na Flórida), as cotações começaram a subir e chegaram a US\$1,30 por libra-peso para entrega em janeiro próximo.

As especulações prevêm uma queda na produção da Flórida para algo ao redor de 150 milhões de caixas, em virtude de novos focos de Cancro Cítrico, do HLB e das perdas de frutas de baixo calibre. Im-

### Suco concentrado e congelado na Bolsa de Nova York

Mês	Cotação média por tonelada
Janeiro de 2004	916
Janeiro de 2005	1.173
Novembro de 2005	1.785

médio ficar ao redor de R\$2,92 em 2004, e em R\$2,43, em 2005.

Existe a possibilidade de validação e aplicação da tarifa *antidumping* pelos EUA em 2006. O Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em agosto de 2005, acatou a queixa movida pela Associação dos Citricultores da Flórida, de que as indústrias exportadoras de suco brasileiro vendem o suco no mercado norte-americano a um preço inferior ao seu valor de mer-

### Brasil: exportação de suco de laranja (milhão de toneladas)

Ano	Quantidade
2000	1,233
2001	1,113
2002	1,176
2003	1,347
2004	1,298

Fonte: ABECITRUS/SECEX

## Brasil: exportações de suco concentrado de laranja - 2000 a 2005 (em mil t)

Ano	U. Européia	NAFTA	Ásia	Mercosul	Outros	Total
Jan - nov/2005	877,3	194,3	165,8	1,5	85,3	1324,2
2004	932,7	151,9	142,5	2,4	68,1	1297,6
2003	924,0	225,9	140,0	1,7	55,6	1347,2
2002	821,7	181,4	119,7	0,5	52,9	1176,2
2001	796,4	177,4	99,7	2,5	37,1	1113,1
2000	822,6	236,4	122,5	7,6	44,2	1233,3

Fonte: Secex e Abecitrus

portantes regiões comerciais como Polk County e DeSoto registraram em 2005 o aparecimento de novos focos de Cancro Cítrico.

Embora no Brasil a torcida esteja em prol da desvalorização cambial do real em 2006, melhoria na formação de renda interna e do PIB citrícola, quando se analisa o quadro da balança de oferta e demanda, a expectativa é de melhores preços internacionais.

No lado da oferta, a safra americana sente os impactos dos furacões e da disseminação do Cancro Cítrico e do HLB (ex-greening) e, pelo segundo ano consecutivo, contabiliza produções menores. Os estoques existentes são suficientes para atender ao consumo interno, mas estão se esgotando e requerendo maiores importações para atender aos compromissos de exportações.

Entre os países integrantes do NAFTA, no acumulado janeiro a novembro de 2005, as importações do suco brasileiro chegaram ao montante de 194,3 mil t, 28% a mais que o total importado em 2004 (151,9 mil t). No fechamento do ano de 2005, é esperado um aumento acima de 30%.

## FURACÃO

As variações mais significativas na demanda ocorreram após a passagem do furacão Wilma na Flórida. Em novembro de 2005, se exportou 30,6% a mais, em relação a novembro de 2004, com 133.763 toneladas. Entre julho a novembro de 2005, em relação ao mesmo período de 2004, o volume foi 5,9% maior e chegou a 617.245 toneladas. Isso levou, no acumulado de janeiro a novembro, a uma alta de 12,6% em relação ao período de janeiro a novembro de 2004, com 1.324.222 toneladas.

Houve crescimento das importa-

ções do continente asiático, enquanto a União Européia manteve uma demanda estável em 2005, comparada às importações realizadas em 2004, de 932,7 mil toneladas. Num balanço final, as exportações totais em 2005 ultrapassaram as dos últimos anos.

No caso brasileiro, as exportações realizadas nas duas últimas safras superaram a produção, com redução nos estoques. Seus níveis estão baixos nesta temporada (julho-2005/junho-2006), pois as exportações se igualarão à capacidade de produção da indústria brasileira. A disponibilidade de matéria-prima está afetada pela baixa produtividade dos pomares novos, em processo de renovação tecnológica.

## RECORDES

Em termos de temporada, pela terceira safra consecutiva, as exportações brasileiras de suco de laranja concentrado e congelado (FCOJ) foram recordes. Em 2004/2005, somaram 1,411 milhões de toneladas, resultado 4,5% superior à safra 2003/2004, de 1,35 milhões de toneladas. Em 2002/2003, o volume exportado foi de 1,284 milhões de t. Com o recorde, as exportações de suco movimentaram cerca de US\$1,15 bilhão. Com as vendas dos subprodutos, o setor gerou um total de US\$1,3 bilhão na safra 2004/2005.

Pelos cálculos da Abecitrus, praticamente, todo o parque citrícola, de mais de 200 milhões de árvores, passa por troca, para buscar proteção contra doenças graves, como o Cancro Cítrico, a Clorose Variegada de Citros (CVC) e a Morte Súbita dos Citros". No Estado de São Paulo, se abrem novas fronteiras, enquanto a velha fronteira vem se renovando paulatinamente ou sendo

## Mercado em alta

O furacão Wilma e a remoção de árvores, por conta dos casos de cancro cítrico nas plantações da Flórida levaram o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) a reduzir, além do esperado por analistas e *traders*, a estimativa da safra do estado.

A projeção do USDA é de que a produção do Estado fique em 162 milhões de caixas de 90 libras-peso, ou 28 milhões de libras abaixo do estimado no relatório anterior. O número foi 15% menor que o projetado em outubro e 8% menor que a produção da safra 2004/05 de 149,6 milhões de caixas.

Muitos participantes estimavam um declínio de 20 milhões de caixas, o que sugere novos ganhos nos contratos futuros do suco de laranja concentrado e congelado na New York Board of Trade (NYBOT).

A produtividade para o suco, na safra 2005/06, foi elevada para 1,55 galão para cada caixa de 42 graus Brix (medida de concentração de açúcar no suco). O número é 2% menor que o 1,58 galão reportado pela Associação de Processadores de Citros da Flórida. Por causa da quebra na Flórida, a safra total de laranja dos Estados Unidos foi projetada em 219 milhões de caixas, contra 247 milhões em outubro.

substituída pela cana-de-açúcar.

Num balanço do que ocorreu nas duas últimas safras, se verificou quebras significativas na produção da Flórida, exportações brasileiras superiores à produção doméstica, redução dos estoques mundiais e elevação das cotações externas do suco concentrado.

Dessa forma, com uma maior demanda sendo esperada e com preços internacionais bem melhores, parece que 2006 será um ano alvissareiro e de melhoria na renda, formação de capital e no PIB da citricultura brasileira. Para tanto, os agentes econômicos do setor precisam criar um estado de harmonia e bom entendimento para não colocarem a perder as vantagens comparativas e competitivas que "caíram no colo", depois dos azares da citricultura norte-americana. ■

\*Professor Titular da Escola de Superior de Agricultura Luiz de Queiroz /USP  
E-mail: emneves@esalq.usp.br





# Balanço de 2005

Fabiano R. Tito Rosa \*

Alcides de Moura Torres Jr. \*\* e Gabriela O. Tonini \*\*\*

**E**m 2005, a pecuária de corte brasileira registrou resultados expressivos. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de carne bovina foi de 9,7 milhões de toneladas de equivalente-carcaça, o que representou um aumento de 5,7% em relação aos 8,7 milhões de toneladas de equivalente-carcaça produzidas em 2004. Para tanto, foram abatidos 42,6 milhões de cabeças bovinas, ou seja, um crescimento de 5,8% em relação aos 40,3 milhões de cabeças de 2004.

Cerca de 28,1 milhões de cabeças foram abatidas de forma legal, com base em números do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, consolidados até setembro de 2005. Portanto, o assim chamado abate clandestino ainda responde por aproximadamente 34% da produção nacional.

As exportações, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2005, deverão fechar em 2,12 milhões de t/equivalente-carcaça (tec) e com uma receita de US\$3,05 bilhões, um aumento de 18,6% em volume e de 23,5% em faturamento, em relação a 2004. A febre aftosa e a greve dos fiscais agropecuários comprometeram o resultado do final do ano.

O consumo interno de carne bovina, de acordo com a Conab, alcançou 7,12 milhões de toneladas de equivalente-carcaça. Cresceu um pouco, em função do aumento da população, pois o consumo *per capita* ficou estagnado em perto de 38 kg.

Com base nessas informações e em dados da FAO, órgão das Nações Unidas, responsável por questões ligadas à agricultura e alimentação, o

Brasil fechou 2005 como segundo produtor mundial de carne bovina, detendo 15% da produção, atrás apenas dos Estados Unidos; terceiro consumidor, atrás apenas da União Européia e dos EUA, detendo 11,2% do consumo mundial; e maior exportador, com 31,6% do comércio mundial. Cerca de 21,9% da produção brasileira foi negociada no mercado internacional.

Somente com relação ao tamanho do rebanho bovino brasileiro, se apurou resultado negativo. Em 2005, havia 191,37 milhões de cabeças de gado no Brasil; uma retração de 1% em relação a 2004. Reflexo de quase 4 anos de abate intermitente de matrizes.

No entanto, recentemente, o IBGE informou um aumento de rebanho entre 2003 e 2004. Os números discordantes são creditados ao fato de que, desde 1996, não é realizado um censo agropecuário. Os números oficiais são estimados com base nos resultados das campanhas de vacinação contra febre aftosa, ou seja, não houve mais levantamentos de campo.

O abate de fêmeas evolui acima da média. O produtor recompõe seu caixa com a venda de matrizes aos frigoríficos, uma vez que os preços pecuários estão em baixa desde 2001.

Como o abate de fêmeas avança acima do abate de machos, haverá transformações significativas no mercado, ao longo dos próximos anos.

Num primeiro momento, o descarte de matrizes intensifica a derrocada dos preços, com aumento na oferta de animais para abate. Mas, com o passar do tempo, a produção de bezerros cai e há recuperação dos preços. O produtor volta a reter matrizes e a investir. As ofertas de animais para abate se ajustam e valorizam a arroba. É o ciclo pecuário.

## PREÇOS

As cotações da arroba do boi e da vaca gorda literalmente despencaram ao longo de 2005, quando comparadas com os preços registrados em 2004.

A reação da arroba, em dólares, se deve à valorização do real. Os frigoríficos exportadores forçam a derrubada do boi em reais. Mas o fator de baixa mais importante foi o aumento da oferta. Os abates aumentaram em 5,8% de

2004 para 2005, frente a um consumo interno estagnado.

Em setembro, pico de entressafra, o mercado deu sinais de reação, com significativa retração do volume de animais confinados e semiconfinados.

De 15 de setembro a 10 de outubro, o boi gordo reagiu, por exemplo, 18,0% em São Paulo e 13,1% no Mato Grosso do Sul. Os sinais eram de galgar posições mais altas. O mercado futuro apontava valores acima de R\$65,00/@ em SP.

## FEBRE AFTOSA

Veio, então, a febre aftosa no Mato Grosso do Sul, e os preços caíram. E também com a liberação da comercialização de gado e carne do Mato Grosso do Sul para outros Estados, a descoberta de um foco de aftosa no Paraná, o aumento das restrições comerciais internacionais e a chegada do boi de pasto, o mercado voltou a afrouxar.

Em dezembro, o mercado se firmou, por conta de um ajuste sazonal de oferta, como reflexo das festas típicas do período. Foi um ano difícil. Em setembro, o preço médio do boi gordo paulista ficou em R\$50,88/@, a prazo, para descontar o Funrural. O mais baixo dos últimos 35 anos, com base em valores corrigidos pelo IGP-DI.

Além do aumento de oferta e do dólar baixo, a queda dos preços de alguns derivados bovinos também contribuiu para a desvalorização da arroba.

A cotação do couro verde no Brasil Central, por exemplo, recuou 29,4% em 2005, com oferta elevada, dólar baixo (70% da produção de couro é exportada) e concorrência chinesa, na venda de artefatos de couro (calçados, bolsas etc.).

### Insumos: variações de preços médios, em R\$, ao longo de 2005 - SP

Produtos	Variações
Concentrados protéicos	1,3%
Concentrados energéticos	6,2%
Fertilizantes	-12,6%
Sais minerais e proteinados	-1,8%
Herbicidas para pastagens	-4,4%
Diesel	12,0%
Arame e acessórios	14,4%
Boi gordo - SP	-13,3%
Bezerro anelado	0,4%

Fonte: Scot Consultoria

### Variações das cotações da arroba, em R\$, ao longo de 2005

Praças	2005		2004	
	Boi gordo	Vaca gorda	Boi gordo	Vaca gorda
SP - Barretos	-13,3%	-9,3%	-8,8%	-6,9%
SP - Araçatuba	-13,3%	-8,5%	-9,0%	-7,2%
MG - Triângulo	-9,9%	-9,2%	-8,2%	-7,0%
MG - Belo Horizonte	-7,7%	-8,0%	-5,1%	-5,4%
GO - Goiânia	-8,9%	-6,1%	-8,1%	-7,8%
GO - Sul	-9,3%	-9,9%	-8,7%	-6,9%
MS - Dourados	-14,5%	-12,5%	-12,6%	-11,9%
MS - Campo Grande	-15,3%	-12,3%	-13,1%	-12,0%
MS - Três Lagoas	-14,3%	-12,6%	-12,8%	-10,3%
RS - Erechim	-8,0%	-11,9%	-5,4%	-6,1%
RS - Pelotas	-3,3%	-10,0%	-1,6%	-2,2%
BA - Sul	-3,7%	-8,3%	-6,8%	-6,3%
MT - Alta Floresta	-8,7%	-7,8%	-7,3%	-12,3%
MT - Sudoeste	-6,3%	-4,0%	-8,0%	-10,0%
MT - Cuiabá	-5,5%	-2,6%	-6,6%	-8,3%
MT - Barra do Garças	-4,5%	-1,4%	-8,4%	-9,4%
PR	-13,9%	-12,4%	-11,4%	-9,6%
SC	-1,8%	-0,6%	-5,7%	-6,6%
PA - Marabá	-8,5%	-8,5%	-6,5%	-6,4%
PA - Redenção	-6,4%	-4,8%	-7,6%	-7,5%
PA - Paragominas	-6,0%	-6,0%	-5,2%	-4,8%
RO	-6,2%	-7,0%	-8,6%	-10,4%
TO - Sul	-10,2%	-6,1%	-8,3%	-7,0%
TO - Norte	-9,3%	-9,2%	-7,3%	-6,6%
RJ	-9,3%	-5,4%	-8,8%	-5,2%
Média	-8,7%	-7,8%	-7,9%	-7,8%

Fonte: Scot Consultoria

## REPOSIÇÃO

Os preços, para a maioria das categorias e praças, recuaram menos que os preços do boi gordo, em função do ajuste de oferta, já como reflexo do abate de matrizes.

As cotações dos animais de reposição só não se firmaram em função da demanda fraca. Graças à 'fraqueza' do mercado do boi gordo, o poder de compra dos invernoistas ficou abalado, afastando-os dos investimentos.

Mesmo caindo menos, em comparação com o boi gordo, os preços recebidos pelos criadores estiveram longe de serem considerados remuneradores. Portanto, o abate de matrizes se manteve elevado.

## INSUMOS

Os preços de insumos agrícolas evoluíram pouco em 2005. Para alguns, foram registrados recuos. Mas a retração dos preços pecuários, sobretudo, do boi gordo, foi muito mais significativa. As relações de troca pioraram para os produtores, comprometendo investimentos e, até

### Variações das cotações de animais anelados para reposição, em R\$, ao longo de 2005

Praças	Boi magro	Garrote	Bezerro	Desmama
SP	-3,7%	-5,8%	0,4%	-4,9%
RJ	0,0%	0,0%	-0,8%	-2,5%
MG	-7,1%	-13,9%	-11,3%	-10,0%
GO	-1,5%	-2,2%	-4,7%	-6,9%
MS	-5,5%	-7,2%	-8,7%	-8,0%
BA	4,7%	4,4%	8,1%	8,0%
MT	-0,3%	-13,2%	-5,7%	-10,0%
PR	0,3%	-5,5%	-9,2%	-11,5%
PA	-0,7%	-8,8%	-12,9%	-11,8%
RO	-4,7%	-7,3%	-5,9%	-9,7%
TO	-1,3%	-8,5%	-12,0%	-13,8%
RS*	-4,7%	-4,5%	-9,8%	-10,3%
SC*	-6,4%	-4,8%	-8,4%	-8,1%

Fonte: Scot Consultoria  
\* Cruzamento industrial

mesmo, despesas essenciais.

No caso dos criadores, apesar da recuperação parcial do poder de compra, a melhoria ainda não foi suficiente para amenizar três anos de retração intensa. Em várias praças, ao contrário do que aconteceu em São Paulo, o mercado de criação se manteve em baixa.

Algumas fábricas e revendas de sal mineral informaram que as vendas têm evoluído pouco. Alguns produtores

passaram a oferecer apenas sal branco aos animais. Outros, nem isso. Tal comportamento vai interferir negativamente na produtividade dos rebanhos ao longo deste ano.

A partir do segundo semestre de 2005, o Equivalente Físico se manteve próximo e, às vezes, acima da cotação da arroba. Somente com a venda de carne com osso para o mercado interno, os frigoríficos cobriram o custo do boi. Isso não acontecia desde 1996/1997.

Quando se considera o Equivalente Scot, ou seja, quando são computadas também as vendas de couro verde e sebo, a "margem" dos frigoríficos se manteve em patamares razoáveis ao longo de todo o ano. Pode-se considerar, portanto, que 2005 foi um ano relativamente bom para os frigoríficos de mercado interno, muito melhor que 2004.

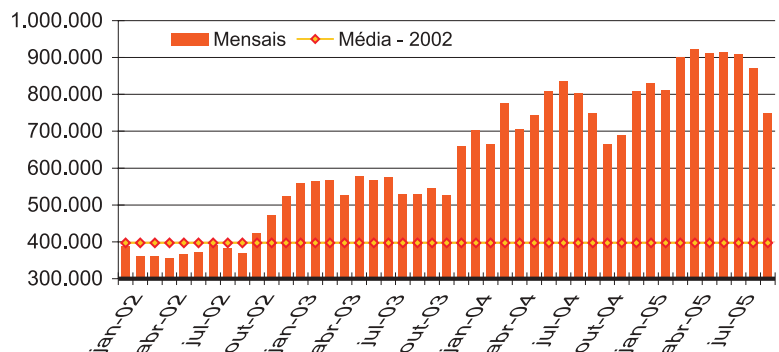
Houve aí uma "mãozinha" da aftosa. As especulações em torno do fato fizeram com que as cotações da arroba recuassem muito mais que as da carne. Afinal, os frigoríficos, bem informados e bem posicionados estrategicamente, são menos suscetíveis à boataria.

## EXPORTAÇÕES

A "margem" dos exportadores achatou em relação a 2004, em função da valorização do real. No entanto, a relação carne exportada/arroba se manteve positiva. Nessa comparação, são utilizados os preços médios da carne bovina exportada pelo Brasil e os preços médios do boi gordo em São Paulo, sendo que o boi paulista é geralmente o mais caro, e São Paulo, apesar de ser o maior, não é o único Estado exportador.

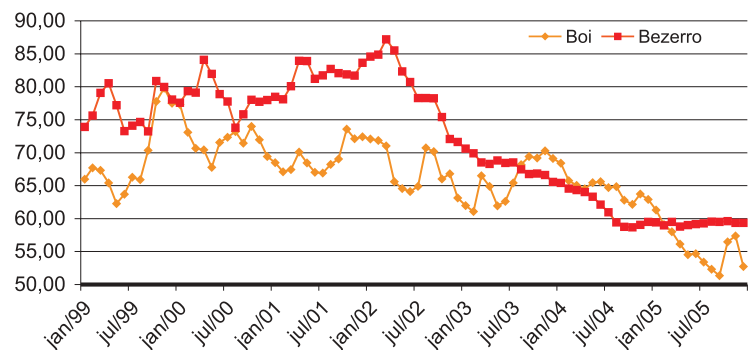
Aliás, no final do ano, frigoríficos com plantas em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás foram, até certo ponto, beneficiados com os embargos que acometeram São Paulo e Mato Grosso do Sul. Afinal, continuaram exportando quase que normalmente, e os preços da carne bovina no mercado internacional reagiram, graças, justamente, às restrições comerciais impostas ao Brasil.

## Abates de vacas no Brasil



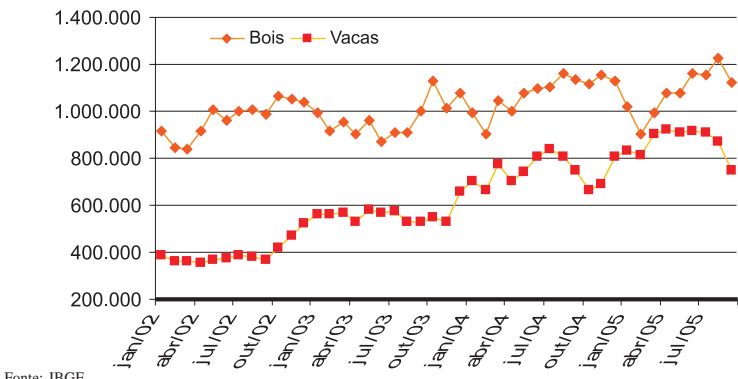
Fonte: IBGE

## Bezerro anelado e boi gordo em SP (R\$/@ corrigidos pelo IGP-DI)



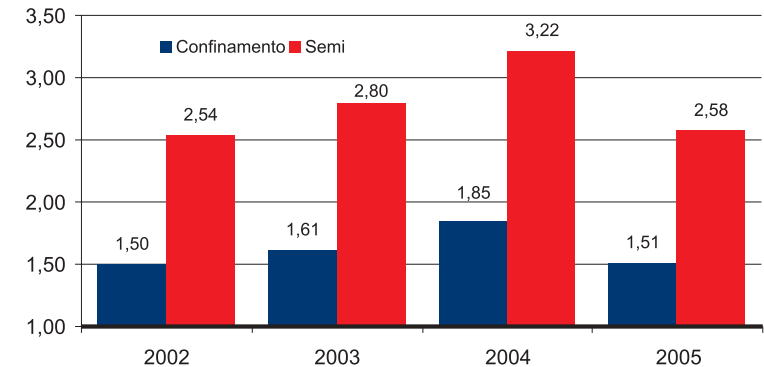
Fonte: Scot Consultoria

## Abates de bois e vacas



Fonte: IBGE

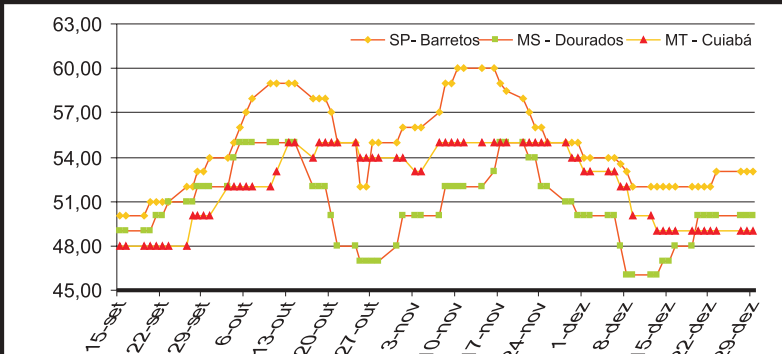
## Confinamento e semiconfinamento (milhões de cabeças)



Fonte: Scot Consultoria



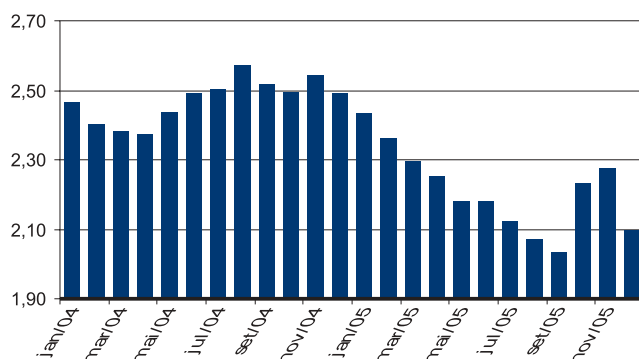
## Boi gordo, em R\$/@, entre 15 de setembro e 30 de dezembro de 2005



Fonte: Scot Consultoria

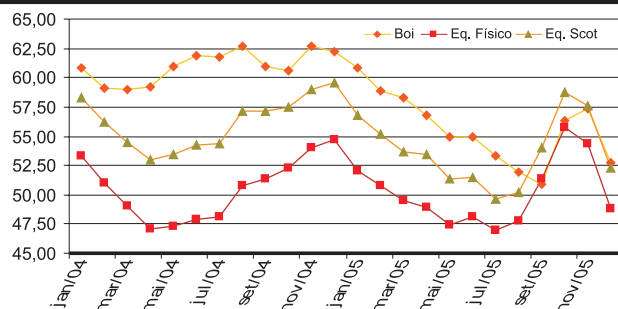
\* Febre aftosa no MS – \*\* Abertura da fronteira do MS, aumento de embargos, aftosa no PR, chegada do boi de pasto

## Bezerro anelado e boi gordo em SP - R\$/@ corrigidos pelo IGP-DI



Fonte: Scot Consultoria

## Arroba X Carne no mercado interno e externo Boi, equivalente físico\* e equivalente Scot\*\* - R\$/@

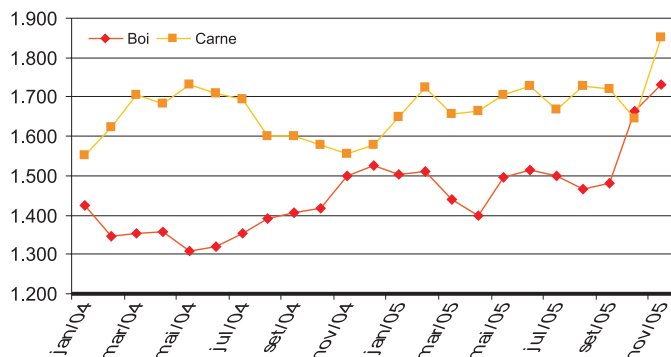


Fonte: Scot Consultoria

\* Carne com osso no atacado: 48% traseiro + 39% dianteiro + 13% ponta de agulha

\*\* Equivalente físico + couro + sebo

## Boi gordo em SP e carne bovina in natura exportada (média Brasil) - US\$/tec



Fonte: MDIC / Scot Consultoria

## Quais são as perspectivas deste ano

**P**ara 2006, se espera um ajuste de oferta de carne e gado, reflexo de quatro anos de descarte elevado de matrizes e da redução de investimentos. As exportações devem aumentar em torno de 10% em volume e de 15% em faturamento. O crescimento poderia ser maior. Porém, sobretudo, ao longo do primeiro trimestre de 2006, o desempenho brasileiro será prejudicado pelos embargos internacionais.

O fato de a economia mundial crescer em ritmo intenso e de o mercado internacional de carnes permanecer enxuto ajuda o Brasil.

Até as vendas internas poderão melhorar. Como 2006 é ano de eleição, os gastos do governo vão aumentar. Sem contar que o mercado acredita num crescimento do PIB entre 3,5% e 4%, e do salário mínimo para, mais ou menos, R\$350,00, quase 8% de aumento real.

Ajuste de oferta, exportações em alta e aquecimento das vendas internas constituem uma combinação favorável à valorização da arroba, ainda mais se o dólar reagir um pouco, mediante a queda das taxas de juros e das tradicionais especulações eleitorais.

Para o segundo semestre de 2006 (entressafra), a tendência é de mercado firme, com expectativa de arroba acima de R\$65,00, em São Paulo, entre outubro e novembro. Já para o primeiro semestre, em função da oferta de animais terminados a pasto e dos embargos em vigor, se espera cotações entre R\$ 50,00 e R\$54,00, para o boi gordo, em São Paulo.

As evidências levam a crer que 2006 será 'o ano da virada' e do início da recuperação dos preços, ou seja, o começo de um novo ciclo pecuário. No entanto, o mercado é extremamente dinâmico. Qualquer acontecimento de ordem política, econômica ou sanitária, por exemplo, pode alterar o cenário exposto.

\* Zootecnista; \*\* Engenheiro agrônomo,

\*\*\* Médica veterinária

Scot Consultoria; tel.: (17) 3343 5111

# Parcerias para resolver problemas sanitários

O ressurgimento da febre aftosa em Mato Grosso do Sul, no início de outubro, e depois, no Paraná, deixa cada vez mais clara a necessidade de ações entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgãos estaduais e municipais, junto com a iniciativa privada, nos pontos ligados à área sanitária.

Em outubro, o governo liberou, mediante medida provisória, R\$33 milhões para ações de controle e erradicação de febre aftosa nos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, que foram afetados. Até o ressurgimento da febre aftosa no Brasil, 16 estados eram considerados livres de febre aftosa pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Agora, apenas Acre, Santa Catarina, Rondônia e Rio Grande do Sul mantêm este *status*. Muito esforço terá de ser despendido para resgatar áreas livres de febre aftosa e reabrir mercados para as carnes brasileiras.

Cerca de 52 países anunciaram embargos às carnes brasileiras, dos quais, oito suspenderam as importações de todo o País, entre eles: África do Sul, Chile, Colômbia e Ucrânia. As restrições vão desde animais susceptíveis, carnes bovina e suína e de aves a equipamentos para manutenção, abate e processamento de animais.

A União Européia, com 25 países membros, embargou a compra de carne bovina dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo. Após a confirmação do foco de febre aftosa no Paraná, um dos países do bloco solicitou o embargo das compras de carne de todo o País. Após realizar longas auditorias e discussões, a UE resolveu sustentar os embargos às exportações oriundas apenas dos três estados embargados inicialmente, sem afetar outros estados.

Uma missão técnica do MAPA esteve em Bruxelas para prestar esclarecimentos à comunidade européia sobre a defesa sanitária do País, especialmente quanto ao controle dos focos de febre aftosa. Do mesmo modo, estiveram em Paris para apresentar à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) as ações de controle e erradicação dos focos.

No tocante ao Plano de Monitoramento de Fronteiras, para fortalecer as ações de controle da febre aftosa, nas regiões limítrofes com o Paraguai, Bolívia, Peru, Argentina e Uruguai, o papel da Embrapa será fundamental.

Em 2005, segundo o MAPA, foram gastos cerca de R\$121 milhões na realização de convênios com os Estados para equacionar problemas relacionados à sanidade. Deste montante, R\$37 milhões foram destinados à modernização, bem como ao aumento da eficiência, da confiabilidade e da rapidez das análises dos seis Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagro), localizados em Pedro Leopoldo (MG), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO), Belém (PA), Recife (PE) e Campinas (SP).

Os laboratórios de Pedro Leopoldo (MG) e de Campinas (SP), especializados em doenças de aves, terão R\$15 milhões do volume total. Laboratórios de alta segurança são fundamentais nos casos de doenças como: aftosa, influenza aviária, peste suína clássica e newcastle, entre outras. Os países desenvolvidos exigem dos laboratórios brasileiros procedimentos e análises equivalentes aos adotados em seus territórios.

Como utiliza equipamentos de captura de resíduos em produtos de origem animal mais precisos que os utilizados no Brasil, a União Européia indaga sobre a detecção de resíduos fora dos limites aceitáveis.

## RÚSSIA E EUA

Em final de novembro, a Rússia suspendeu o embargo à importação de carne bovina e suína procedentes dos Estados do Acre, Amapá, Maranhão, Rondônia, Roraima e Tocantins. O Governo russo havia aplicado restrições

temporárias às importações de carnes bovina e suína originárias do Pará e Amazonas, e de estados vizinhos. A decisão beneficiou apenas Tocantins e Rondônia, com frigoríficos habilitados para exportar para aquele país. Para os Estados de Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas, o embargo russo continua. O Brasil ocupa o primeiro lugar na importação russa de carne bovina e suína, e segunda colocação na importação de frango.

Com relação aos Estados Unidos, o seu Serviço de Inspeção e Segurança (FSIS) concedeu ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), da SDA do MAPA, a prerrogativa de elaborar a lista de estabelecimentos habilitados a exportar para o mercado norte-americano, depois de realizar uma auditoria no Brasil, entre outubro e novembro.

Além de contemplar as atuais exportações de carne bovina termo-processadas, a decisão cria a possibilidade de o Brasil exportar carne suína termo-processada para os EUA, desde que as indústrias montem programas de autocontrole. Até julho de 2006, o País realizará auditorias internas para avaliar a equivalência dos programas das empresas brasileiras com a legislação dos Estados Unidos.

A concessão do Departamento de Agricultura dos EUA é fruto de algumas iniciativas do MAPA, como a contratação de novos servidores para o Serviço de Inspeção Federal (SIF), a realização de cursos de reciclagem e treinamento, os investimentos nos laboratórios da rede oficial e a revisão das metodologias de análises.

O próprio Dipoa desenvolveu e implantou importantes procedimentos de auditorias de autocontrole das empresas e do sistema de inspeção, que permitiram a equivalência com a legislação norte-americana. Esse aprimoramento do sistema de inspeção brasileiro também permitirá a equivalência com a legislação da União Européia, que entrará em vigor em 2006.

## AMÉRICA DO SUL

Única região do continente americano que ainda convive com a febre aftosa, a América do Sul pretende erradicar clinicamente a doença até 2010. Para tanto, o Grupo Interamericano para Erradicação da Febre Aftosa (Giefa), vinculado à Organização Panamericana de Saúde (OPS) e ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, intensificará as ações de prevenção e combate da doença nas áreas críticas, a partir de 2006. A implantação do programa exigirá investimentos de US\$48 milhões.

As áreas críticas são a fronteira do Brasil com o Paraguai e do Brasil com a Bolívia, a região do Chaco (espalhada por Argentina, Paraguai e Bolívia), o Equador e a Venezuela. O Norte e o Nordeste brasileiros, considerados como de risco desconhecido para aftosa, também foram incluídos na zona de cobertura do programa da Giefa. Os países que devem fazer parte das ações de prevenção e combate da aftosa têm um rebanho estimado em 320 milhões de cabeças, das quais, 200 milhões estão em território brasileiro.

Enquanto, hoje, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela convivem com o mal, Argentina, Chile, Uruguai, Guiana, Guiana Francesa e Suriname não registraram nenhum caso da doença nos últimos anos. O Chile é considerado como área livre de aftosa sem vacinação, destaca Guedes. Já a Argentina e o Uruguai – a exemplo de partes do Brasil – têm *status* de livres da doença com imunização.

O programa de prevenção e combate da doença na América do Sul será desenvolvido por meio de parceria entre os setores público e privado, enfatiza o coordenador do Giefa. O Centro Panamericano de Febre Aftosa (Panaftosa), vinculado à OPS, também participará do trabalho, que envolverá campanhas de vacinação, comunicação e extensão rural e vigilância sanitária. Para implementar o projeto, será criada a Associação do Grupo Interamericano para Erradicação da Febre Aftosa (Agiefa).

Já existe uma cooperação bilateral na região para erradicar a aftosa. O Brasil fornece vacinas para aplicar no rebanho bovino boliviano. A esperança é de que todos os países que ainda enfrentam a aftosa na América do Sul aceitem participar do programa. ■



Andréia Maria Roque\*

**A**s atividades turísticas realizadas no meio rural brasileiro começaram a se desenvolver há, aproximadamente, 25 anos. Voltado principalmente para a realidade do campo, com suas tradições e culturas, o conjunto daquelas atividades também é denominado de turismo rural, turismo de interior, turismo alternativo, turismo endógeno, turismo verde e turismo de campo.

Os primeiros empreendimentos turísticos registrados no espaço rural no Brasil datam do início da década de 1980, em Lages, Santa Catarina. Por isso, a cidade foi batizada de "capital nacional do turismo rural" e representa um pólo do segmento, envolvido por seus valores culturais e regionais.

Na realidade, aqueles empreendimentos pioneiros de Lages buscavam também uma resposta às dificuldades financeiras enfrentadas por produtores rurais da região, um dos eixos de tração do turismo rural. O valor adicionado às propriedades, prósperas ou não, pelas atrações turísticas ligadas ao campo é um inquestionável gerador de renda.

Mais do que isso: o turismo rural tem a capacidade de impulsionar o desenvolvimento das regiões onde a modalidade é praticada, com grande alcance social, pois engendra variadas modalidades de empregos em diferentes segmentos das populações; potencializa o reconhecimento dos atrativos rurais e descortina uma benfazeja simplicidade do am-

biente natural em que se desenvolvem os produtos turísticos.

### CRESCIMENTO

Com um crescimento anual de 15%, o turismo rural é o segmento do turismo que mais cresce, segundo o Ministério do Turismo. A Abratur-Associação Brasileira de Turismo Rural, entidade oficial com assento no Conselho Nacional de Turismo, do Ministério do Turismo, já conta com organizações regionais oficiais em 16 estados brasileiros.

Face à perspectiva de proporcionar um meio rural forte e desenvolvido, o turismo é fortalecido não só pela beleza de fazendas, pousos rurais rústicos, recantos, ou pelos ricos atrativos naturais, mas, também, pelos diversos valores culturais locais e infinitos produtos da agroindústria artesanal. Se bem ofertados, esses produtos e serviços podem amenizar a crise do ser urbano. Uma forma de gerar momentos de tranquilidade e fortalecer o imaginário do campo, do cheiro de café torrado, do bolo de fubá, do pé de moleque, da geléia de jabuticaba, da roda de viola, daquela aguardente de qualidade, do pão quentinho com a manteiga salgada e de tantos outros produtos que povoam o sonho daqueles que almejam qualidade de vida.

Já em 2004, o Ministério do Turismo lançou as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural

no Brasil, em reconhecimento ao relevante o número de propriedades rurais que incorporam atividades turísticas em suas rotinas. Há uma necessidade da adequada estruturação e caracterização para a consolidação do segmento como uma importante e viável oportunidade de renda ao empreendedor rural. Aproveitar o seu potencial para o aumento da renda no meio rural, com a valorização dos produtos agropecuários locais, a pluralidade e as diferenças regionais, transformando-se em vetor de desenvolvimento sustentável.

### DESENVOLVIMENTO RURAL

A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério de Desenvolvimento Agrário, procura construir um modelo de desenvolvimento rural, de modo a agregar desenvolvimento regional, produção, agricultura familiar, agroindústria e o turismo rural. Para tanto, o órgão colocou entre suas prioridades o turismo rural, como uma alternativa para a diversificação do trabalho rural e de geração de renda aos pequenos produtores em todo o País. As ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf apóiam as atividades agroindustriais nas propriedades dos agricultores familiares, sempre para manter e valorizar a cultura rural e seus recursos naturais e produtos locais.

Dessa maneira, o turismo rural se apresenta como uma atividade realmente inserida no contexto regional, intimamente relacionada com as comunidades locais, cujos membros, em muitos casos, atuam como parceiros diretos, vendendo sua produção aos turistas, prestando serviços, participando e emoldurando os produtos, e até se transformando em contadores de "causos", tocadores de viola, doceiras 'de mão cheia', chefes de tropa da cavalgada e outros tantos papéis cênicos que fazem parte do charme rural. ■

\*Mestre em Desenvolvimento pela Universidade Federal de Lavras-Ufla (MG), especialista em Turismo Rural e coordenadora dos cursos de graduação e pós-graduação em Turismo da Fatema (SP).

E-mail: andreia@turismodecampo.com.br.



# CTNBio em formação

**F**oram definidos 24 dos 27 integrantes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). A comissão é ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e tem a responsabilidade de definir critérios sobre biossegurança e uso de transgênicos. Dos 27 membros, 12 são especialistas nas áreas de meio ambiente, vegetal, humana e animal.

Os nomes foram selecionados a partir de listas tríplexes elaboradas por uma comissão especial, composta por representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Academia Brasileira de Ciências (ABC). A comissão especial analisou mais de 140 currículos.

Outros nove integrantes são representantes dos ministérios de: Agricultura, Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Defesa, Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca.

Falta ainda a indicação dos membros das Relações Exteriores, Desenvolvimento Agrário e do Trabalho, que não indicaram, respectivamente, representantes da pasta e os especialistas nas áreas de agricultura familiar e saúde do trabalhador. Os ministérios tiveram prazo de 30 dias para indicar os cientistas. Todos os membros da comissão são doutores e têm suplentes.

De acordo com o decreto de regulamentação da nova Lei de Biossegurança, a CTNBio pode ser instalada com 14 membros, desde que cada um represente uma das áreas da comissão. Para a nova CTNBio, modificada pela Lei de Biossegurança, aguardam cerca de 500 processos.

Na reunião da CTNBio de dezembro, participaram 19 membros. Após a elaboração e aprovação do regimento interno, os pedidos para liberação de pesquisa ou plantio comercial de transgênicos voltarão a serem analisados em março de 2006, um ano após

a nova Lei de Biossegurança ter entrado em vigor.

## LISTA TRÍPLICE

Os integrantes decidiram não se reunir em janeiro. Se houver consenso, apesar de pouco provável, serão feitas reuniões extraordinárias. Em fevereiro, será definida uma lista tríplex para a presidência da comissão. A escolha caberá ao ministro.

A lei de biossegurança permitirá ao País desenvolver pesquisas legalmente, dentro de todos os padrões éticos e na fronteira do conhecimento. Também possibilitará à agricultura trabalhar com plantas transgênicas de maneira legal. Junto com a lei de inovação tecnológica, essas leis dão ao governo federal instrumentos importantíssimos para as empresas montarem um arcabouço para atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovações.

## PERDAS

Com isso, a pesquisa com plantas transgênicas deverá tomar impulso a partir de agora, com a regulamentação da nova Lei de Biossegurança, em novembro. Somente a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem dezenas de trabalhos com organismos geneticamente modificados (OGMs), em 18 de suas 39 unidades, parados há oito meses, por falta de regulamentação.

A Lei de Biossegurança, aprovada em março de 2005, só foi regulamentada no final de novembro passado. Esse intervalo de oito meses custou ao País dois anos sem pesquisas acadêmicas na área de biotecnologia. Isso porque não havia um conselho constituído que avaliasse os projetos de pesquisa para 2005 e 2006. Apenas a partir de 2007 as universidades voltarão a pesquisar na área.

A regulamentação estabelece que a aprovação de cultivo experimental para espécies geneticamente modificadas depende da maioria simples dos votos dos 27 membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Já a produção comercial depende de dois terços desses votos. A decisão foi vista como um favorecimento do Palácio do Planalto aos pleitos da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. ■

## Milho transgênico no RS

**O** Ministério da Agricultura (Mapa) confirmou a existência de lavouras de milho transgênico no Rio Grande do Sul. O laudo foi obtido por meio de resultado de exame laboratorial e integra o grupo de 15 amostras recolhidas pelo Ministério da Agricultura, aleatoriamente, no mês passado, na região de Santo Ângelo. O resultado positivo foi apontado pelo laboratório de Santos (SP).

A Lei nº 11.105 determina o rastreamento e a queima de lavouras de milho transgênico, além do enquadramento do produtor. O Mapa do RS aguarda o repasse dos recursos da União destinados ao RS em 2006, para tomar as atitudes previstas. Enquanto isso, o Mapa adota os procedimentos de prevenção e esclarecimentos sobre os malefícios provocados pelo produto geneticamente modificado. Ainda nessa semana, o órgão reunirá produtores, comércio e indústria para conscientizá-los sobre os prejuízos que podem ser causados à economia como um todo com a proliferação do milho transgênico, que ainda é ilegal.

Cooperativas, indústrias e transportadores que trabalham com milho estão sendo comunicados que o Mapa cobrará análise para comprovar que o grão não é modificado. Contudo, a indústria garante que não tem conhecimento das exigências feitas à compra de milho.



# Pesquisa e royalties

**S**e o avanço do cultivo de organismos geneticamente modificados (OGMs) abriu mercados para as grandes corporações detentoras da tecnologia elevarem a produção de sementes transgênicas, por outro lado, criou um impasse em relação à cobrança dos royalties por seu uso, particularmente, no caso da soja.

Nos Estados Unidos, a cobrança de *royalties* é feita durante a compra das sementes para o plantio. No caso da soja, o custo gira em torno de US\$80 por hectare, segundo o Departamento de Economia Agrícola da Universidade de Auburn, do Alabama.

Exemplo bem-sucedido ocorre há duas safras na Austrália e há uma safra no Paraguai, com a cobrança dos *royalties* feita após a colheita, com base na produção de grãos. Em outros países, onde as sementes transgênicas são multiplicadas clandestinamente, há dificuldades em se fazer essa cobrança.

Nos EUA, mais de 50% das pesquisas em biotecnologia são encabeçadas pelo setor privado. No Brasil, este percentual está em menos de 10%. A arrecadação em *royalties* da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 2005, deve ter ficado próxima R\$17 milhões, 40% acima dos R\$12 milhões obtidos em 2004. A receita cresce ano a ano. Em 2001, a arrecadação foi de R\$3,1 milhões, e os produtores de sementes pagam entre 3% e 10% sobre as vendas.

No Brasil, a Embrapa possui 219 cultivares, o equivalente a 31% do total, e 170 patentes, como de máquinas e equipamentos. No exterior, são 19 cultivares e 89 patentes, tendo também patentes de tecnologia de terceiros, adaptadas para as características locais. Enquanto as cultivares se

referem à proteção das plantas desenvolvidas, as patentes protegem a tecnologia utilizada nas plantas.

O Grupo Votorantim investe em desenvolvimento de propriedade intelectual por meio das empresas Canavialis (melhoria genética da cana por métodos convencionais e por biotecnologia) e Alellyx Applied Genomics (genoma da laranja, do eucalipto e da cana-de-açúcar).

## ALGODÃO TRANSGÊNICO EM DEBATE

O algodão Bollgard é uma semente geneticamente modificada, com a inserção do gene da proteína *Bacillus thuringiensis* (Bt), uma bactéria encontrada naturalmente no solo, com ação inseticida (lagarta-da-maçã, curuquerê do algodoeiro e lagarta rosada). Desenvolvida pela Monsanto e cultivada em 11 países, no Brasil, é comercializada pela empresa Delta Pine.

Item	1996/1997	2004/2005	Variação
Área - mil hectares	657,8	1.166	177%
Produção - mil toneladas	761,7	2.220	291%
Produtividade - kg/ha	1.329	3.093	233%

Fonte: IBGE

Dos oito tipos de algodão transgênico existentes no mundo, apenas o Bollgard foi liberado no Brasil e poderá responder por 10% da safra 2005/06. Os outros tipos entrarão no mercado brasileiro em 2007, caso sejam liberados pela CTNBio, colegiado multidisciplinar que assessora e apóia tecnicamente o governo federal na implementação da política nacional de biossegurança.

Houve uma intensificação da cotonicultura no Cerrado nacional, que já responde por mais de 80% da área brasileira e por 90% da produção de alta qualidade.

A expectativa no mercado é de que a participação do algodão

Bollgard na produção nacional chegue a dois terços na safra 2007/2008. O cultivo do algodão resistente a insetos representa cerca de 10% a 15% da composição geral dos custos do manejo.

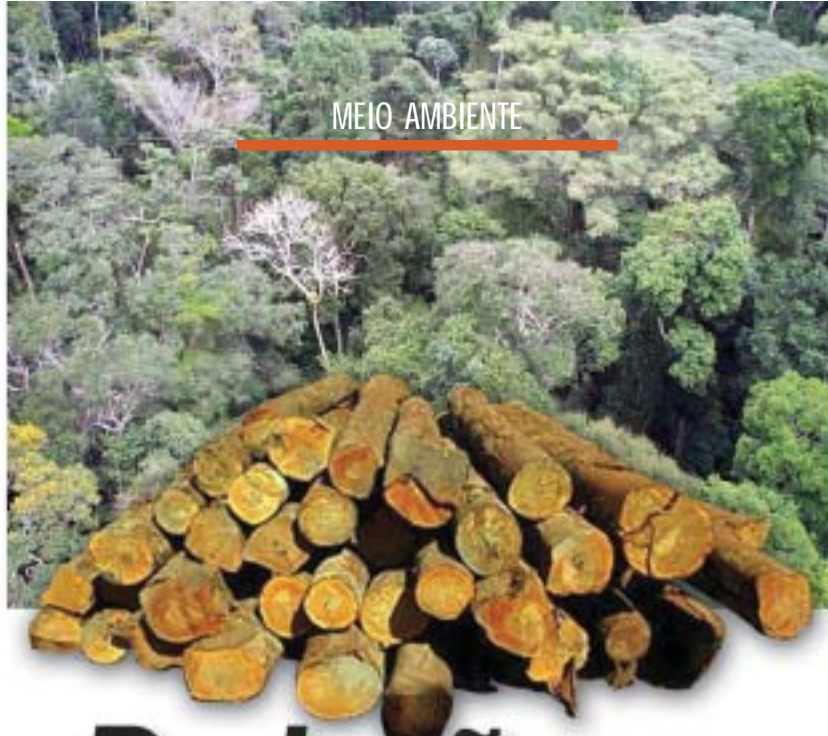
## DECIFRADO O CÓDIGO GENÉTICO DO ARROZ

O Projeto Internacional Sequencial do Genoma do Arroz teve início em 1998. Os esforços foram liderados por pesquisadores japoneses, com participação de Estados Unidos, Brasil, China, França, Índia, Coreia, Taiwan, Tailândia e Grã-Bretanha. Os cientistas estimam que o arroz contém 37.544 genes, mais do que os humanos, que têm entre 20 mil a 25 mil genes.

Da composição do patrimônio genético do arroz, até agora, foram colocados em ordem os 389 milhões de letras químicas (A, T, C e G). Versões preliminares já haviam sido publicadas em 2002, além do sequenciamento.

Para os pesquisadores, a expectativa é de o projeto servir de base para o melhoramento genético da planta e, conseqüentemente, para o aumento de suas características produtivas e nutricionais. O mapa genético acelerará a busca por genes que aumentam a produtividade, protegem contra doenças e pragas ou fornecem resistência à seca no arroz e em outros cereais.

Alimento principal na dieta de mais da metade da população mundial, o arroz fornece 20% da energia nutricional consumida no mundo. E os cientistas notam que, para suprir a demanda dos próximos 20 anos, é preciso aumentar a produção em 30%, o que não é possível com as variedades atuais. É a primeira *commodity* a ter sua seqüência genética decifrada. ■



# Redução no desmatamento da Amazônia

**E**m relação ao biênio anterior, em 2004/05 (de agosto a julho), o nível de desmatamento caiu 30,5% em todos os nove Estados da Amazônia Legal (Estados do Norte, além de Mara-

nhão e Mato Grosso), segundo dados compilados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Cerca de 18,9 mil quilômetros quadrados de floresta desapareceram no biênio, contra 27,2 mil quilômetros

quadrados em 2003/2004.

Apesar de o resultado consolidado ainda estar em apuração, os números ficaram próximos da previsão independente feita por uma ONG de pesquisas de Belém, o

## Acordo contra madeira ilegal

**U**m grupo de 44 países da Europa e da Ásia, do qual fazem parte os Estados Unidos e o Canadá, assinou, em 25 de novembro de 2005, em São Petersburgo, na Rússia, um acordo que prevê o combate à exploração ilegal das florestas por meio da adoção de mecanismos de certificação e fiscalização mais rigorosa contra o comércio internacional de madeira ilegal.

A certificação do manejo florestal, um dos pontos acordados, inclui instrumentos para rastreabilidade da madeira, desde a floresta até o mercado final. Estima-se que mais de dois terços da madeira extraída na Amazônia sejam ilegais.

Em 2004, União Européia, Estados Unidos e China foram responsáveis, respectivamente, por 38,7%, 31% e 14% das importações de madeira amazônica. O total passa de 4,3 milhões de metros cúbicos, correspondente a US\$350 milhões, segundo dados da Recei-

ta Federal.

Desde 2003, Organizações Não Governamentais discutem mecanismos para serem adotados pelos países produtores e consumidores, a fim de coibir a exploração e o comércio ilegais de madeira. O processo, chamado de FLEGT (sigla em inglês para Implementação da Legislação Florestal, Governança e Comércio), prevê a adesão voluntária dos países para demonstrar seu compromisso político para solucionar o problema.



Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). As maiores quedas, segundo os dados anunciados, ocorreram às margens da BR-163, na divisa do Acre com Rondônia, e no norte de Mato Grosso, Estado em primeiro lugar no *ranking* do desmatamento.

Como a última queda registrada no índice de desmatamento da Amazônia foi de 1995-1996 para 1996-1997, quando o volume de floresta abatida caiu 27%, o levantamento foi bem recebido pelo governo.

Esse desempenho é creditado ao aumento das multas e da fiscalização, à criação de unidades de conservação, à homologação de terras indígenas e à limitação administrativa às margens da BR-163 (Cuiabá-Santarém). A Operação Curupira, da Polícia Federal e do Ministério Público, em junho, desmontou um esquema de corrupção no Ibama de Mato Grosso, que também teve reflexo em Rondônia.

A região Sudeste do Pará, próxima à divisa com Tocantins, foi a que apresentou o maior índice de destruição, comparado ao biênio anterior, -103%. Houve crescimento também no sul do Amazonas, na região de Apuí, onde, segundo o governo, estão se concentrando aqueles que antes devastavam próximo à BR-163.

Assim como no levantamento passado, São Félix do Xingu (PA) aparece à frente no *ranking* do desmatamento. O município é o pólo mais próspero de pecuária da região Norte.

## Queimada versus desmatamento

Não obstante a redução no ritmo de desmatamento registrado na Amazônia, o número de queimadas entre janeiro e novembro foi o maior dos últimos cinco anos, pelo menos, com 158.945 focos de calor, segundo a Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas. O aumento em relação ao mesmo período do ano passado foi de apenas 1.363 focos (menos de 1%).

Os números podem ser um reflexo da devastação entre 2003 e 2004. O fogo é tipicamente usado na seqüência das moto-serras, como instrumento de limpeza de terrenos, uma vez que as árvores maiores (e mais valiosas) foram retiradas.

Para os cientistas, queimada não é sinônimo de desmatamento. Estatisticamente, uma área registrada pelo satélite como desmatada permanece para sempre como tal – mesmo que a vegetação cresça novamente, já uma queimada pode ocorrer por vários anos seguidos no mesmo lugar.

O fogo serve para renovar a grama do pasto, matar carrapatos, eliminar ervas daninhas, limpar o campo para o plantio. O seu uso vem desde o período neolítico e continua a ser empregada desde a agricultura mais moderna à mais primitiva. Proprietários rurais em regiões de floresta podem queimar uma mesma área por oito anos seguidos até conseguir limpar totalmente o campo de tocos e raízes. Já um sojicultor com maquinário de última geração em solo de Cerrado pode usar o fogo apenas no primeiro ano.

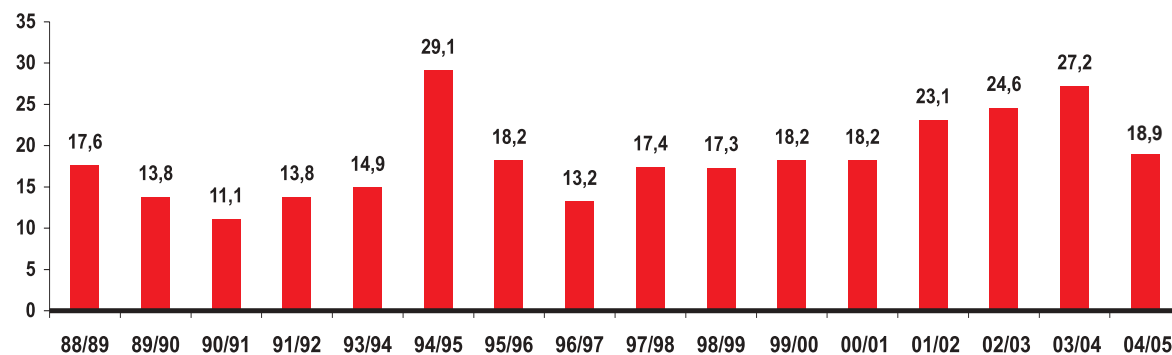
Uma das surpresas de 2005 foi justamente uma queda significativa no número de focos de calor em Mato Grosso, Estado tipicamente campeão em produção de soja, desmatamento e queimadas. Entre janeiro e novembro, quando é marcado o fim das queimadas para a maior parte da Amazônia, ocorreram 49.260 focos, perante os 74.979 no mesmo período de 2004: uma redução de 25.719 focos, ou cerca de 34%. Amapá, Roraima e Tocantins também registraram pequenas quedas no número de queimadas. Enquanto Acre, Amazonas, Maranhão, Pará e Rondônia tiveram aumento. O do Acre foi o mais significativo: 425%, passando de 903 para 4.745 focos de queimadas no período.

A comparação dos mapas de 2004 e 2005 mostra claramente uma descentralização dos focos de queimadas do centro-norte de Mato Grosso para novas frentes de queimadas no leste do Acre, norte de Rondônia, sudeste do Pará e leste do Maranhão. Cerca de 10% dos focos de calor (15.878) ocorreram em áreas onde não havia sido detectada nenhuma queimada em 2004.

Na maior parte do Pará, de Mato Grosso e Rondônia, as únicas regiões relativamente livres de queimadas são terras indígenas, como a do Xingu e a dos Caiapós. São os únicos borrões brancos em meio a um enxame de pontos de calor que avança sobre a floresta. Fica clara a importância de áreas protegidas para a conservação das florestas.

A seca na Amazônia, neste ano, teve pouca influência sobre as queimadas. A não ser, talvez, no lado oeste da região. O governo do Acre decretou estado de emergência em setembro, por causa da cortina de fumaça que se fechou sobre o leste do Estado. Um aumento gigantesco no número de queimadas em torno da capital, Rio Branco, aliado ao fogo de Estados vizinhos e da Bolívia, tornou o ar da cidade quase irrespirável.

Desmatamento da Amazônia (mil quilômetros quadrados)



Fonte: MMA/Inpe

# SUSTENTABILIDADE

## O atributo tangível

José Carlos Pedreira de Freitas \*

A importância crescente da sustentabilidade do agronegócio passa pela sua maior participação no comércio internacional. Nesse sentido, a ética e a responsabilidade social mostram não se tratar de modismo ou oportunismo. São um diferencial capaz de conferir vantagens competitivas re-

deias produtivas que compõem o agronegócio.

Assim, se aprofunda a discussão da sustentabilidade sócio-ambiental como ferramenta de redução de riscos e agregação de valor. Uma questão relevante sob a ótica de empresas e processos relativos aos agronegócios.

para aferir e identificar a ocorrência dos atributos nos contextos social, ambiental e econômico, no âmbito de toda a cadeia produtiva.

Se os atributos de sustentabilidade resultam em agregação de valor, se identificados e medidos, devem também ter reconhecimento geral para incorporar credibilidade e expressão econômica.

Há uma enorme variação na escolha dos indicadores, de acordo com as ênfases e os objetivos de cada aplicador. O resultado é uma avaliação que serve apenas a determinado grupo de interesses ou objetivos, sem permitir sua "generalização" e a conseqüente expressão universal de valor.

Muitas vezes, a ênfase atribuída por determinado setor a qualquer um dos componentes (social, ambiental e econômico) resulta de pressões externas. Sem uma visão integrada da sustentabilidade, ocorre desequilíbrio na escolha desses indicadores, com distorção na análise final.

Elaborados a partir da utilização de indicadores e metodologias próprios, não reconhecidos universalmente, são freqüentes os esforços desperdiçados por empresas ou setores econômicos na divulgação de "relatórios de sustentabilidade". Isso desacredita as qualidades alardeadas e, como consequência, não agrega valor ao produto e não incorpora tais atributos ao ativo tangível das organizações.

Apesar de serem voluntários e terem muitas alternativas, as diretrizes adotadas e os respectivos indicadores devem assegurar rigor na aplicação, credibilidade, com-



ais, num mercado cada vez mais concorrido e globalizado.

Hoje, a chamada Eco-economia procura demonstrar as limitações dos mecanismos de mercado para evitar, sozinha, os males do crescimento econômico desigual e as consequências daí resultantes. Procura-se discutir os atributos de sustentabilidade emanados do chamado Triple Bottom Line, em seus componentes ambiental, social e econômico, levando-os ao contexto das chamadas ca-

O conceito de Altieri (1983) sobre Sustentabilidade Agrícola: "a capacidade de um agroecossistema de manter a produção ao longo do tempo, na presença de repetidas restrições ecológicas e pressões sócio-econômicas", conduz à identificação e medição dos atributos de sustentabilidade em cada um dos três campos do Triple Bottom Line (pessoas, meio ambiente e produtividade do capital).

Apesar da falta de informação na sua escolha, existem "indicadores"

parabilidade, periodicidade e legitimidade das informações contidas nos relatórios.

Apenas para ilustrar, dentre as disponíveis com padrão internacional, vale lembrar a AA 1000/AA, desenvolvida pelo ISEA - Institute of Social and Ethical Accountability; a SA 8000, mais conhecida entre nós; e a Global Reporting Initiative - GRI, esta última, de caráter mais abrangente e reconhecida como a única aceita internacionalmente para o padrão de relatórios de sustentabilidade.

Com padrões nacionais, mas a guardar certa correspondência com os padrões internacionais, vale destacar os Indicadores e Guia para Relatório Social do Instituto Ethos, e o Balanço Social do Ibase, lançado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em junho de 1997.

Utilizadas de maneira voluntária por empresas ou instituições que desejam elaborar relatórios acerca das dimensões econômica, social e ambiental de seus processos, produtos e serviços, tais diretrizes, por sua universalidade, conseguem expressar valores entendidos e reconhecidos em qualquer ambiente ou contexto.

Somente a adequada escolha da metodologia será capaz de assegurar a utilização de indicadores corretos, capazes de expressar e medir a presença dos atributos de sustentabilidade nos três contextos e serem reconhecidos como tal.

Agrega-se a isso a necessária validação dos resultados alcançados, realizada por terceiros de competências especiais, e o reconhecimento interno e externo, em geral, detentores de credenciais específicas.

São tais cuidados que permitirão tornar tangíveis estes atributos, incorporando efetivamente aos ativos todo o investimento realizado na adoção e prática dos conceitos de sustentabilidade pelas empresas, com expressivos ganhos aos acionistas, *stakeholders* e toda a sociedade.

\* Engenheiro Agrônomo, especialista em administração rural

## Kyoto: acordo pós-2012

A 11ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 11), realizada durante dezembro último, em Montreal, no Canadá, terminou com um acordo para iniciar negociações sobre alterações no clima quando acabar a primeira fase do Protocolo de Kyoto, em 2012. Após intensas negociações, o acordo foi firmado entre as delegações européia e canadense com a representação da Rússia, contrária ao texto apresentado para o plenário da XI Conferência da ONU sobre Mudança Climática.

Embora não apresente uma visão clara de como prosseguirá o Acordo de Kyoto, ainda não ratificado pelos americanos, a cúpula também aprovou um segundo acordo para o início do diálogo entre todos os países do mundo sobre formas de cooperação de longo prazo na luta contra o aquecimento global. Com isso, se ampliou o horizonte para novos investimentos no combate às emissões de gases de efeito estufa nos países emergentes.

Mesmo sem atribuir metas para o Acordo, o Brasil, junto com as nações do G-77 (grupo de países em desenvolvimento), lograram emplacar uma proposta para a criação de incentivos no combate às emissões. O texto convoca todos os países-membros da Convenção do Clima a apresentarem sugestões, em 2006, de como países desenvolvidos contribuiriam financeiramente para combater o desmatamento de florestas tropicais nos países pobres.

Esse caminho influirá diretamente no combate ao desmatamento da Amazônia, hoje, a principal causa de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Programas como o Proálcool e o Biodiesel poderiam receber ajuda estrangeira. O sistema energético chinês, poluidor e sem incentivos para melhorar, poderia passar por radical transformação.

### CRÉDITOS DE CARBONO

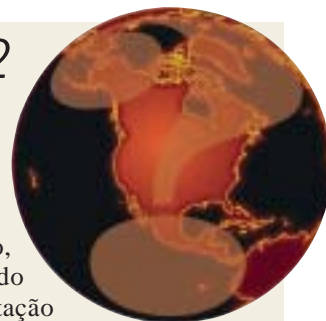
A posição dos países em desenvolvimento é de discutir esta proposta na Convenção do Clima, no fórum permanente das Nações Unidas, integrado por países não signatários do Protocolo, como os Estados Unidos e a Austrália. Esta alternativa traz a vantagem de as ajudas financeiras começarem imediatamente, sem esperar por um acordo sobre o futuro de Kyoto, que termina em 2012.

As reduções de emissões de gases de efeito estufa não se transformarão em certificados de redução (os chamados "créditos de carbono") para os países ricos.

Como gostaria de ver os chineses assumindo metas concretas dentro do acordo de Kyoto, o Japão deve dificultar que os instrumentos de ajuda avancem. A China é o maior emissor de gases de efeito estufa, depois dos Estados Unidos, que defendem ações voluntárias, em ajuda direta a programas nacionais, e não por meio de metas, como no tratado.

Sob o argumento de que teria de iniciar conversações formais para estabelecer reduções obrigatórias de gases de efeito estufa, similares às que são submetidas aos Estados Unidos, que não ratificaram o Protocolo de Kyoto, também rejeitaram o segundo acordo. União Européia, Canadá, Japão e os países em desenvolvimento exerceram uma intensa pressão para os norte-americanos modificarem sua posição e aceitarem um acordo sobre a base do diálogo.

Os governos concordam que Kyoto é o primeiro passo nessa direção, porém, insuficiente para contornar as mudanças climáticas provocadas pela ação do homem. Por isso, metas ambiciosas, além de uma participação efetiva de países em desenvolvimento e dos americanos, são caminhos essenciais. O debate avançou entre países pobres, como o Brasil, e exportadores de petróleo. Não com os Estados Unidos, contrários à proposta canadense de estabelecer uma data para acordar ações pós-2012, um mecanismo similar ao que levou ao próprio Protocolo, criado em 1997 após dois anos de negociações oficiais.





# Por que subiu o preço do álcool

**N**ão é o primeiro caso na história do agribusiness brasileiro, nem parece que será o último. A dificuldade para desenvolver a autogestão na cadeia produtiva do açúcar e do álcool leva, com frequência, a problemas de abastecimento em um dos produtos. No final, o consumidor acaba assumindo o sacrifício. No momento, como é raro suceder, os preços estão

litros, há um déficit na oferta.

A previsão inicial era de uma fabricação de 15 bilhões de litros na safra 2004/05, na região centro-sul. A colheita ficou abaixo do esperado em algumas regiões do Paraná e Mato Grosso do Sul, em decorrência de estiagem. Como resultado, a produção baixou para 14,4 bilhões de litros. Como 1,8 bilhão de litros foi dirigido

mação dos estoques.

A Agência Nacional de Petróleo aprovou, em 8 de novembro de 2005, a obrigatoriedade da adoção de corante laranja ao álcool anidro misturado à gasolina. A medida visa estancar a transformação ilegal de álcool anidro com álcool hidratado, com a colocação de água, uma fraude conhecida como "álcool molhado". A nova regra estava prevista para vigorar no começo de janeiro.

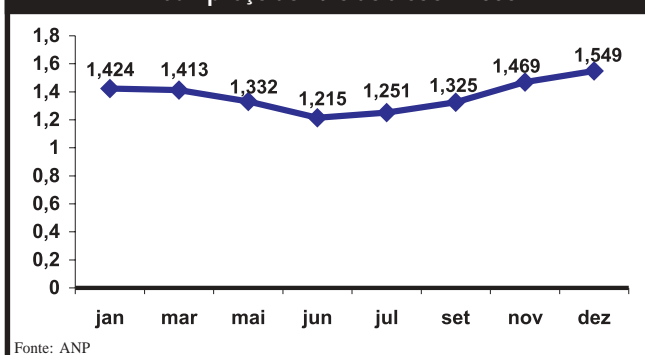
As especulações são fortes. Com a possibilidade de menor oferta, há espaço para distribuidores adquirirem mais álcool anidro de usinas com dificuldade no fluxo de caixa. A estratégia é desovar essa mercadoria na entressafra e com preços majorados. Assim, não é somente uma questão de aumento de consumo, face à maior venda de flex fuel e às exportações de álcool.

## ANTECIPAR A SAFRA

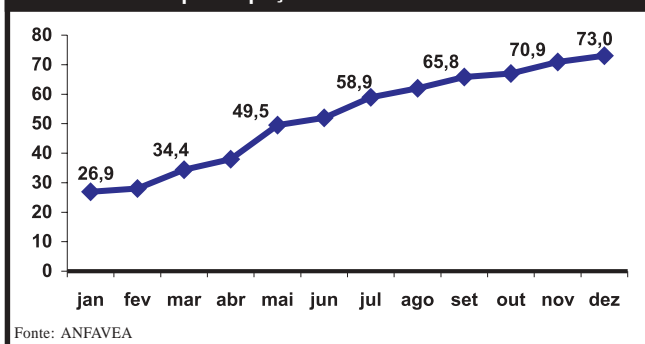
Para uma cadeia produtiva que atrai vultosos investimentos e se projeta em nível internacional, episódios dessa natureza não são saudáveis. Mecanismos operacionais de *hedge*, como os contratos futuros existentes na Bolsa de Mercadorias e Futuro, constituem estratégias para modernizar a comercialização do setor. Enfim, criar estímulos para que as distribuidoras se habituem a realizar essas operações.

Uma ação praticamente certa será a antecipação do início do processo de moagem, entre março e maio. Com isso, poderiam ser produzidos 800 milhões de litros, contra 600 milhões de litros em 2004. Ao mesmo tempo, uma maior oferta ajudaria a arrefecer os preços. O setor assumiu junto ao governo um compromisso de preços da ordem de R\$ 1,05 por litro de álcool carburante na usina. O último acordo realizado pelas duas partes foi em 2002/2003, na base de R\$1,00. ■

Brasil: preço do litro do álcool - 2005



Brasil: participação % na venda de flex fuel



bons nas duas *commodities*, porque se defrontam com demanda firme, seja no mercado interno ou para a exportação.

O setor vive o seu momento de entressafra na região centro-sul. As usinas interrompem as moagens e desmontam as máquinas para revisões e consertos. Há uma interrupção na produção, enquanto o consumo mensal de álcool, que teve abrupta 'puxada' nos seus preços, segue normalmente, em torno de 1,1 bilhão de litros. Como os estoques para o consumo de quatro meses estão projetados em 4 bilhões de

litros, há um déficit na oferta. A cada litro de gasolina, o consumidor paga R\$ 0,28 de CIDE.

## ESTOQUES

Em situações similares a esta, a discussão em torno da formação de estoques reguladores sempre vem à baila. O problema é o custo de carregar um volume alto de álcool. Há também a bolha de consumo e seu reflexo sobre o preço, quando da pro-



# Análise comparativa entre Brasil e EUA

Vitor A. Ozaki \*

**O** Brasil e os EUA apresentam diferentes características pedoclimáticas e de relevo. Por este motivo, a incidência de fenômenos naturais afeta diferentemente a agricultura nos dois países. Naturalmente, os produtores utilizam diversos tipos de mecanismos de administração de riscos. Mas, dentre todos esses, o seguro é um dos que apresentam maior potencial de crescimento, principalmente no Brasil.

Nos EUA, a primeira constatação a respeito da utilização do seguro agrícola privado de riscos múltiplos ocor-

reu na região de Minneapolis, em 1899, cobrindo a cultura do trigo, que durou apenas um ano. Até o início da década de 30, diversas experiências foram conduzidas, mas a grande maioria, sem êxito. A falta de experiência e a ausência de dados estatísticos impossibilitaram o desenvolvimento do seguro.

Em 1938, foi criada a Companhia Federal de Seguro Agrícola (FCIC), situada em Washington, ligada ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Competia à FCIC a formulação das políticas, ad-

ministração, pesquisa e coordenação com outras agências.

Nesse mesmo ano, o Estado de São Paulo iniciou o seguro para a cultura do algodão, por meio do Instituto Agrônomo do Estado. A importância relativa ao seguro contra granizo foi escriturada à parte, constituindo o Fundo de Defesa da Lavoura Algodoeira Contra o Granizo.

O programa de seguro agrícola norte-americano entrou em operação apenas em 1939, inicialmente, com a cultura do trigo, mais tarde, incluindo algodão, milho e fumo. Nos três primeiros anos, o índice de sinistralidade (IS) foi de 1,62 (1939), 1,51 (1940) e 1,68 (1941). De 1948 a 1959, o IS médio ficou em 0,95. A década de 60 apresentou rápido crescimento da cobertura, que chegou a totalizar US\$920 milhões em 1969, com índice de sinistralidade médio de 0,96.

Em 1954, foi criada no Brasil a Companhia Nacional de Seguro Agrícola (CNSA), com o intuito de desenvolver progressivamente operações de seguros rurais. Mas devido a diversos problemas operacionais, influências de natureza político-partidárias e sucessivos déficits, a CNSA foi dissolvida em 1966. Apenas em 1973, o Governo Federal voltou a apoiar os produtores nacionais - contra riscos climáticos -, criando o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

É interessante ressaltar que o Proagro não é um seguro. O seguro agrícola é uma operação propriamente dita, regulamentada e fiscalizada pelos órgãos que tratam do seguro privado. Já o Proagro constitui um programa governamental de apoio à produção agrícola, com a possibilidade de captação de recursos orçamentários sob a orientação da política agrícola do governo.

Enquanto isso, nos EUA, o programa passava por diversos ajustes para que pudesse se auto-sustentar financeiramente. Incentivos foram dados aos produtores para que participassem do programa. No período de 1970 a 1978, os resultados foram satisfatórios, apesar da baixa adesão. O IS médio ficou em 0,93.

Em 1980, os congressistas norte-americanos aprovaram a Lei Federal do Seguro Agrícola, garantindo que: o programa de seguro agrícola contra múltiplos riscos (MPCI) fosse garantido como a principal forma de proteção contra desastres e que houvesse subsídio de, no mínimo, 30% do prêmio para os níveis garantidos de produtividade de 50% e 65%.

Como resultado imediato, a área segurada aumentou 81% (em 1981), passando de 10,6 para 19,3 milhões de hectares. As indenizações, no período de 1981 a 1994, superaram o total de prêmios em US\$3,3 bilhões. O IS médio ficou em 1,41. A participação aumentou lentamente: de 10% (em 1980) para 38% (em 1994).

Tendo em vista a baixa taxa de adesão e os altos déficits acumulados no período, o governo sancionou a Lei de Reforma do Seguro Agrícola (1994), com as seguintes atribuições, dentre outras:

- I) Descontinuidade das medidas assistenciais a desastres;
- II) A compulsoriedade da participação no MPCI dos agricultores interessados em beneficiar-se dos outros programas agrícolas governamentais;
- III) A cobertura catastrófica (CAT) como o nível de cobertura mínima do MPCI (50%), com o objetivo de substituir os programas assistenciais a desastres.

Com o intuito de fornecer aos produtores maior proteção, o Governo permitiu o início do desenvolvimento pela FCIC do seguro de renda como alternativa ao MPCI. Com isso, a responsabilidade da FCIC aumentou de US\$13,5 bilhões (1994) para US\$23,7 bilhões (1995).

Nesse mesmo ano, foi criada a Agência de Administração de Riscos (RMA), vinculada ao USDA, para promover, dar suporte e regular mecanismos de administração de risco voltados aos produtores rurais norte-americanos.

A RMA e a FCIC regulam as operações de seguro agrícola, por meio do estabelecimento das taxas atuariais, das fixações de responsabilidades máximas permitidas para cada seguradora, análises dos novos produ-

tos desenvolvidos pela iniciativa privada e a popularização do seguro agrícola por meio de atividades educacionais e de extensão.

Outro aspecto interessante é que os custos (administrativo e operacional) das seguradoras são subsidiados pelo Governo. A maioria dos 27 mil corretores de seguro agrícola trabalha de maneira independente, podendo estar ligados a mais de uma seguradora. São comissionados e recebem uma certa proporção do prêmio pago por contrato.

O nível de subsídio incidente sobre o valor do prêmio varia de acordo com o percentual de cobertura. Quanto maior o nível de cobertura, maior será a taxa de prêmio e menor será o subsídio.

No Brasil, após a dissolução da CNSA (em 1966), algumas seguradoras estatais e privadas tentaram operar o seguro, mas quase todas apresentaram resultados insatisfatórios. Dentre as estatais, a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo

tarde, por meio do Decreto nº 5.121/04, mas sua operacionalização se deu apenas em 2005.

Aqui, o resseguro das operações ainda é monopólio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB Brasil-Re). O mercado securitário aguarda o início da abertura do mercado de resseguros. Com essa abertura, novas resseguradoras poderão concorrer no mercado, aumentando as possibilidades disponíveis para as seguradoras, além de diversificar e desenvolver novos produtos.

Lá, o resseguro obedece ao Acordo de Resseguro Padrão (SRA), que prevê três formas de resseguro: fundo de risco assinalado, fundo de desenvolvimento e fundo comercial. A seguradora pode optar pelos diferentes tipos de fundos, sendo que a diferença básica consiste na retenção de certo percentual do prêmio líquido e sua responsabilidade associada, para cada tipo de contrato.

Por fim, se percebe que o programa de seguro agrícola norte-americano

evoluiu e amadureceu paulatinamente. Diversos ajustes foram realizados para que, hoje, o seguro agrícola seja um dos principais mecanismos governamentais de gestão de riscos. O quadro ao lado ilustra a dimensão do programa (em 2003).

Por outro lado, no Brasil, o seguro, até pouco tempo atrás, funcionava em moldes puramente privados. A teoria econômica já apontava que o funcionamento do mercado securitário nesses moldes não seria possível. Um dos principais motivos decorre da assimetria das informações.

O seguro rural, no Brasil, é ainda pouco desenvolvido. Os prêmios arrecadados no seguro rural corresponderam (em 2004) a apenas 0,74% do total do mercado securitário. Para tentar impulsionar as operações, o Governo Federal decidiu apoiar o mercado securitário, com o objetivo de incentivar a demanda por contratos de seguro. ■

(\*) Pesquisador do PRODOC e professor colaborador do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP. Av. Pádua Dias, 11 Agronomia - Piracicaba/SP - CEP: 13418-900.

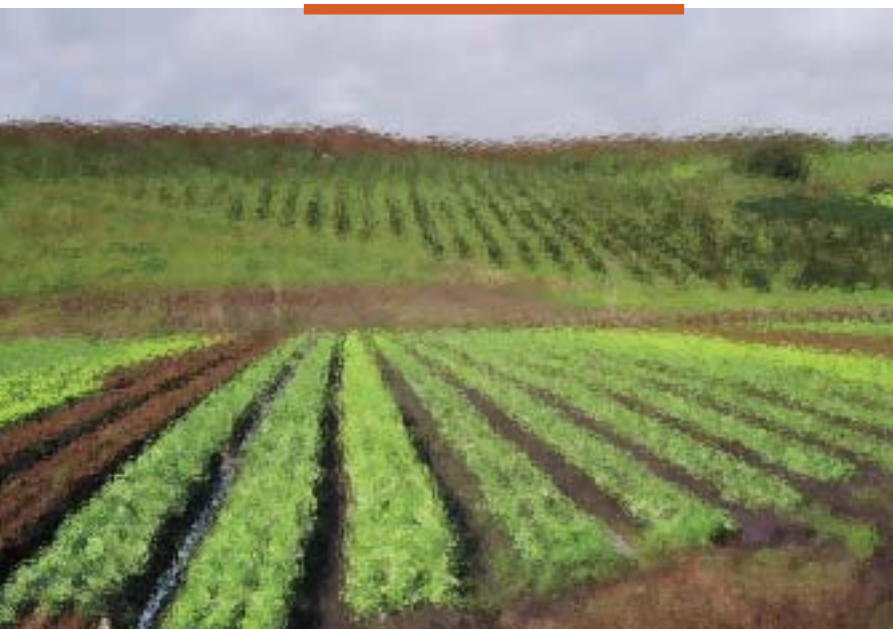
#### Os números do Seguro rural nos EUA

Número de apólices	1,26 milhões
Prêmio arrecadados	US\$ 3,06 bilhões
Valor segurado	US\$ 40,63 bilhões
Área segurada	218 milhões (acres) ou 88,2 milhões (hectares)
Culturas cobertas	mais de 100
Planos de seguro	22
1 acre = 0,4047 Ha	
Fonte: RMA (2003)	

(Cosesp) se destacou no seguro de custeio agrícola. Atualmente, não há nenhuma estatal operando na modalidade agrícola. Algumas seguradoras privadas iniciaram suas atividades a partir de 2000, mas com abrangência e cobertura limitadas.

Como acontece em diversos países, o seguro agrícola necessita do apoio do Estado. No Brasil, não haveria de ser diferente. Desta forma, foi aprovada, em 2003, a Lei 10.823/03, que concedeu subvenção em parte do prêmio pago pelo produtor e que, entre outras atribuições, criou o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A regulamentação da Lei ocorreu alguns meses mais





# A Revolução Verde

**A**o longo da história, a oferta de calorias para suportar o crescimento da população se originou de três plantas. Com tendência a perder espaço, a principal é o trigo, uma cultura surgida nos primórdios da civilização. Depois, está o milho, em ascensão, junto com o arroz. Essa mudança decorreu do cultivo transgênico, do estilo de vida e da diferente taxa de crescimento da produtividade entre elas.

No começo do século XIX, uma

erupção vulcânica na Indonésia provocou uma drástica mudança ambiental. A estação de verão foi fria e afetou o desempenho da safra agrícola. O preço da tonelada de trigo em termos reais chegou a US\$1.500. No auge da fama, brilhava a profecia de Thomas Robert Malthus, lançada em 1798, que previa um crescimento populacional bem acima da oferta de alimentos.

Mesmo com mais áreas em produção na América do Norte, Argen-

tina e Austrália, como a produtividade do trigo crescia pouco, em 1898, o químico Sir William Crookes, da Associação Britânica, argumentava, novamente, que a fome mundial era inevitável a cada geração. A situação da Ásia era especialmente dramática.

No final da II Grande Guerra, Cecill Salmon, especialista em trigo, tinha em sua coleção uma variedade chamada Norin 10, de menor tamanho, que foi enviada para teste e cruzamento no México, nos trabalhos de Norman Borlaug. Veio a Revolução Verde e novos fatos mudaram o curso da história.

Com a evolução tecnológica das últimas décadas, as pesquisas se sofisticaram, principalmente com a primeira modificação genética realizada em 1983. Em 2004, mais de 90 milhões de hectares foram ocupados com plantas geneticamente modificadas. Tudo isso depois de dois séculos da previsão de Malthus e de um século do pronunciamento de Crookes.

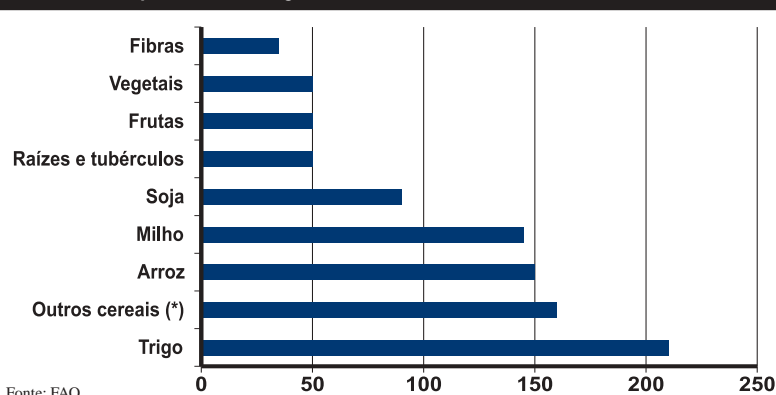
A taxa de crescimento da população, que tinha aumentado depois da II Guerra Mundial, se estabilizou em meados dos anos 60, para cair significativamente a partir de 1974. O número de pessoas nascidas a cada ano atingiu seu pico em 1989. As taxas de nascimento e morte tendem a se igualar, em 2035.

Em dez mil anos, a população dobrou pelo menos dez vezes. Em curto prazo, esse processo foi interrompido. Provavelmente, nunca mais haverá outra duplicação.

De qualquer forma, para alimentar 10 bilhões de pessoas, o desafio é enorme. Haverá necessidade de se produzir no mínimo 35% de calorias a mais em relação ao volume corrente. O consumo de carne aumentará (cada 10 calorias de trigo produzem uma de carne). Mesmo o trigo, que em função da constituição de seu genoma tem recebido menos pesquisa, e também a soja, o milho e o mesmo arroz: todas as culturas terão de ganhar mais produtividade.

**ONDE SABER MAIS:**  
*The story of wheat. Years of plenty*  
Dec 20th 2005. *The Economist*

Áreas plantadas na agricultura em 2004 (milhões de hectares)



Fonte: FAO.

(\*) Cevada, centeio, sorgo etc.

# Programa se espalhou pelo mundo

A origem da história data de 1945, quando a Fundação Rockefeller e o governo do México instituíram o Cooperative Wheat Research and Production Program para melhorar a produtividade dos produtores. De 1946 a 1956, o México deixou de ser importador da metade de seu consumo de trigo, para se tornar exportador de meio milhão de toneladas. O programa foi reproduzido com sucesso na Índia e no Paquistão, onde tirou um bilhão de pessoas da fome. Isso rendeu a Norman Borlaug, coordenador de todo esse trabalho, o Prêmio Nobel, em 1970.

A partir de então, esse modelo de tecnologia foi disseminado pelos quatro cantos do mundo, com base em duas vertentes: 1) no melhoramento genético de plantas; 2) na aplicação de modernas técnicas de cultivo. O crescimento da produtividade agrícola possibilitou o aumento na disponibilidade per capita, mesmo com o aumento ocorrido na população.

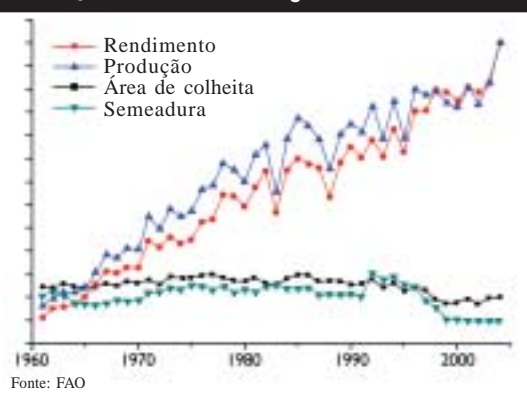
Muitos produtos consumidos em larga escala nas nações industrializadas são oriundos de campos conduzidos sob o modelo da revolução verde. As linhagens são desenvolvidas para responder com mais eficiência ao uso de insumos químicos e para facilitar a colheita mecânica. A obtenção de variedades de alta produtividade, derivadas de linhagens híbridas, decorreu do propósito de aumentar a produtividade e a resistência para o trans-

porte e armazenagem.

A revolução verde intensificou o processo de uso de fertilizantes, pesticidas e herbicidas, junto com a mecanização, com mais força para a melhoria da produtividade agrícola. Apesar de antiga, a prática da irrigação sob métodos mais eficientes trouxe mais potencial produtivo à agricultura.

As técnicas da revolução verde proporcionaram aumentos na produção por unidade de área de

Produção mundial total do grão bruto, 1961 - 2004



Fonte: FAO

trigo e outras culturas, em muitos países. Daí a sua disseminação em largas áreas, como garantia da segurança alimentar para milhares de pessoas.

Não obstante, a continuidade da revolução agrícola com enfoque em culturas de alta produtividade provenientes de organismos geneticamente modificados é motivo de crítica, pelo seu efeito perverso na qualidade da produção, face à perda de biodiversidade, ao menor valor nutricional e aos riscos à saúde humana. Paralelamente, cresce a dependência de grandes corporações e de combustíveis e insumos químicos finitos, além de haver uma pobreza massiva e a urbanização. ■

## Da Revolução Verde à engenharia genética

O drástico aumento na produtividade agrícola permitiu poupar 1,1 bilhão de hectares nos últimos cinquenta anos, uma área superior ao território dos Estados Unidos. Para o século XXI, a revolução genética, com técnicas mais amigas do ambiente, permitirá aumentar a produção e alimentar uma população que não pára de crescer.

Embora enfocada nos benefícios humanos, a revolução verde mais do que triplicou a produção de arroz e trigo na Ásia, desde 1961. O meio ambiente se beneficiou com a preservação do habitat natural e a menor ocupação de área pelas fazendas. Precisamos de melhor tecnologia para aumentar a produtividade dos campos, mesmo em áreas de elevada produtividade. Mais de 80% do futuro crescimento de alimentos terá de vir das áreas em cultivo. As terras disponíveis estão nos Cerrados brasileiros e na África sub-Saara.

A ciência e a tecnologia, baseadas na biotecnologia, têm muito a oferecer para o mundo, face ao desafio de alimentar a população do Planeta, que excederá os dez bilhões de pessoas, em 2050. Cerca de 80 milhões de pessoas nascem a cada ano.

A agricultura irrigada utiliza 70% do uso global da água e responde por 40% da oferta mundial de alimentos, e crescerá mais 20% até 2030 (cerca de 60 milhões de hectares). A pressão sobre o ambiente será maior.

A técnica do plantio direto, amigável do ponto de vista ambiental, pois preserva o solo, crescerá com as culturas transgênicas que requerem menores quantidades de água. Em Iowa, com mais áreas silvestres, os patos selvagens começam a aparecer.

No aumento da produção de alimentos na Ásia, o uso de fertilizantes teve papel fundamental, pois cresceu de 2 milhões de toneladas para 70 milhões de toneladas, desde 1961. Mesmo se usarmos todos os fertilizantes orgânicos disponíveis, isso ainda não será suficiente para gerar uma produção para atender a 6,2 bilhões de pessoas.

Um dos grandes sonhos será assistir à transferência de genes que faz a resistência do arroz às doenças para o trigo, milho e sorgo. Essas culturas são todas descendentes de um mesmo cereal, há milhões de anos passados, e dividem impressão genética comum.

Não é possível obter uma pesquisa perfeita. Seria necessário uma vida toda para responder ao impacto do desenvolvimento de novas cultivares, de acordo com o princípio da precaução. No entanto, milhares de pessoas se beneficiaram das culturas de trigo com maior produtividade.

### Mais informações:

*Green Giant: Nobel Laureate Norman Borlaug is Credited with Saving the Lives of 1 Billion People*  
Dallas Observer

# Financiamento para inovação

Fabrizio Brollo \*

**N**a moderna economia, a inovação assumiu papel de destaque na transformação da sociedade. Apesar de estar associada à indústria, especialmente na micro-eletrônica e farmacêutica, no agronegócio ela aparece com destaque.

O conceito de inovação tecnológica passa pela introdução e melhorias significativas de produtos ou processos. Não é preciso efetuar uma transformação radical na sociedade para ser inovador. O fator-chave é o esforço criativo, realizado pelas empresas, cooperativas e instituições de pesquisa, a serviço dos mercados. A capacidade de buscar informações, concatenar idéias e experimentar soluções faz parte do processo inovador.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA constatou que os gastos com pesquisa são os mais importantes na explicação da produtividade total dos fatores da agropecuária. Uma variação de 1% nos gastos com pesquisa tecnológica tem um impacto imediato da ordem de 0,15% na produtividade total dos fatores da agropecuária. Para efeito comparativo, no caso do crédito à produção, o impacto é de apenas 0,05%.

O Departamento de Agronegócio da FINEP desenvolve um intenso trabalho para estimular a inovação e ampliar a capacitação tecnológica do setor privado, com financiamentos para pesquisa, desenvolvimento e experimentação.

## PROJETOS FINANCIADOS

**Caliman:** maior exportadora de mamão do Brasil, obteve financiamento para desenvolver modernas tecnologias de manejo de suas áreas produtivas. A empresa mantém convênio de cooperação técnica com a Universidade do Norte Fluminense -

UENF, na área de melhoramento genético dos cultivares. Esse trabalho resultou no primeiro híbrido de mamão nacional.

**Vinícola Miolo:** desenvolve novos vinhos para exportação na sua unidade de Candiota, no Rio Grande do Sul. A sua elaboração envolve etapas ligadas ao desenvolvimento tecnológico, tanto agrí-

cola quanto industrial, além de estudos de mercados. São selecionadas variedades de uvas viníferas para compor vinhos de alta qualidade. Também são utilizadas técnicas de agricultura de precisão, por meio de estações de aviso e climatológicas, assim como o registro em um software específico, para a utilização racional dos insumos. O projeto também prevê a instalação de uma cantina experimental, nos moldes das mais modernas do mundo, para a fabricação do vinho na própria região, e a construção de um laboratório de análises.

**Coodetec (Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola):** ganhou autonomia em relação à Organização das Cooperativas

do Paraná - OCEPAR, sua antiga mantenedora. A instalação de uma moderna infra-estrutura de pesquisa possibilitou a atuação da cooperativa no desenvolvimento de variedades adaptadas às condições de cultivo de seus associados. Atualmente, faz a readequação de seus quatro laboratórios, para dinamizar seus programas de melhoramento genético em grãos.

**Ouro Fino:** maior empresa de saúde animal, de capital exclusivamente nacional, em seu novo parque industrial, localizado em Cravinhos, no estado de São Paulo, construiu um Centro de P&D, com instalações físicas e a montagem dos laboratórios de pesquisa de novos produtos. Em apenas dois anos, o faturamento aumentou em mais de 70%. Foi a primeira colocada nacional no Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica, entregue pelo Presidente da República, em dezembro de 2005.

**Frigorífico Minerva:** sediado em Barretos (SP), teve um crescimento no seu faturamento de R\$68 milhões para mais de R\$800 milhões, entre 1996 e 2004. Nesse período, suas exportações saltaram de R\$12 milhões para cerca de R\$640 milhões. A empresa é pioneira na comercialização de cortes especiais de carnes, inclusive carne orgânica e vitelo.

## APOIO

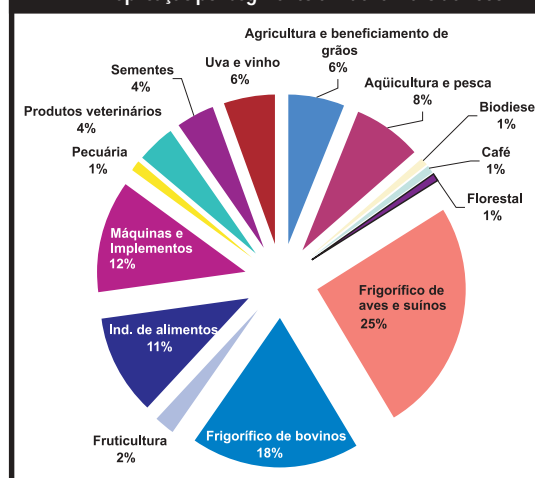
Fortalecer a competitividade das empresas é o que torna a missão da FINEP fundamental para a criação e disseminação de uma cultura de inovação, de apostar na novidade. Enfim, dar condições para o Brasil figurar entre os países exportadores de conhecimento e tecnologia, permitindo a geração sustentável de riqueza para o País.

De setembro de 2004 a dezembro de 2005, a carteira de operações da FINEP cresceu quase quatro vezes, para chegar perto de R\$200 milhões em dezembro de 2005, com uma grande diversificação dos segmentos apoiados.

Para 2006, o desafio é ampliar o número de empresas apoiadas. Apoiaremos as empresas do agronegócio nas áreas de pesquisa, desenvolvimento ou experimentação tecnológica. Iremos desmistificar a visão de que inovação é assunto para poucos. As empresas do agronegócio brasileiro são bastante inovadoras e a FINEP pode proporcionar condições financeiras que as ajudem nesta trajetória. ■

\* Chefe do Departamento de Agronegócio do Finep; e-mail: fbrrollo@finep.gov.br, tel.: (21)2555-0221.

FINEP: aplicação por segmento em dezembro de 2005



### Programa FINEP Pró-inovação

Taxa de juros .....	a partir de 4,0% ao ano
Prazo de carência .....	até 3 anos
Prazo de amortização .....	até 7 anos
Participação da FINEP no projeto .....	até 90%



# Acesso à mercados e barreiras econômicas

Alexandre Garrido \*

**A**mbiente econômico atual imprime um grau de interdependência entre as economias dos países e entre as empresas, de tal ordem que o mercado externo e o interno convivem hoje de forma indissociável. A inserção dos países é feita cuidadosamente, de modo a conciliar um conjunto complexo de interesses. Da mesma maneira que se busca ampliar as fronteiras comerciais com o objetivo de gerar riqueza, os países tendem a proteger suas economias.

Em paralelo, no mundo todo, os consumidores assumem um novo perfil e querem respostas para questões como:

- O que estão comendo?
- Quem e como produziu?
- O meio ambiente foi respeitado?
- Há ética no negócio?
- É prejudicial à saúde?

Nesse contexto, as normas técnicas e outros mecanismos associados (certificação) passam a ser peça central das nos temas de acesso a mercados. Esta tendência tem como consequência a multiplicação de discussões relativas à normalização, com a participação dos negociadores comerciais. Assim, o tema das normas é discutido no âmbito das negociações regionais, plurinacionais, bilaterais e bi-regionais.

Tudo isso tende a reforçar o papel da normalização internacional como denominador comum para facilitar o acesso aos mercados. Porém, implica em dois pontos:

1. No reforço da visão estratégica da normalização;
2. No aprofundamento dos processos de informação, disseminação, coordenação e planejamento das atividades de normalização.

A constituição da Organização Mundial do Comércio teve um impacto decisivo no processo de normalização no comércio internacional.

A opção de não participar da normalização internacional significa tomar a decisão de se fechar exclusivamente no seu mercado nacional e não acompanhar o desenvolvimento tecnológico e o processo competitivo.

O processo de normalização internacional representa a oportunidade de participar e se beneficiar da negociação, seja pelo acesso aos desenvolvimentos tecnológicos, seja pela possibilidade de influenciar os seus resultados e defender os seus interesses.

Por outro lado, como a regulamentação técnica, cada vez mais, se apóia na normalização, aumenta a sua importância para a competitividade das empresas. Do mesmo modo, a normalização é, cada vez mais, referência para o desenvolvimento de produtos e a chave para o acesso aos diferentes mercados. Os responsáveis pela regulamentação técnica tendem a participar de modo crescente no processo de normalização, na tentativa de influenciar os seus resultados.

Os regulamentos técnicos são obrigatórios e, conseqüentemente, podem, muitas vezes, criar restrições ao comércio. Classicamente, o enfoque da regulamentação técnica é a segurança de pessoas e bens, a proteção do consumidor, proteção do ambiente, medidas sanitárias e fitossanitárias e a segurança nacional. Objetivamente, trata-se de regulamentar quando há a percepção de

que o uso de normas voluntárias não é suficiente para assegurar a proteção esperada pela sociedade.

Apesar de, até então, ser relativamente bem-sucedida nas exportações, a falta de normalização no agronegócio pode complicar o papel do Brasil no cenário mundial. Diante disso, se torna fundamental e urgente o investimento em políticas de normalização. Neste processo de reformulação da normalização, é de suma importância o envolvimento do setor privado, para que as normas realmente reflitam as diferentes expectativas de todas as partes interessadas.

## ESTRATÉGIA

Atualmente, no agronegócio no Brasil, os mecanismos de garantia de qualidade ainda são essencialmente implementados pelo setor público.

Não obstante, fica cada dia mais definida a impossibilidade de o governo acompanhar, com os investimentos

necessários, a evolução da demanda por fiscalização e inspeção.

Assim, é fundamental para o País o desenvolvimento e uso de ferramentas como a normalização, a regulamentação técnica e avaliação da conformidade, como meios para o desenvolvimento econômico do setor.

Agora, passa a ser imprescindível identificar as normas e os regulamentos técnicos existentes (no Brasil e nos demais países e blocos econômicos estratégicos), caracterizar a demanda por normalização nacional, cruzar estas informações e traçar uma estratégia de inserção e ampliação ao mercado internacional. O desenvolvimento de um plano estratégico de normalização para as cadeias agroindustriais com a participação de todas as partes interessadas (governo, empresas, entidades de classe, academias etc.) é a chave para o atual e, principalmente, o futuro acesso a mercados pelo agronegócio brasileiro. ■

\* Consultor em normalização e regulamentação técnica.

E-mail: alexandregarrit@uol.com.br

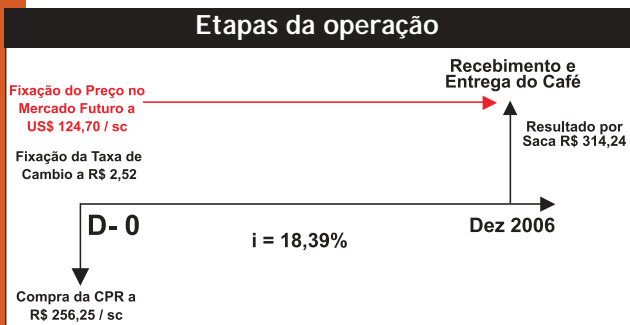
# Cash and Carry

Fabiana S. Perobelli\*

A operação de *Cash and Carry* se refere à compra de um produto no mercado físico e à venda simultânea no mercado futuro. A sua rentabilidade depende do preço de venda no mercado futuro e do preço pago no mercado físico, adicionado de custos operacionais, frete, armazenagem e mais a remuneração do capital. Quando se fixa o preço de venda no mercado futuro, a operação é uma estratégia de renda fixa, sem risco de mercado.

A cédula de produto rural (CPR) é um título emitido pelo produtor e avalizado por um banco. O produtor recebe um adiantamento de recursos e se compromete a entregar o equivalente em mercadoria (CPR física) ou em recursos (CPR financeira). Os lotes negociados de CPR obedecem a características predeterminadas, de acordo com o padrão de qualidade exigido pela BM&F.

A operação consistirá na compra de uma CPR física para dezembro de 2006. Em D-0 (data de aquisição da CPR), serão computados os custos referentes à compra da CPR e os custos operacionais de fixação do preço de venda no mercado futuro para o vencimento em dezembro de 2006. Como, ao adquirir uma CPR física, o comprador assume o risco de deterioração da sua rentabilidade, ele deve garantir o preço de venda do café negociado na BM&F, em US\$ por saca, e também fixar a taxa de câmbio para o vencimento do contrato.



No leilão de CPRs, em 16 de dezembro, foram negociados lotes de até 1.500 sacas, com preço médio de R\$226,25. Logo, para um lote de 400 sacas de café arábica, padrão BM&F, o valor totalizou R\$102.500,00. Os custos decorrentes da compra da CPR ficaram em R\$615,00, correspondente à taxa de 0,6% (0,25% de corretagem, 0,05% de emolumentos à bolsa e 0,3% ao banco avalista). A CPR tem como data 01/12/2006, no município de Manhuaçu (MG), ponto de entrega do contrato futuro de café arábica.

Simultaneamente à compra da CPR no leilão, será fi-

xado o preço de venda do café no futuro para quatro contratos, equivalente a 100 sacas cada, com o mesmo vencimento da CPR (dezembro de 2006). Como, no dia 16 de dezembro de 2005, o vencimento para dezembro de 2006 estava cotado a US\$124,70 a saca, foi fixada, no futuro, a venda das 400 sacas de café a US\$49.880,00. O custo da operação é de aproximadamente 0,32% por contrato, com corretagem e emolumentos à bolsa. Para os quatro contratos, o custo é de R\$740,62.

Para o *hedge* de dólar, com o seu valor estimado para dezembro de 2006 em R\$2,51, o preço da saca corresponde (US\$124,70) a R\$312,99. Os custos da operação são de R\$587,16, de 0,233% do total financeiro do contrato, obtido pela multiplicação da taxa de câmbio do dia anterior contratado com o valor do contrato, de US\$50.000,00.

No vencimento da operação, dezembro de 2006, o comprador receberá o café em Manhuaçu. Se não tiver interesse pelo produto, a mercadoria será entregue no armazém credenciado pela BM&F, durante o período que se inicia no dia 2/12/06. Como o café será entregue fora da praça de formação de preço, no caso, São Paulo, será deduzido do contrato futuro o custo de frete de Manhuaçu até São Paulo, calculado pela BM&F, em R\$6,02 por saca de 60 kg.

Em resumo:

1. A saca é comprada por R\$256,25 e vendida por R\$312,99, com retorno de R\$56,74;
2. Custos por saca: R\$10,87 (R\$1,54 da compra da CPR; R\$1,85 da operação do mercado futuro, R\$1,74 do dólar futuro e R\$6,02 do custo de frete);
3. Resultado da operação: lucro líquido por saca de R\$46,87;
4. Lucro total de R\$18.748,00 (400 sacas).

O valor disponibilizado para a aplicação foi de R\$102.500,00, com um retorno de R\$18.748,00, que representa um retorno líquido de 18,75% ao período e ao ano. A operação é uma alternativa mais lucrativa às operações de renda fixa convencionais, com rendimento líquido acima da taxa da Selic bruta, revisada este mês para 18% ao ano.

A compra da CPR e a simultânea venda no mercado futuro já são comuns no mercado de café. Quando realizadas por meio de fundos de investimento, financiam o setor produtivo e obtêm taxas superiores às do mercado. Se a operação for feita em outros mercados, trará para o agronegócio um novo financiador. ■

\* Economista da BM&F. E-mail: fabianap@bmf.com.br

# Município poderá fiscalizar ITR

Luiz Augusto Germani\*

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR é um tributo de competência da União, conforme estabelecido no Artigo 153, Inciso VI da Constituição Federal; isto significa que: só a União pode legislar sobre o ITR.

Até o Exercício de 1993, o tributo era cobrado pela União Federal, com fiscalização e lançamentos administrativos providenciados pelo INCRA.

A partir de 1994, com a promulgação da lei 8847/94, a União Federal, com o intuito de tornar o ITR mais relevante, em termos de volume de arrecadação para os cofres públicos, transferiu à Receita Federal a incumbência de fiscalizar, lançar e cobrar do produtor rural o tributo.

Entretanto, a administração fiscal do tributo, que deveria ser lançado pelo próprio contribuinte, conforme estabelecido no Código Tributário Nacional - CTN, se fez de forma equivocada: a Receita Federal passou a lançar de ofício, em valores de base de cálculo fixados por ela própria.

A correção veio a partir do Exercício de 1997, quando a cobrança do ITR passou a ser regulada pela Lei 9.393/96. O contribuinte faria a declaração do imposto e a Receita Federal homologaria ou desmereceria o seu lançamento.

Mas a Receita Federal cometia erros materiais, como nos dois exemplos abaixo:

a) Inúmeros lançamentos complementares de ofício, em Autos de Infração, foram promovidos, sob alegada falta de entrega do Ato Declaratório Ambiental - ADA ao IBAMA. Isso acarretou a tributação de áreas de reserva legal e de preservação permanente, que, legalmente, são isentas de tributação;

b) Muitas áreas de reserva legal, apesar de até estarem declaradas em ADA,

também foram tributadas, de forma equivocada, sob a alegação de serem mais extensas do que as áreas mínimas estabelecidas pela Lei Florestal, sem notar que o Código Florestal trata de dimensão mínima, e não máxima. Um imóvel rural pode ter uma reserva legal acima da área mínima e isentá-la na totalidade de sua área, no momento de tributar o imóvel.

Enfim, a Receita Federal, sem estar apta a conferir os dados informados nas declarações do ITR, cometeu erros pela sua falta de condições de fiscalizar cada um dos imóveis rurais do País.

Em 2003, a Emenda Constitucional nº 42 inseriu o Parágrafo 4º, Inciso III, no Artigo 153 da Constituição, a permissão para os Municípios fiscalizarem e cobrarem o imposto, desde que isso não implique em redução de seu valor ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

De acordo com a Lei 9.393/96, que rege o tributo, a Lei 11.250, publicada em 28 de Dezembro de 2.005, estabelece que a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, poderá:

- Celebrar convênios com o Distrito Federal e com os Municípios, para a delegação das atribuições de fiscalização;
- Lançar os créditos tributários;
- Cobrar o ITR, sem prejuízo da competência supletiva da Secretaria da Receita Federal.

Aí, surgem sérias dúvidas legais, pois a Lei 9393/96 estabelece que: 1) "o contribuinte ou o seu sucessor comunicará ao órgão local da Secretaria da Receita Federal (SRF), por meio do Documento de Informação e Atualização Cadastral do ITR - DIAC, as informações cadastrais correspondentes a cada imóvel, bem como qualquer alteração ocorrida, na forma estabelecida pela Secretaria

da Receita Federal";

2) "o contribuinte do ITR entregará, obrigatoriamente, em cada ano, o Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT" para a Receita Federal. Estabelece ainda que, na "falta de entrega do DIAC ou do DIAT, bem como de sub-avaliação ou prestação de informações inexatas, incorretas ou fraudulentas:

- a) a Secretaria da Receita Federal procederá à determinação e ao lançamento de ofício do imposto, considerando informações sobre preços de terras, constantes de sistema a ser por ela instituído, e os dados de área total, área tributável e grau de utilização do imóvel, apurados em procedimento de fiscalização";
- b) "competem à Secretaria da Receita Federal a administração do ITR, incluídas as atividades de arrecadação, tributação e fiscalização".

A Lei 11.250/05, por sua vez, cria possibilidades para os Municípios fiscalizarem, lançarem e cobrarem o imposto, sob convênio com a Receita Federal, mas, ao mesmo tempo, estabelece no § único de seu Artigo 1º, que "deverá ser observada a legislação federal de regência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural".

Se, de um lado, a Lei 9.393/96 estabelece que o DIAC e o DIAT deverão ser entregues para a Receita, apurar desmerecimentos de declaração para lançar de ofício e continuar a arrecadar, tributar e fiscalizar o ITR, de outro lado, a Lei 11.250 estabelece que tais atribuições podem ser transferidas ao Município por convênio.

Fica a dúvida quanto à Receita Federal esclarecer as condições necessárias à celebração dos convênios, para evitar o conflito de leis. ■

Advogado e professor de Direito Agrário da FGV. E-mail: germani@germaninet.com.br





**ÍNDICES GERAIS E ÍNDICES  
DE ACORDO COM O PERFIL  
DE CADA EMPRESA.  
ISSO SIGNIFICA O SEGUINTE:  
VOCÊ TEM 100% DE CHANCES  
DE MELHORAR OS RESULTADOS.**

Para a produção de índices de preços e indicadores econômicos, o IBRE dispõe de uma estrutura de pesquisa única no Brasil em dimensão e qualidade: 8 escritórios, localizados nas principais capitais, pesquisam preços para todas as unidades da Federação, tanto no varejo como no atacado. São coletados, mensalmente, cerca de 200.000 preços de produtos e serviços, com a colaboração de 15.000 empresas informantes.

Além de índices gerais, o IBRE desenvolve indicadores direcionados especificamente a um setor, atividade ou empresa.

**Conheça todo o universo de indicadores do IBRE no nosso site.**

Índices Gerais de Preços | Bancos de Dados | Levantamentos de Preços | Índices Setoriais | Pesquisas Qualitativas e Domiciliares | Pesquisas Empresariais



## GVconsult. A consultoria que faz a diferença.

Desenvolva todas as potencialidades do seu agronegócio.  
Entre em contato com a GVconsult.

A GVconsult é o braço de consultoria da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Contando com o conhecimento gerado pelas Escolas de Administração de Empresas (EAESP), de Economia (EESP) e de Direito (EDES) da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, garante uma análise profunda, abrangente e atual do seu negócio. Além disso, a GVconsult possui profissionais especializados em agronegócios, prontos para orientá-lo sobre todos os aspectos da sua gestão.

Esteja um passo à frente. Agende uma visita de nossos consultores.

### Áreas de Atuação no Agronegócio

Análise de Cadeias Produtivas • Análise de Sistemas de Informação • Análise de Viabilidade de Planos de Negócio • Avaliação de Empresas • Otimização de Processos de Logística

### Outras Áreas de Atuação da GVconsult

Administração Hospitalar e de Saúde • Administração Pública Estadual e Federal • Administração Pública Municipal • Análise Econômica • Concurso Público • Controladoria • Direito Empresarial • Estudos de Energia • Finanças • Gestão Ambiental • Gestão de Esportes • Gestão do Capital Humano • Marketing • Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão • Operações - Produção, Serviços e Logística • Planejamento Empresarial • Planos de Previdência Complementar • Reestruturação Organizacional e de Processos • Tecnologia da Informação



Avenida Paulista, 548, 8º andar, São Paulo - SP - Brasil • CEP 01310-000  
Tel.: (11) 3281.7784 • 3281.7785 • 3281.7915 • Fax: (11) 3281.7891  
gvconsult@fgvsp.br • www.gvconsult.com.br

